

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

ERICA CRISTINA VERDERIO BIANCO

**IMAGINÁRIOS EM MEDIATEZADAÇÃO: O MITO DO COMPLÔ NA CIRCULAÇÃO DE
SENTIDOS SOBRE FRAUDE ELEITORAL**

São Leopoldo

2024

Erica Cristina Verderio Bianco

IMAGINÁRIOS EM MEDIATEZÇÃO: O MITO DO COMPLÔ NA CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS SOBRE FRAUDE ELEITORAL

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientadora: Dra. Ana Paula da Rosa

São Leopoldo

2024

B578i Bianco, Erica Cristina Verderio.
Imaginários em midiatização : o mito do complô na
circulação de sentidos sobre fraude eleitoral / Erica Cristina
Verderio Bianco. – 2024.
150 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da
Comunicação, 2024.

“Orientadora: Dra. Ana Paula da Rosa”.

1. Comunicação de massa. 2. Circulação. 3. Imaginários
políticos. 4. Crime eleitoral. I. Título.

CDU 659.3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

AGRADECIMENTOS

Uma tese não é apenas o trabalho final de um doutorado; é algo em que colocamos nossa energia, pelo qual dedicamos quatro anos de nossa vida. Portanto, tese é afeto. E é com muito afeto que agradeço à minha orientadora, Dra. Ana Paula da Rosa, pela generosidade com que me ajudou a construir este percurso.

Sou grata também aos professores do PPGCOM-UNISINOS, especialmente os da linha 4, que tanto me ensinaram.

Agradeço igualmente aos meus colegas de turma e aos discentes de outras turmas com quem tive contato em aulas e seminários e que, de algum modo, contribuíram para o aprimoramento deste trabalho.

Quero agradecer também aos integrantes da banca de qualificação, por me ajudarem a perceber os erros de percurso e a corrigir a rota; e aos professores que aceitaram – dentre tantos afazeres – fazer parte da banca de defesa.

Meu muito obrigada à Defensoria Pública da União e aos meus colegas de trabalho, pelo apoio que me permitiu chegar até aqui.

Minha gratidão aos meus pais e a meu marido, por todo o incentivo e paciência com minhas ausências durante todos esses anos.

Enfim, à Deus, por me permitir concluir essa jornada com saúde.

Historicamente, não encontramos nenhuma grande cultura que não tenha sido dominada e impregnada de elementos míticos. (Cassirer, 2004, p. 21).

RESUMO

Este trabalho investiga a circulação de sentidos sobre fraude eleitoral no Brasil, no período de abril de 2021 a janeiro de 2023, com foco na midiatização dos processos sociais e no atravessamento de imaginários e mitologias políticas na construção das narrativas de fraude. Empregando o método de análise de circulação discursiva e o paradigma indiciário, examinam-se as estratégias e táticas dos atores políticos, sociais e institucionais para agenciar a circulação, reconfigurar as narrativas de fraude, amplificá-las, bem como as tentativas de contenção desses enunciados pelo jornalismo profissional. Ainda, adota-se o método de estudo de caso para construir um dispositivo analítico que permita a investigação das interações midiatizadas e dos circuitos de comunicação através dos quais os sujeitos em interação atribuem valor às urnas eletrônicas e ao sistema eleitoral como um todo. Ao analisar os circuitos em conjunto, chegamos em um denominador comum: a mitologia do complô. No imaginário da fraude, compartilhado pela bolha bolsonarista, o complô é a peça central que dá sentido à derrota de Bolsonaro (PL). No nível das inferências, a fraude das urnas é um produto mental e discursivo que, ao mesmo tempo, alimenta e é alimentado por um imaginário que perpassa processos midiáticos e políticos. A partir dos episódios estudados, foi possível observar que a fraude assume diferentes sentidos, de acordo com o meio em que circula. Esses sentidos em disputa evidenciam o espaço da circulação, isto é, o processo de defasagem entre os polos discursivos da produção e do reconhecimento, ainda que, na midiatização em estágio avançado, haja um intercâmbio ininterrupto entre quem produz e quem recebe os enunciados. Assim, o estudo revela a conjuntura de uma midiatização que reconfigura o processo eleitoral, na qual atores políticos atuam como agentes ativos na formação de comunidades de crença e na disseminação de narrativas de fraude. Por fim, esta tese contribui para os estudos de comunicação, ao elucidar o papel da midiatização na reconfiguração da esfera de visibilidade pública e dos debates políticos contemporâneos. Há uma mudança no conceito de comunicação social. Os fatos não dependem mais da mídia de massa para ganharem visibilidade pública, o que reforça nossa premissa de que os estudos de midiatização emergem como um novo paradigma para os estudos de comunicação.

Palavras-chave: Midiatização; circulação; imaginários políticos; fraude eleitoral.

ABSTRACT

This work investigates the circulation of meanings about electoral fraud in Brazil, from April 2021 to January 2023, focusing on the mediatization of social processes and the crossing of political imaginaries and mythologies in the construction of fraud narratives. Using the discursive circulation analysis method and the evidentiary paradigm, the strategies and tactics of political, social and institutional actors to manage circulation, reconfigure fraud narratives, amplify them, as well as attempts to contain these statements are examined. by professional journalism. Furthermore, the case study method is adopted to build an analytical device that allows the investigation of mediatized interactions and the communication circuits through which interacting subjects attribute value to electronic voting machines and the electoral system as a whole. When analyzing the circuits together, we arrived at a common denominator: the mythology of the plot. In the imaginary of fraud, shared by the Bolsonaro bubble, the plot is the central piece that gives meaning to Bolsonaro's (PL) defeat. At the level of inferences, voter fraud is a mental and discursive product that, at the same time, feeds and is fed by an imaginary that permeates media and political processes. From the episodes studied, it was possible to observe that fraud takes on different meanings, depending on the environment in which it circulates. These disputed meanings highlight the space of circulation, that is, the process of lag between the discursive poles of production and recognition, even though, in advanced stage mediatization, there is an uninterrupted exchange between those who produce and those who receive the statements. Thus, the study reveals the situation of mediatization that reconfigures the electoral process, in which political actors act as active agents in the formation of communities of belief and in the dissemination of fraud narratives. Finally, this thesis contributes to communication studies by elucidating the role of mediatization in reconfiguring the sphere of public visibility and contemporary political debates. There is a change in the concept of social communication. Facts no longer depend on mass media to gain public visibility, which reinforces our premise that mediatization studies emerge as a new paradigm for communication studies.

Keywords: Mediatization; circulation; political imaginaries; electoral fraud.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Print de tela do videotape (VT) do Jornal da Band, edição de 24/11/2008.	18
Figura 2 - Print de tela do videotape (VT) do Jornal da Band, edição de 24/11/2008.	19
Figura 3 - Print de tela do videotape (VT) do Jornal da Band, edição de 24/11/2008.	20
Figura 4 - Print de tela do videotape (VT) do Jornal da Band, edição de 24/11/2008.	20
Figura 5 - Print de tela de busca realizada no Google	25
Figura 6 - Print de tela do site da Folha de S.P.	70
Figura 7 - Print de tela do site UOL.....	72
Figura 8 - Print de tela do portal G1.	73
Figura 9 - Print de tela do portal BBC News Brasil.....	74
Figura 10 - Print de tela do site do jornal Brasil de Fato.....	75
Figura 11 - Captura de tela. Foto publicada no Portal Uol, em 07/09/2021.....	76
Figura 12 - Print de tela. Busca no X, pela hashtag #VotoImpressoAuditavelJa.....	78
Figura 13 - Print de tela. Busca no X, pela hashtag #VotoImpressoAuditavelJa.....	79
Figura 14 - Print de tela, busca no X pelas palavras "fraude" e "urnas".....	80
Figura 15 - Print de tela, busca no X pelas palavras "fraude" e "urnas".....	80
Figura 16 - Print de tela, buscas no X por "Bolsonaro" e pela expressão "7 de setembro".....	82
Figura 17 - Print de tela do site Poder 360.....	85
Figura 18 - Print de Tela do X. Conjunto 1.....	88
Figura 19 - Print de Tela do X. Conjunto 2.....	89
Figura 20 - Print de tela do X. Conjunto 3.	90
Figura 21 - Print de tela do jornal Folha de São Paulo.....	92
Figura 22 - Print de tela de busca no X, pelas palavras código-fonte, urnas e algoritmo.....	96
Figura 23 - Print de tela do site da agência de notícias Pública.....	97
Figura 24 - Print de tela do site do jornal Folha de S.P.	98
Figura 25 - Print de tela do site do jornal Folha de S.P.	101

Figura 26 - Print de tela de busca feita no X pelas expressões "fraude", "urnas" e "eleições".....	102
Figura 27 - Print de tela de busca realizada no X, pelas expressões "urnas" e "código-fonte".....	103
Figura 28 - Print de tela de busca no X, com as palavras "fraude" e "urnas", nos dias 21 e 22/10/2022.	106
Figura 29 - Print de tela de busca no X, com as palavras "fraude" e "urnas", nos dias 21 e 22/10/2022.	106
Figura 30 - Print de tela de busca realizada no X, com os termos "fraude" e "urnas", nos dias 30 e 31/10/2022.	109
Figura 31 - Print de tela de busca realizada no X, com os termos "fraude" e "urnas", nos dias 30 e 31/10/2022.	109
Figura 32 - Print de tela de busca realizada no X, com os termos "fraude" e "urnas", nos dias 30 e 31/10/2022.	110
Figura 33 Foto que ilustra matéria da Folha de S.P., publicada em seu site no dia 01/11/2022.....	112
Figura 34 - Print de tela do portal Metrôpoles.	114
Figura 35 - Print de tela de busca realizada no X, com as palavras fraude e urnas, nos dias 04 e 05/11/2022.	115
Figura 36 - Print de tela de busca realizada no X, com as palavras fraude e urnas, nos dias 04 e 05/11/2022.	116
Figura 37 - Print de tela do site Poder 360.....	118
Figura 38 - Print de tela de busca no X, pelos termos "relatório" e "Forças Armadas".	118
Figura 39 - Print de tela de busca no X, pelos termos "relatório" e "Forças Armadas".....	119
Figura 40 - Print de tela de busca realizada no X, pelas palavras "fraude" e "urnas", no período de 30 a 31/12/2022.	122
Figura 41 - Print de tela de busca realizada no X – 01 e 02/01/2023.....	123
Figura 42 - Print de tela de busca realizada no X – 01 e 02/01/2023.....	123
Figura 43 - Print de tela de busca realizada no X – 01 e 02/01/2023.....	124
Figura 44 - Print de tela de busca no X, pelas palavras "fraude" e "urnas", no dia 08/01/2023.	126

Figura 45 - Print de tela de busca no X, pelas palavras "fraude" e "urnas", no dia 08/01/2023.	127
Figura 46 - Print de tela de busca no X, pelas palavras "fraude" e "urnas", no dia 08/01/2023.	127
Figura 47 - Diagrama. Análise de circulação discursiva.	129

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO	16
1.1 AS MARCAS DO JORNALISMO ADVERSÁRIO	17
1.2 CONJUNTURA DA DESCONFIANÇA	29
2. CONCEITOS EM ACIONAMENTO NA COMUNICAÇÃO	32
2.1 MEDIATEZACÃO COMO OPERADOR TEÓRICO	36
2.2 MOBILIZANDO IMAGINÁRIOS E MITOLOGIAS COMO CONCEITOS	40
2.3 A FRAUDE ELEITORAL NAS PESQUISAS DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA	41
3 A MEDIATEZACÃO DOS ESPAÇOS DISCURSIVOS	44
3.1 A CIRCULAÇÃO DISCURSIVA DA FRAUDE ENQUANTO ATRIBUIÇÃO DE VALOR	46
3.2 FORMAÇÃO DE COMUNIDADES DE CRENÇA NA CIRCULAÇÃO	48
3.3 DISPOSITIVOS, CIRCUITOS E ZONAS DE CONTATO	49
3.4 IMAGINÁRIOS EM FLUXO	51
3.4.1 Mitologias políticas	54
3.4.2 Imaginários midiáticos	56
4 PERCURSOS METODOLÓGICOS	60
5 ANÁLISE DO CASO MEDIATEZADO	66
5.1 PRIMEIRA FASE: BOLSONARO CONVOCA A SOMBRA DA FRAUDE	67
5.1.1 Primeiro Circuito: Lives	68
5.1.1.1 Bolsonaro leva a fraude para a Av. Paulista	76
5.1.1.2 Conversações sobre a fraude no X (antigo Twitter)	77
5.1.2 Segundo Circuito: a reunião com embaixadores	84
5.1.2.1 A negação da fraude na imprensa	90
5.2 SEGUNDA FASE – O EXTRAVASAMENTO DA FRAUDE	94
5.2.1 Primeiro Circuito	94
5.2.1.1 Live de 01/10/2022	99
5.2.1.2 Imaginário de fraude: Código-fonte e algoritmo	101
5.2.1.3 A fraude na sabatina do SBT	104
5.2.2 Segundo circuito	107
5.2.2.1 A fraude argentina	113
5.2.2.2 Da live de despedida ao 08 de janeiro	120

5.2.2.3 Fraude: uma certeza construída discursivamente	125
5.3 ANÁLISES TRANSVERSAIS	128
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	141

1 INTRODUÇÃO

A democracia brasileira tem enfrentado, nos últimos anos, desafios significativos que testam a resiliência de suas instituições e a confiança do povo em seus processos eleitorais. Desde 2018, vimos emergir uma série de debates intensos sobre a integridade e a segurança das urnas eletrônicas. Acusações de fraude eleitoral, impulsionadas por figuras políticas do alto escalão e amplamente disseminadas nas redes sociais, criaram uma atmosfera de desconfiança e disputas ideológicas. Embora tais acusações tenham ficado mais fortes a partir de 2018, elas pairam como uma sombra em nossa democracia há décadas, se intensificando desde 2014. A persistência do tema no debate público fez com que buscássemos um entendimento mais profundo da circulação de sentidos sobre fraude eleitoral, explorando como narrativas de fraude são construídas, disseminadas e valoradas pelo público. Na trilha das disputas de sentido, os imaginários social, político e midiático da fraude emergem como *meta agenciadores* da circulação, sempre que mobilizados pelos sujeitos discursivos. Ao mobilizar imaginários, os sujeitos acionam chaves de interpretação simbólico-culturais, produzindo circuitos interacionais em que interesses específicos dos sujeitos são trazidos para o embate.

Assim, o estudo da circulação de sentidos sobre fraude eleitoral surge como tema e como objeto de estudo, buscando preencher uma lacuna de minha pesquisa de mestrado, intitulada “Mitos na política brasileira: a construção da identidade de marca de candidatos à presidência da República em 2018” e defendida em 2019, na UFPR. Ao finalizar o mestrado, percebi que havia uma lacuna em meu trabalho que mereceria uma investigação aprofundada: não havia menção na dissertação às acusações de fraude que circulavam no meio bolsonarista nas eleições de 2018. Isso aconteceu porque o intuito daquela pesquisa foi investigar a construção da identidade de marca dos dois principais candidatos à presidência da República. E as acusações de fraude não ocorriam oficialmente na campanha de Bolsonaro, ou seja, em todo o material coletado no perfil do então candidato no Facebook, a palavra fraude apareceu em somente uma publicação, em meio a outros assuntos. A fraude enquanto materialidade discursiva existia fora das esferas institucionais e dos espaços autorizados das campanhas. Ela estava presente nos grupos e discussões de eleitores, nas redes sociais digitais e em encontros presenciais. Após vencer as eleições, Bolsonaro passou a convocar a sombra da fraude em algumas de suas

manifestações públicas, a exemplo das *lives* exploradas neste trabalho e do discurso do ex-chefe do poder executivo durante as “comemorações” do dia 07 de setembro de 2021. A acusação frontal somente foi oficializada por Bolsonaro na reunião com embaixadores, em 18 de julho de 2022.

O exame da circulação de sentidos relacionados à fraude eleitoral se apresenta tanto como tema quanto como objeto de estudo, porque, de um lado, o universo da política faz parte de meu horizonte de pesquisa desde o mestrado e, de outro, a circulação é um dos conceitos-chave dentro dos estudos de midiatização. Desse modo, a circulação é entendida como um espaço de disputa de sentidos, de atribuição de valor (Rosa, 2019), conformado pelo conjunto de transformações sociocomunicacionais que ocorrem pela penetração da mídia nos processos e instituições sociais, isto é, pela *midiatização*. Já o conjunto de observáveis empíricos é formado tanto pelas interações que ocorrem em diversos ambientes de mídia como pelos circuitos engendrados entre instituições e sujeitos inscritos na circulação. Olhar para a circulação estabelecida na terceira onda da midiatização (Couldry & Hepp, 2020) implica observar processos diversos dos que eram encontrados em um estágio anterior, na midiatização de segunda onda, isto é, sem a interferência da internet, com todas as suas implicações.

Tendo em consideração que nosso objeto de conhecimento é a midiatização de terceira onda – definida como digitalização, “normalmente relacionada ao computador, à internet e ao telefone celular” (Couldry & Hepp, 2020, p. 70), e caracterizada por uma “multiplicidade de mídias” –, importante pontuar que procurar utilizar o termo *mídia* em sentido amplo, ou seja, mídia é todo tipo de instituições e aparatos técnicos empregados para a comunicação humana mediada pela técnica (Hepp, 2014). Essa definição vai além da visão institucionalista, que limita os estudos à mídia tradicional de massas (Hepp, 2014). Mas, quando necessário marcar as distinções entre dois sistemas de mídia, o faremos utilizando termos como *mídia corporativa*, *mídia de massas* etc. para falar do sistema mais antigo e *mídias digitais*, *redes sociais digitais*, *plataformas de redes sociais* etc. para falar das *novas mídias*. De igual modo, o uso conceitual que fazemos do termo *circulação* está em sintonia com o entendimento amplo que temos da própria mídia e do fenômeno de midiatização, por nós compreendido como um duplo movimento: por um lado, o termo trata da expansão e interpenetração das diferentes mídias e sua incidência na cultura (França, 2016); por

outro, diz respeito às novas formas de sociabilidade que surgem a partir dos usos que os sujeitos fazem das mídias.

Nesse sentido, trabalhamos com a pretensão de ir além da interface dos meios com a recepção, superando – por imposição da empiria – a noção de comunicação como um processo linear, em que um emissor transmite uma mensagem, por meio de um canal, a um receptor e suplantando a visão de circulação como sendo as defasagens que surgem do contato entre dois polos assimétricos na produção de sentidos – a produção e a recepção (reconhecimento). A partir de uma perspectiva que enxerga a midiatização para além de um fenômeno, despontando como um *novo paradigma* para os estudos de comunicação, surge o seguinte problema de pesquisa: *de que modo os atores (sociais, políticos, institucionais, midiáticos) constroem e disputam sentidos sobre fraude eleitoral, considerando que as interações são estruturadas pela midiatização?* Como desdobramento da pergunta, irrompe a questão dos imaginários que permeiam a construção da fraude na circulação. Investigando seus rastros, chegamos na mitologia do Complô, que emerge como chave heurística a produzir e movimentar circuitos interacionais em que interesses específicos dos sujeitos são trazidos para o embate.

Como objetivo geral, este trabalho pretende explorar as dinâmicas da circulação, para compreender como as disputas de sentido sobre fraude eleitoral são engendradas, quais táticas e operações estão envolvidas no processo interacional, quais imaginários são evocados visando à produção de sentidos e circuitos. Para tanto, mobilizamos os estudos de midiatização e circulação como referencial teórico, estabelecendo diálogos possíveis com a produção bibliográfica de Ana Paula da Rosa, Antonio Fausto Neto, Eliseo Verón, Jairo Ferreira, José Luís Braga, Mario Carlon, Pedro Gilberto Gomes e os europeus Andreas Hepp, Nick Couldry e Roger Silverstone. Por outro lado, exploramos os estudos de imaginários e mitologias políticas, convocando para o debate autores como Bronisław Baczko e Ernst Cassirer, na interface entre imaginários e filosofia; Raoul Girardet, na interface com a história das mentalidades; e a brasileira Malena Contrera, para lançar luz no processo de retroalimentação entre imaginários sociopolíticos e midiáticos.

Metodologicamente, elegemos o estudo de caso midiatizado como estratégia de organização da realidade empírica, considerando que nossos observáveis se materializam em episódios interligados por um mesmo tema e atravessados pelo fenômeno da midiatização. Assim, organizamos um corpus de quatro episódios – e

seus respectivos desdobramentos – em duas fases, demarcadas consoante a evolução da narrativa de fraude eleitoral no Brasil, com mudanças significativas no decorrer do período estudado (abril de 2021 a janeiro de 2023). Com a constituição do caso midiático, aspiramos explorar as manifestações e repercussões das narrativas de fraude eleitoral em diferentes mídias e comunidades. Já para a produção de inferências, optamos pela análise de circulação discursiva, com base em Verón, e pelo método indiciário, adaptado por Braga, a partir da obra de Ginzburg, para as pesquisas em midiatização. Considerando que nosso objetivo não é fazer mitanálise ou mitocrítica, mas, tendo identificado em pesquisa exploratória que as narrativas de fraude eleitoral estão perpassadas pela mitologia do complô, conforme categorização de mitologias políticas de Girardet (1987), analisar como tal mitologia participa das disputas de sentido sobre fraude eleitoral, como contribui para a formação de comunidades de crença e para a constituição de circuitos interacionais, a aplicação do paradigma indiciário nos permitiu a geração de *insights* sobre o modo como os imaginários políticos atravessam essas interações.

Assim, este estudo justifica-se tanto por sua relevância temporal quanto pela emergência de analisar os processos comunicacionais que se iniciaram a partir do agenciamento da circulação por atores políticos interessados na criação de um clima de suspeita com relação às urnas eletrônicas e ao processo eleitoral como um todo. Quando iniciamos esta pesquisa, em 2020, não podíamos prever que os embates em torno das urnas eletrônicas e do processo eleitoral resultariam nos atos bárbaros de 08 de janeiro de 2023. Contudo, tínhamos que a desconfiança de parte dos eleitores com relação ao sistema de votação pudesse, em alguma medida, enfraquecer os laços sociais que sustentam a democracia. Essa, aliás, é uma premissa das ciências políticas, muitas vezes confirmada por pesquisas que medem clima de opinião. Em 2023, uma pesquisa feita pela consultoria Quaest revelou que um terço (32%) da população brasileira acredita que houve fraude eleitoral no pleito de 2022 (Amado, 2023). Outra pesquisa feita pela ONG Latinobarômetro aponta uma queda de 15 pontos percentuais no apoio à democracia nos países da América Latina. Em 2010, 63% dos entrevistados pela ONG apoiavam o regime democrático; em 2023, o número caiu para 48%, ou seja, a democracia é o melhor regime político para menos da metade da população (Exame, 2023).

Enquanto a maioria das pesquisas concentra-se na mensagem e no emissor, frequentemente no contexto da desinformação, nosso trabalho propõe-se a explorar

a circulação, isto é, o lócus das disputas de sentido, dentro de um quadro mais amplo de midiaticização da política. Este enfoque nos permite uma compreensão mais profunda de como sentidos são produzidos, valorados e disputados no processo de circulação, em que ideologias se destacam, impactando diretamente na formação da opinião pública e na mobilização social. O ex-presidente Jair Bolsonaro e suas *lives*, assim como a notória reunião com embaixadores, exemplificam o agenciamento da circulação a partir da polêmica e da mobilização de mitologias políticas. Assim, ao focar na circulação, este trabalho contribui para a literatura ao fornecer novas perspectivas sobre a dinâmica entre a política, a mídia e a sociedade, elucidando como a midiaticização reconfigura o debate político.

A estrutura da presente tese está disposta em cinco capítulos, essenciais para a compreensão da circulação discursiva em contextos políticos midiaticizados. O primeiro capítulo, "Contextualizando o objeto", aborda a história das eleições no Brasil e a cobertura jornalística adversária, estabelecendo a base histórica e midiática para a investigação. No segundo capítulo, "Conceitos em acionamento na comunicação", visa a dar um panorama do estado da arte sobre os conceitos mobilizados na tese, para compreender de que modo os mesmos temas, contextos e conceitos são acionados por outros pesquisadores. O terceiro capítulo, "A midiaticização dos espaços discursivos", apresenta uma revisão da literatura sobre a circulação discursiva, a formação de comunidades de crença e os dispositivos e mitologias políticas que moldam os imaginários midiáticos, em diálogo com nosso objeto. Segue-se o quarto capítulo, "Percurso metodológico", que detalha as abordagens utilizadas para a análise discursiva e estudo de caso, adotando o paradigma indiciário e a midiaticização como novo paradigma para os estudos em comunicação social. Por fim, o quinto capítulo, "Análise do caso midiaticizado", traz uma discussão detalhada dos episódios estudados, seguida de nossas inferências transversais, e está dividido em duas fases: na primeira, a fraude é sombra, e na segunda, ocorre seu extravasamento, que culmina nos atos de 8 de janeiro, servindo como um ápice dramático que ressalta a urgência de nosso estudo.

Assim, através de uma abordagem interdisciplinar que engloba estudos de midiaticização e imaginários coletivos, esta tese visa compreender os mecanismos por trás da propagação de alegações de fraude eleitoral, buscando contribuir para um entendimento mais profundo dos desafios enfrentados pela democracia brasileira e oferecer recomendações para fortalecer a confiança no sistema eleitoral.

2 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO

Relatos sobre fraude eleitoral circulam no Brasil desde a realização da primeira eleição para um cargo público, ainda durante o período do império (Nicolau, 2012). Algumas vezes, a confirmação da fraude mostrou que os temores tinham fundamento. Noutras, chegou-se à conclusão de que os relatos não passavam de boatos. A evolução tecnológica trouxe a informatização dos bancos de dados e a impossibilidade de alguns tipos de fraude, a exemplo do alistamento de um eleitor em mais de uma seção. Já as fraudes de apuração foram extintas com a substituição das cédulas de papel pela urna eletrônica, a partir de 1996 (Nicolau, 2012, p. 124). Ainda que não existam registros oficiais que comprovem fraude em uma eleição eletrônica no Brasil, a desconfiança em relação ao processo eleitoral tem se mostrado crescente, o que indica a persistência da ideia de política enquanto espaço de logro. A seguir, trazemos a síntese de um resgate histórico dessa circulação desde a primeira eleição totalmente informatizada, para o cargo de Presidente da República.

As urnas eletrônicas foram lançadas no Brasil em 1996, mas sua implantação em todos os municípios brasileiros ocorreu somente nas eleições municipais do ano 2000. A primeira eleição presidencial totalmente eletrônica foi a de 2002, que elegeu Lula (PT) presidente da República. Este resgate é importante porque, de uma análise atenta, surge uma coincidência. Em 2002, foi eleito pela primeira vez, desde João Goulart (1961-1964), um presidente de esquerda, em um pleito totalmente eletrônico (Valadares Vasconcelos Neto; Moreira; Zadra Valadares, 2016). Em 2006, Lula foi reeleito; em 2010, elegeu-se sua sucessora, Dilma Rousseff, reeleita em 2014. Portanto, o PT ascendeu ao poder em uma eleição eletrônica e permaneceu por quase 14 anos, quando Dilma Rousseff foi deposta do cargo após sofrer um processo de impeachment, em 2016. A partir desta coincidência, emergiu do imaginário coletivo (o dos cidadãos que não votam no PT) a máxima segundo a qual o partido de Lula e Dilma Rousseff manipula as urnas eletrônicas para se perpetuar no poder.

Em 2014, o PSDB, partido derrotado pela quarta vez consecutiva no segundo turno das eleições presidenciais (desde 2002), levantou publicamente a suspeita de fraude e pediu uma auditoria nas urnas, cujo resultado negou a ocorrência de burla no sistema. Nas eleições de 2018, Jair Bolsonaro (PL) elegeu-se em segundo turno o primeiro presidente brasileiro de direita do século XXI, fazendo dos rumores populares de fraude eleitoral uma das bandeiras de sua campanha. Ao final do primeiro turno,

ele colocou o resultado das eleições sob suspeita, alegando que não teria havido segundo turno caso as urnas não fossem fraudáveis. Mesmo depois de eleito, em segundo turno, a pauta não foi abandonada por Bolsonaro; ele continuou alardeando que o sistema eleitoral brasileiro é vulnerável e que a solução é a implementação do voto impresso. Quando candidato à reeleição, em 2022, o presidente intensificou o uso de narrativas de fraude em sua campanha, mobilizando instituições políticas, jurídicas e midiáticas em defesa do sistema eleitoral e ampliando a circulação com a convocação de atores externos ao circuito bolsonarista.

Os rumores de fraudes nas urnas eletrônicas não ficam restritos a conversas privadas e a manifestações de pessoas anônimas e públicas via internet, mas também têm alimentado pautas do jornalismo profissional. Desde a implementação do voto eletrônico nas eleições gerais, em 2002, circulam notícias sobre supostas ocorrências de fraude nas urnas. Por razões variadas, que serão abordadas ao longo deste capítulo, o enquadramento dado ao tema pelo jornalismo assume, muitas vezes, o viés da suspeita, amplificando conjecturas a respeito da (in)segurança do processo eleitoral e colocando em circulação um imaginário midiático de fraude. Para ilustrar nossas inferências, selecionamos alguns exemplos retirados do noticiário nacional. São notícias, entrevistas e comentários de articulistas, veiculados no período de uma década – entre os anos de 2008 e 2018 –, os quais apresentamos a seguir, em que a imprensa deu visibilidade a supostas denúncias de fraude.

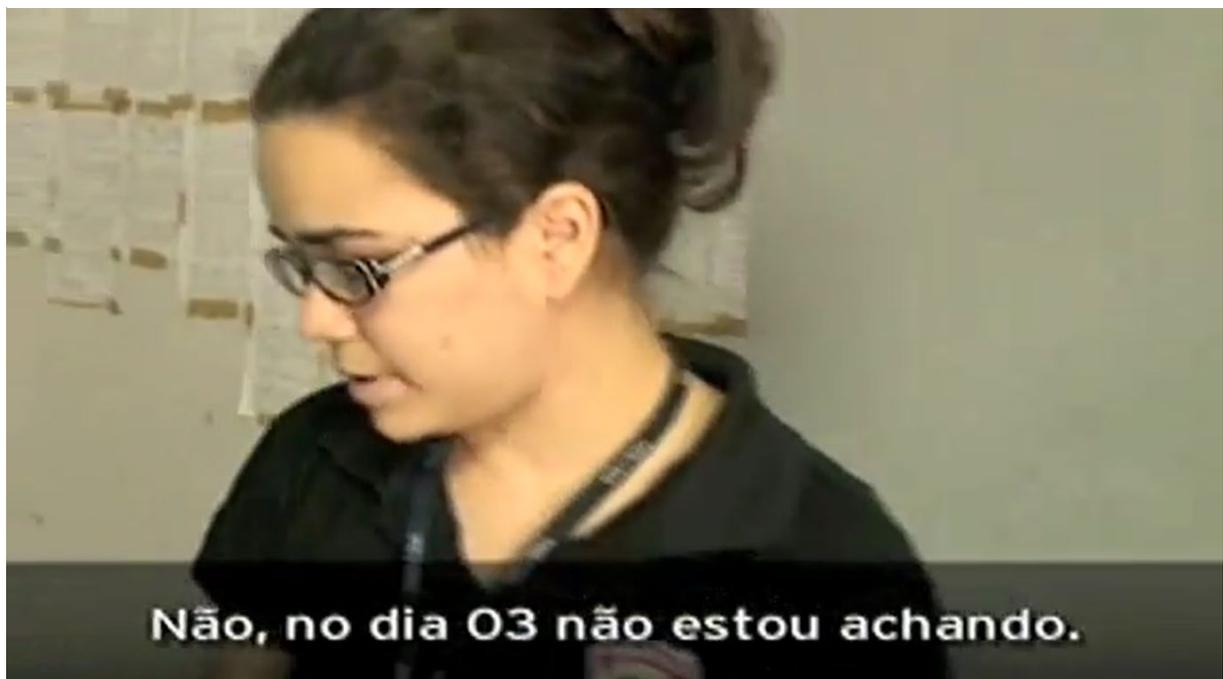
1.1 AS MARCAS DO JORNALISMO ADVERSÁRIO

Após a reeleição de Lula em 2006, ficaram mais frequentes na imprensa pautas contendo denúncias sobre a suposta violabilidade das urnas eletrônicas brasileiras. Em 2008, ano eleitoral, o Jornal da Band exibiu duas reportagens, nos dias 24 e 26 de novembro de 2008, contendo denúncias sobre supostas fraudes ocorridas em eleições municipais daquele ano. Ambas mostram eleitores e/ou candidatos derrotados, indignados por votos que supostamente não foram registrados pela urna eletrônica. A primeira delas trazia depoimentos de eleitores do município de Caxias, interior do Maranhão, que disseram ter tido problemas com a urna eletrônica, complementados por entrevistas com profissionais de programação e segurança da informação. Neste exemplo, a simplicidade dos eleitores de uma pequena cidade, distante dos grandes centros urbanos, contrasta com a complexidade das máquinas

eletrônicas. O vídeo tem a duração total de 6 minutos e 30 segundos entre sonoras, *offs*, passagens e comentários dos âncoras. Apenas após 4 minutos e 28 segundos foram exibidas tentativas de contato com autoridades eleitorais, que não se manifestaram por diversos motivos, entre os quais, porque não foram encontradas pela equipe de reportagem. O Jornal da Band exibiu uma reportagem em tom denunciante, na qual o acusado não tem espaço de fala porque não foi localizado. Por isso, dissemos que o trabalho de edição reforça o sentido de fraude.

Abaixo, trazemos uma série de capturas de tela feitas do *videotape* (VT) do Jornal da Band, edição de 24/11/2008. Na primeira imagem (Figura 1), uma policial federal é perguntada se existe autorização do juiz eleitoral para que as urnas fossem manipuladas após a cerimônia de lacre. Segundo a reportagem, “a cerimônia de lacre de urnas aconteceu em 26 de setembro. Em 03 de outubro, alguém mexeu nas máquinas, como mostra o documento”.

Figura 1 - Print de tela do videotape (VT) do Jornal da Band, edição de 24/11/2008.



Fonte: print da autora.

Em seguida, a repórter diz que 11 de 12 vereadores eleitos em Caxias (MA), em 2008, são ligados ao prefeito reeleito e que a reportagem o procurou para ouvi-lo

sobre esse fato. No VT (Figura 2), surge a secretária do prefeito, dizendo que ele não poderá gravar entrevista.

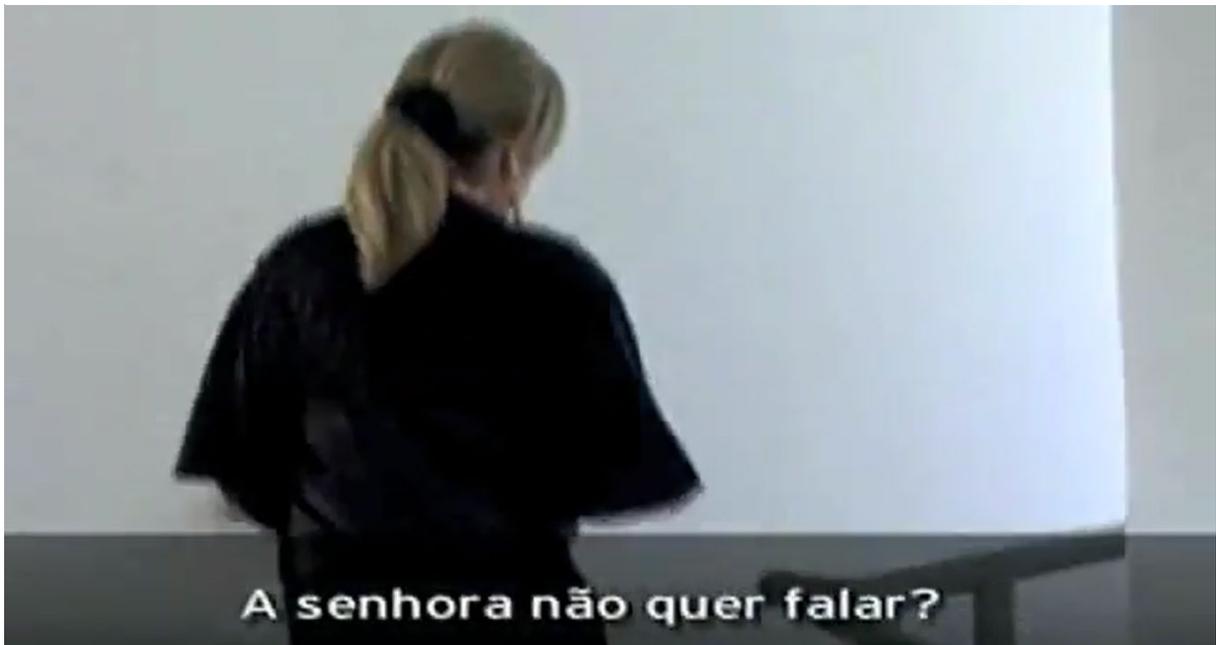
Figura 2 - Print de tela do videotape (VT) do Jornal da Band, edição de 24/11/2008.



Fonte: print da autora.

Mais à frente, para reforçar o clima de suspeita construído pela reportagem, são mostradas imagens (Figura 3) gravadas de longe, às escondidas, enquanto no *off* a repórter conta que tentou ouvir, por duas vezes, a presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, mas não foi atendida.

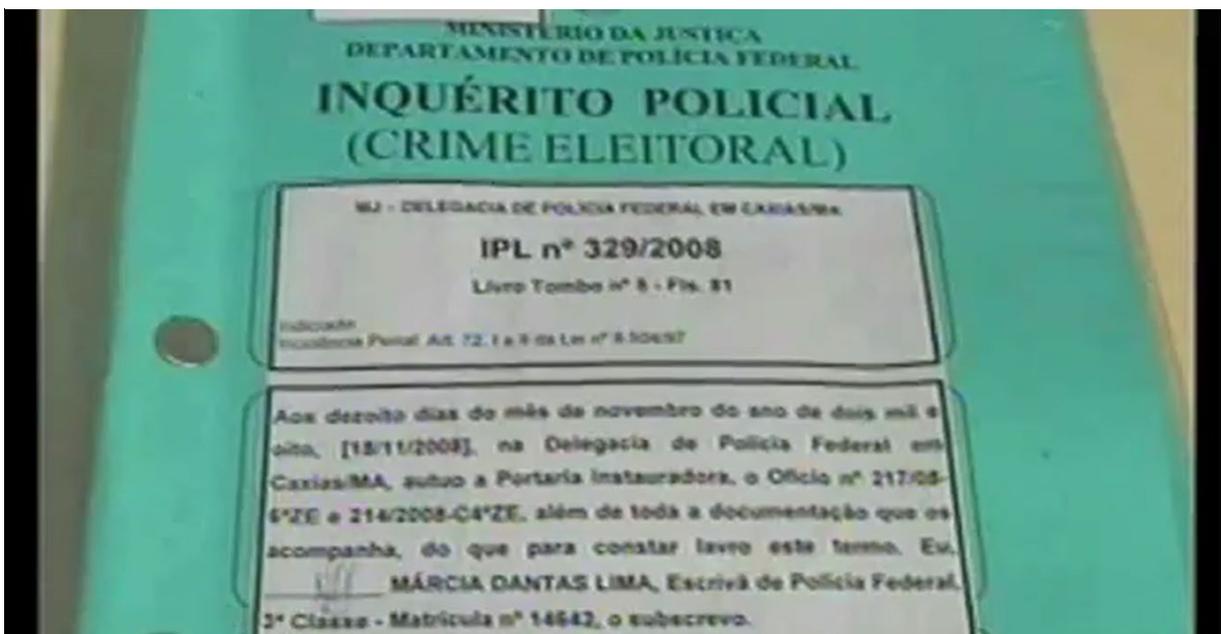
Figura 3 - Print de tela do videotape (VT) do Jornal da Band, edição de 24/11/2008.



Fonte: print da autora.

Na sequência, surgem novamente no VT imagens (Figura 4) gravadas com a Polícia Federal. Desta vez, entretanto, informando sobre a abertura de um inquérito eleitoral para apuração de suposto crime eleitoral.

Figura 4 - Print de tela do videotape (VT) do Jornal da Band, edição de 24/11/2008.



Fonte: Print da autora.

Nos segundos finais do VT, são exibidas a sonora do secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o qual, indagado sobre o que pode ter acontecido nas eleições de Caxias, responde que a única hipótese aceita pela TSE é o erro do eleitor no momento de votar. Após a exibição do VT, o âncora Ricardo Boechat afirma:

O que a reportagem da Band mostra é que a urna pode ser manipulada e permitir grandes distorções no resultado eleitoral. O presidente do TSE, ministro Ayres Brito, que sempre aparece na imprensa dando declarações as mais variadas, surpreendentemente desta vez não quis falar sobre assunto de sua alçada.

Neste caso, entendemos que ou havia intenção do telejornal de criar uma atmosfera de suspeita sobre o sistema eleitoral ou apuração e edição falharam. Primeiro, por exibir uma matéria sobre um assunto delicado, contendo depoimentos e falas de especialistas que sugerem a ocorrência de uma fraude, sem ouvir todos os lados envolvidos na história; depois, por montar a matéria de modo que o *outro lado*, isto é, as autoridades eleitorais, surgem ou de costas ou entre frestas de portas, situações que sugerem haver um segredo a esconder, reforçando as suspeitas dos eleitores ouvidos. Pela fala do âncora, Ricardo Boechat, descartamos a hipótese de falha no processo de *newsmaking*. Por outro lado, em janeiro de 2009, a Polícia Federal encerrou as investigações sobre as eleições de 2008 em Caxias e concluiu que não houve fraude nas urnas.

Em nosso segundo exemplo retirado do Jornal da Band – uma reportagem exibida em 26 de novembro de 2008 – a suspeita de fraude nas urnas retorna com a denúncia de um candidato a vereador do município de Guarulhos (SP) derrotado nas eleições anteriores (2004). Inconformado com a derrota, o contador Antônio D’Agostino chegou a pedir a anulação das eleições daquele ano, com base em dados obtidos por ele com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo. D’Agostino afirma ter cruzado tais dados e encontrado coincidências que apontam para fraude, opinião referendada por um matemático entrevistado pelo Jornal da Band. A reportagem também traz a opinião de um especialista em direito eleitoral, que teria sido entrevistado sobre o mesmo tema quatro anos antes. O jurista se desculpa por ter dito naquela ocasião que não haveria possibilidade de fraude nas urnas eletrônicas

e muda seu posicionamento, afirmando estar convencido de que há falhas de procedimentos tanto na justiça eleitoral quanto nas máquinas de votar.

A matéria de quase cinco minutos inicia com a narração da repórter: “Não importa quem vota em quem se a maneira de contar os votos não é confiável” e encerra com a conclusão de que o *acúmulo de poderes* da justiça eleitoral é apontado como vilão. Os *especialistas* argumentam que o fato de a mesma justiça ser responsável por todas as etapas do processo eleitoral – incluindo a configuração e a segurança das urnas e uma eventual auditoria no resultado das eleições – seria prejudicial à democracia. Segundo os entrevistados, o voto impresso seria a solução para acabar com as suspeitas. Particularmente, não vemos relação entre a premissa *a mesma justiça é responsável por todo o processo* e a conclusão *o voto impresso é a solução*, simplesmente porque a *mesma justiça* continuaria responsável por todo o processo eleitoral. Desse modo, entendemos que, mais uma vez, ou o jornalismo falhou, ao não perceber que o argumento construído é falso (ou, pelo menos, não é lógico) ou agiu com intenção de reforçar uma atmosfera de suspeita sobre as urnas e sobre a própria justiça eleitoral.

Recentemente, o vídeo voltou a circular em portais de notícias e em perfis nas redes sociais digitais, ligados a políticos bolsonaristas. Em julho de 2021, Antônio D’Agostino foi entrevistado pela Rádio Jovem Pan sobre o episódio. No mesmo mês, a agência de checagem de fatos Lupa afirmou que as declarações de D’Agostino são falsas; a Lupa encontrou indícios de que ele teria interpretado erroneamente os dados recebidos do TRE de São Paulo. Apesar dos esforços de checagem, veículos bolsonaristas, a exemplo da Jovem Pan e da Revista Oeste, mantêm notícias com falas de D’Agostino em seus portais, sem mencionar que são denúncias desmentidas e sem base em provas concretas.

As abordagens observadas nas duas matérias do Jornal da Band caracterizam o que a literatura chama de *jornalismo adversário*, que seria uma visão menos romântica do que aquela que vê o jornalismo como *watchdog journalism* (jornalismo cão-de-guarda, em tradução livre), isto é, como “atividade que vigia os poderosos e denuncia seus malfeitos e as mazelas do poder” (Shuen, 2018). Por outro lado, o jornalismo se caracteriza como adversário quando ele se coloca como um ator político com interesses opostos aos do grupo que está no poder. Segundo Shuen (2018), por meio das notícias ocorre uma “disputa pela legitimidade de discursos, de vozes e da própria realidade”. O jornalismo deixa de fazer o papel de “olhos e ouvidos” do público

para se tornar um ator político independente, que age de acordo com seus próprios interesses. A depender de quais sejam esses interesses, os jornais passam a tratar o grupo político que está no poder como inimigo e a desqualificá-lo.

Nosso raciocínio baseia-se, em parte, na percepção de que as matérias da Band contribuíram para reforçar um sentimento generalizado de desconfiança em relação ao sistema eleitoral, ao não apresentar o contraponto das autoridades. Essa *anomalía* pode ter como causa uma falha no processo de checagem. Neste caso, os relatos de eleitores que não teriam conseguido votar no candidato que escolheram deveriam ter sido confrontados com as várias possibilidades de erro, para além da possibilidade de fraude. Trocando em miúdos, um eleitor pode ter anotado errado o número de seu candidato ou pode não ter anotado e, ao ter se esquecido do número correto, cometeu um erro. Ou, ainda, o candidato pode ter trocado de partido e, com isso, seu número na urna mudou, confundindo seus eleitores menos atentos.

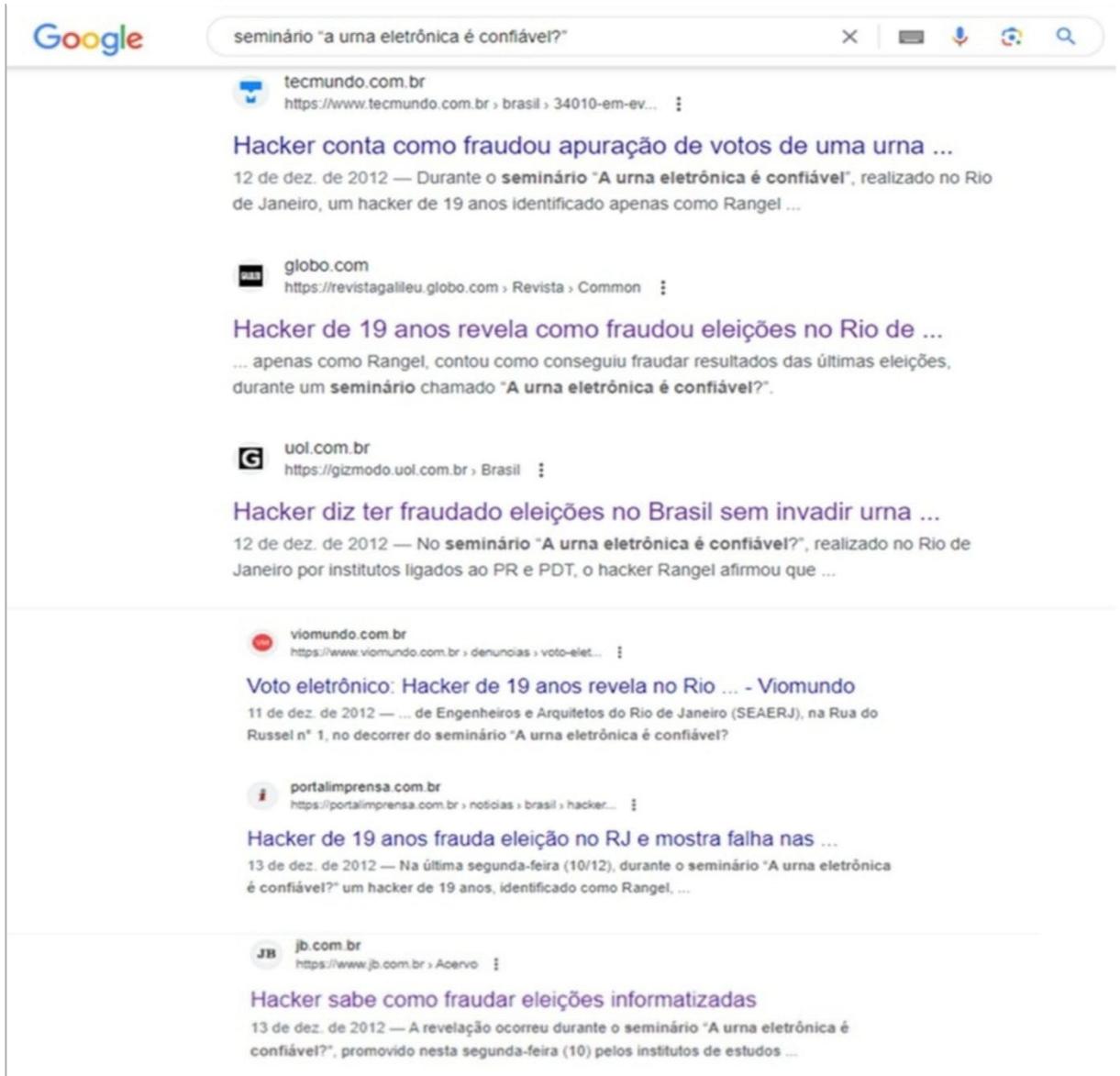
De modo contrário, o que seria uma *anomalía* pode, na verdade, derivar de uma escolha deliberada das instâncias superiores da redação, caracterizando o jornalismo adversário. Nossa percepção de que o Jornal da Band assumia uma *postura adversária* em relação ao governo da época baseia-se nas evidências de cobertura negativa da imprensa – incluindo a televisiva – nos dois últimos anos do primeiro mandato de Lula, contribuindo para afastar eleitores que tinham votado no presidente em 2002 (Mundim, 2014). Em 2006, a cobertura midiática assumiu o viés de oposição, mostrando-se majoritariamente contrária à reeleição de Lula (Rubim; Colling; 2007). Nesse sentido, no jogo do jornalismo adversário, os fins justificariam os meios, isto é, os procedimentos questionáveis seriam justificáveis diante de um objetivo maior: evitar a reeleição de um presidente contrário aos interesses da grande imprensa. Como consequência, ainda que a imprensa não fabrique nem espalhe *fake news*, os anos de cobertura adversária atingiram o sistema eleitoral, colaborando para cristalizar a descrença popular nas urnas eletrônicas.

Em 2010, ano de eleições gerais, a postura do jornalismo frente às urnas eletrônicas era a de desconfiança, dirigida não somente às máquinas de votar, mas à principal autoridade eleitoral brasileira, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), contribuindo para consolidar o mito do complô no imaginário do eleitor brasileiro. Em abril, o portal de notícias G1 publicou na editoria de Tecnologia e Games a coluna de Altieres Rohr, jornalista especializado em tecnologia e segurança da informação. Entre as notícias comentadas por Rohr, uma delas trazia no título a conclusão de uma

pesquisa internacional sobre as urnas eletrônicas utilizadas na Índia: *Teste mostra que urna eletrônica da Índia poderia ser controlada via celular*. No texto, o colunista dizia que os pesquisadores obtiveram a urna usada na pesquisa por meio de uma fonte anônima, já que “a comissão eleitoral indiana decidiu não permitir o teste”. No último parágrafo, ele faz uma comparação com o caso brasileiro: “o TSE também não cede urnas para testes independentes. O máximo que se fez até agora foi permitir que especialistas analisassem o equipamento por apenas quatro dias”. Segundo Rohr, a solução proposta pelos pesquisadores “é a existência de um voto impresso que deve ser confirmado pelo eleitor”.

Em dezembro de 2012, após as eleições municipais, diversos veículos de imprensa repercutiram a declaração de um jovem hacker brasileiro sobre um esquema de venda de “lotes de votos” no estado do Rio de Janeiro. A fala aconteceu durante o seminário “A urna eletrônica é confiável?”, promovido pelo Instituto Republicano (ligado ao antigo Partido da República, atualmente Partido Liberal - PL) e pela Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini (ligada ao PDT), no qual estavam presentes cientistas, políticos e autoridades brasileiras. Não surpreende o fato de o evento ser transformado em notícia, afinal, fora organizado por dois grandes partidos políticos, em ano eleitoral. O que salta aos olhos e justifica a inclusão dessa notícia neste estudo de caso é a postura declaratória do jornalismo. A maioria das notícias traz no título expressões como *hacker conta*, *hacker revela*, *hacker confessa*, *hacker sabe*, *hacker fraudava* (Figura 5). Ao clicar nos títulos, fica claro que as matérias apenas reproduziram as declarações do hacker sem, contudo, apresentar o contraponto da justiça eleitoral ou mesmo dos acusados de terem contratado a fraude. Há, porém, duas exceções: a coluna publicada no Portal Uol e a matéria do extinto Jornal do Brasil. Ambas deram espaço para os supostos beneficiados pela fraude. Ainda assim, não localizamos notícias contendo declarações da Justiça Eleitoral sobre o acontecimento.

Figura 5 - Print de tela de busca realizada no Google



Fonte: Print da autora.

Em 2014, novamente as suspeitas ao redor das urnas eletrônicas voltam a ocupar espaço no noticiário. No dia 30 de julho, a revista *Veja* publicou um texto de autoria do professor Walter Del Picchia, com o título *Entre todos os países que adotaram o voto eletrônico, o Brasil é o único que ainda utiliza urnas que podem ser manipuladas*. No artigo de opinião, o professor é integrante do Fórum do Voto Eletrônico descreve e compara as três gerações de urnas eletrônicas, defendendo que o Brasil deveria abandonar as urnas de primeira geração e adotar um dos modelos sucessores, os quais utilizam a impressão do voto como meio de *garantir* a lisura do processo eleitoral. No entanto, o autor do texto não leva em conta que os

equipamentos utilizados no Brasil passaram por mudanças estruturais, a exemplo do Módulo de Segurança Embarcado, introduzido nas urnas em 2009 e que garante que apenas o software criado pelo TSE possa rodar na urna. O artigo também não menciona os problemas registrados em eleições com cédulas de papel e não aborda o fato de que, em nações onde a votação ainda se realiza de forma não eletrônica, não é incomum que o partido ou candidato derrotado levante suspeitas de fraude contra o vencedor.

No dia 19 de agosto, o pesquisador Diego Aranha foi entrevistado por Danilo Gentilli, no *talk show* *The Noite*, exibido pela TV Record. Especialista em segurança da informação, Aranha defende basicamente o mesmo que Del Picchia: as urnas de primeira geração, utilizadas no Brasil, são vulneráveis e não garantem o sigilo do voto nem protegem as eleições de fraudes. Se, por um lado, Aranha mantém uma postura técnica durante a entrevista, por outro, Gentilli comporta-se como um ator de oposição, insinuando que manter as urnas de primeira geração, em vez de substituí-las por outro modelo, seria um ato intencional das autoridades eleitorais para deliberadamente facilitar a manipulação maliciosa das urnas. Gentilli não consegue induzir o entrevistado a concordar com ele, mas provavelmente colabora para que o espectador de seu programa suspeite da boa-fé dos agentes públicos.

Em 26 de agosto do mesmo ano, o Jornal da Record exibiu uma reportagem em que entrevista Diego Aranha, seguindo a mesma linha do *talk show* conduzido por Gentilli. A diferença é que, ao contrário do programa de entretenimento, o telejornal conta com a sonora de um profissional do TSE, que dá a versão da justiça eleitoral para as supostas falhas encontradas nas máquinas de votar. Dos três materiais analisados, do ano de 2014, percebemos mais claramente a postura adversária no programa de Danilo Gentilli (*The Noite*), repetindo seu estilo no programa *Custe o Que Custar* (CQC), da emissora Band, o que se explica pelo fato de o *talk show* não ter compromisso com os princípios éticos do jornalismo. No entanto, isso não quer dizer que a reportagem do Jornal da Record tenha sido *neutra*. Pelo contrário. Apesar de as críticas ao sistema eleitoral não serem explícitas, o enquadramento dado ao tema assumiu o viés da suspeita. Com relação ao texto de Walter Del Picchia publicado pela revista *Veja*, é notória a crítica ao modelo de urna utilizada no Brasil. Sob o verniz da objetividade e da imparcialidade, o tema é abordado de uma perspectiva que compara os aspectos técnicos dos modelos disponíveis no mercado, mas omite

mudanças estruturais que impedem comparações entre o equipamento de primeira geração em sua versão original e o modelo usado no Brasil.

As eleições de 2014 foram marcadas pelo sentimento de desconfiança, que se intensificou com a reeleição de Dilma Rousseff em uma votação considerada apertada, com diferença de 3,5 milhões de votos entre os concorrentes. A eleição ficou empatada até os minutos finais, quando foram abertas as últimas urnas da região Nordeste, dando a vitória à petista. Inconformado, Aécio Neves, candidato do PSDB, protocolizou no TSE um pedido de auditoria nas urnas, para que fosse averiguada a lisura daquelas eleições. Um ano depois, em novembro de 2015, o PSDB apresentou um relatório concluindo que não era possível afirmar que houve qualquer tipo de fraude, mas a justificativa era a impossibilidade de auditar os sistemas da justiça eleitoral, reforçando o sentido de complô das autoridades para beneficiar a candidata à reeleição, Dilma Rousseff. Ainda, o relatório afirmou que a única maneira de garantir transparência nas eleições seria com a implementação do voto impresso. O resultado da auditoria repercutiu na imprensa segundo o ponto de vista do PSDB, ou seja, o jornalismo, mais uma vez, limitou-se a reproduzir declarações do principal partido de oposição à presidente reeleita, sem apresentar, contudo, as fragilidades do argumento acusador.

Àquela altura, a insegurança das urnas e a desconfiança sobre a justiça eleitoral já estavam consolidadas no imaginário dos eleitores brasileiros, por meio de anos a fio de cobertura que colocava o sistema eleitoral como um todo sob suspeição, por meio de reprodução unilateral de quaisquer declarações que entregassem um relato pessoal ou *de especialista* sobre a falibilidade das urnas eletrônicas. Com a vitória de Dilma Rousseff e a consequente permanência do PT no poder, o jornalismo manteve sua postura de adversário do governo federal, fazendo mais do que fiscalizar a presidente eleita, isto é, posicionando-se como um ator político com interesses opostos (Shuen, 2018). Mantiveram-se, também, as desconfianças com relação ao sistema eleitoral brasileiro, notadamente contra as urnas eletrônicas.

Enquanto oposição, o jornalismo trabalhou para colocar sob suspeita o processo eleitoral brasileiro. Desse modo, a possibilidade de fraude nas eleições passou a ser pauta com mais frequência pela grande imprensa. Em 2015, o Jornal da Cultura exibiu uma entrevista com o jornalista especializado em telecomunicações, Ethevaldo Siqueira, em que ele afirma que as urnas brasileiras são vulneráveis e deveriam passar por mudanças. Apesar de o foco da entrevista não ser as urnas

eletrônicas, em certa altura o apresentador lê a pergunta de um telespectador do programa sobre a possibilidade de fraude nas eleições brasileiras. Siqueira responde que a possibilidade *é muito grande* e justifica dizendo que os países que adotaram o sistema de votação eletrônico criaram também um sistema com *comprovante lateral*, ou seja, impresso, o que não ocorre no Brasil. O trecho com a fala de Ethevaldo Siqueira, de um minuto e cinquenta e seis segundos, foi publicado no Youtube e, também, na página da TV Cultura no Facebook. Desta forma, a TV Cultura deixa clara sua opção pela desconfiança no sistema eleitoral brasileiro.

Em abril de 2017, o programa Mariana Godoy Entrevista, da Rede TV!, exibiu a conversa entre a jornalista Mariana Godoy e o ex-delegado da Polícia Federal e ex-deputado federal (2011-2014) Protógenes Queiroz. A jornalista Mariana Godoy introduz o entrevistado, dizendo que ele apresentaria “opiniões fortes de quem já foi delegado, deputado e prendeu gente muito importante”. Na entrevista de quase uma hora de duração, Queiroz fala sobre a operação *Satiagraha*, conduzida por ele em 2008, enquanto delegado da Polícia Federal. Por causa daquela operação, o ex-deputado foi condenado à prisão e hoje vive na condição de asilado político, na Suíça. Em meio a outros temas, Queiroz fala ainda sobre a operação Lava-Jato e sobre as eleições de 2014, em que concorreu à reeleição ao cargo de deputado federal, mas perdeu. Queiroz afirma à jornalista que teria provas de que o pleito de 2014 foi fraudado, mas que o TSE jamais admitiria isso, e afirma que a acusação não é desculpa de perdedor.

O trecho em que Queiroz fala sobre a suposta fraude nas urnas eletrônicas foi publicado no portal BOL e em vários canais do Youtube (tanto de famosos quanto de anônimos). Em 2021, o mesmo trecho voltou a circular nas redes sociais digitais, com o intuito de desqualificar as urnas eletrônicas, e foi verificado pelo Projeto Comprova em parceria com o Estadão Verifica (projeto de checagem de fatos do Jornal Estadão). A checagem concluiu que o trecho promove desinformação, ao omitir que a denúncia de Queiroz fora apurada em conjunto com o pedido de auditoria do PSDB, cujo relatório final não comprovou a fraude nas eleições de 2014.

O sentimento popular de desconfiança, aliado à crise política alardeada pela imprensa (Shuen, 2018), contribuíram com o impeachment de Dilma Rousseff, o que agravou a crise vivenciada pela jovem e frágil democracia brasileira. No entanto, as suspeitas não tiveram fim com o afastamento da presidente. Tanto a imprensa quanto a parcela da população que desejava a alternância do poder político temiam que o PT

pudesse ter ainda alguma influência sobre o TSE e, com isso, fraudar as eleições de 2018 para voltar ao poder. Foi com esse clima que Jair Bolsonaro se elegeu presidente da República em 2018. Importante destacar que o clima de desconfiança não era somente com relação às urnas eletrônicas. Havia um contexto maior no qual tal pauta estava inserida. Em 2014, foi deflagrada pela Polícia Federal a operação Lava-Jato, cujo ápice ocorreu em 2018 com a prisão do então ex-presidente Lula (PT). Durante os dois primeiros anos do mandato de Bolsonaro, a operação foi aos poucos enfraquecida e, em fevereiro de 2021, desmantelada definitivamente. Mas a repercussão da Lava-Jato, cuja cobertura longa e pirotécnica tinha por objetivo convencer o povo de que havia uma facção criminosa governando o país e que, para retomar a confiança de investidores e o crescimento econômico, era preciso extirpá-la, foi fundamental para o fortalecimento do sentimento de desconfiança popular com relação ao grupo que estava no poder.

1.2 CONJUNTURA DA DESCONFIANÇA

De acordo com Hoffman & Santos (2022, p. 120), entre 2010 e 2020, “a percepção dos brasileiros sobre o processo eleitoral mostrou uma piora generalizada”. Eles atribuem essa piora, entre outras coisas, às ações de grupos antissistemas, que têm por objetivo minar a confiança cidadã nas instituições democráticas. Apesar de destacarem que o fenômeno é internacional, os pesquisadores alertam para a particularidade do caso brasileiro, em que “o cenário de descrédito generalizado com o sistema político”, somado à “existência de uma cultura política autoritária”, tornam a situação no Brasil mais dramática. Por outro lado, Thompson (2014, apud Azevedo Junior & Bianco, 2019, p. 72) alerta que a preponderância de uma visibilidade negativa dos agentes políticos fornece as condições ideais para “a repentina ascensão ao poder de uma figura aparentemente intocada por escândalos e por sombrias transações de políticos fisiológicos, e cujo apelo se enraíza em parte num penetrante sentido de descontentamento e desconfiança” por parte da população. Considerando que o ex-presidente Jair Bolsonaro (atualmente, no PL) elegeu-se, em 2018, com um discurso antissistema, sua ascensão ao poder significou, paradoxalmente, uma deterioração da própria democracia.

Considerando que grupos autoritários antissistema agem por meio de ação política coordenada, cuja tática “se vale de fazer progredir a execração dos

adversários políticos, fazer avançar sobre o regime e os processos a ele relacionados a desconfiança” (Hoffman; Santos, 2022, p. 125), mais a “tendência de uma busca desenfreada pelo escândalo na cobertura jornalística da política no Brasil recente” (Rubim; Colling; 2007, p. 178), tem-se o esboço do quadro de consolidação de um imaginário da política enquanto espaço de conspiração, colaborando para atingirmos o ápice dos embates de sentido sobre a confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro, em 08 de janeiro de 2023, quando o extravasamento da circulação leva centenas de pessoas a cometerem atos de vandalismo contra a sede dos três poderes, em Brasília (DF).

Nesse sentido, entendemos que a postura adversária por parte da mídia massiva, tanto na cobertura política quanto na cobertura eleitoral, no período entre 2008 e 2018 – com destaque para a cobertura da Operação Lava-Jato e para o processo e votação do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) – ajudou a criar o clima de medo que culminou, primeiro, com a vitória de Jair Bolsonaro, em 2018, após uma campanha marcada por circulação massiva de *fake News*. E, depois, com a recusa de sua derrota para Lula (PT), em 2022. Portanto, ainda que algumas das anomalias aqui relatadas possam ser tidas como falhas de procedimento do jornalismo profissional, consideramos que tais falhas foram produto de escolhas editoriais, o que caracteriza a postura adversária que ajudou a alimentar o mito do complô do sistema eleitoral a favor do PT. Tal postura colocou o jornalismo frente a um monstro que ele próprio ajudou a criar – o monstro da desinformação.

A partir de um resgate histórico que se estende desde o início da informatização do processo eleitoral até as três últimas disputas presidenciais (2014, 2018 e 2022), observamos como a desconfiança nas urnas eletrônicas, e no sistema eleitoral como um todo, tem sido alimentada por práticas jornalísticas que, nos casos acima relatados, assumiram um viés adversário. Este posicionamento da imprensa, caracterizado por uma cobertura que frequentemente privilegia a suspeição em detrimento de uma investigação equilibrada, contribuiu significativamente para a consolidação de um imaginário político marcado pela ideia de política enquanto lugar de logro. Ao alimentar o mito de um complô do sistema eleitoral para favorecer um partido – o PT, a cobertura jornalística potencializa um clima de polarização e descrédito, com implicações diretas na estabilidade democrática e na confiança pública no processo eleitoral. No capítulo de análises, ficarão mais claras as dinâmicas de produção e circulação de sentidos sobre fraude eleitoral, e os

imaginários subjacentes aos sentidos em disputa, que levaram ao extravasamento das narrativas conspiratórias após as eleições de 2022. Antes disso, propomos um diálogo com as correntes de pensamento que compõem nosso referencial teórico.

2. CONCEITOS EM ACIONAMENTO NA COMUNICAÇÃO

A midiatização enquanto campo de pesquisa está consolidada, com pesquisas de diferentes abordagens concluídas no Brasil e uma rede extensa de pesquisadores espalhados pelo mundo. Na América do Sul, a maior parte das pesquisas foram desenvolvidas na Argentina e no Brasil, especificamente na Unisinos, onde foram defendidas mais de uma centena de teses e dissertações de mestrado que mobilizam a midiatização como operador teórico, considerando os mais de 30 anos do programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação, onde tal perspectiva vem sendo abordada de modo bastante inovador. Diante da profusão de trabalhos publicados, a elaboração do estado da arte das pesquisas em midiatização se torna mais difícil. Para viabilizar a empreitada, faz-se necessário um recorte preciso do objeto, com definição de palavras-chave específicas, para posterior busca em repositórios de trabalhos acadêmicos.

Com a pesquisa em andamento e o recorte já delimitado, passamos para a fase operacional do trabalho. Assim, fizemos uma primeira busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (<https://bdtd.ibict.br/vufind/>), com as palavras-chave *midiatização*, *circulação* e *eleições*, resultando em sete trabalhos encontrados. Porém, nenhum deles com enfoque parecido ao nosso, ou seja, que abordasse as dinâmicas da circulação de sentidos sobre fraude eleitoral, sob o viés do conceito de circulação nos estudos em midiatização. Ainda assim, selecionamos quatro teses de doutorado que mais se aproximam com nossa busca, sendo dois deles produzidos na Unisinos, um produzido na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e outro produzido no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), conforme Quadro 1:

Quadro 1 - Pesquisa da pesquisa: primeiro resultado

TÍTULO	AUTOR	PALAVRAS-CHAVE	ORIENTADOR	ANO DE DEFESA	INSTITUIÇÃO	ÁREA DO PROGRAMA
A regulação das interações através da constituição de circuitos-ambientes : o caso das pesquisas de intenções de votos nas eleições presidenciais de 2014 – primeiro turno	Ricardo Vernieri de Alencar	Midiatização; Circulação; Circuito-ambiente; Pesquisa de Opinião Pública; Eleição	Jairo Getúlio Ferreira	2016	UNISINOS	COMUNICAÇÃO
A política dos eleitores no Facebook dos candidatos: uma análise de dispositivos interacionais construídos nas eleições presidenciais de 2014	Lídia Raquel Herculano Maia	Eleições Presidenciais de 2014; Página do Candidato no Facebook; Circulação; Dispositivo Interacional; Conversação Política Online	José Luiz Braga	2019	UNISINOS	COMUNICAÇÃO
Comunicação política e construção da realidade: o WhatsApp nas eleições presidenciais de 2018.	Victor Rabello Piaia	José Maurício Castro Domingues da	José Maurício Castro Domingues da Silva	2021	IESP/UERJ	SOCIOLOGIA
A construção do #elenão: circulação, circuitos e estratégias discursivas	Diosana Frigo	Midiatização. Circulação de sentidos. Circuitos comunicacionais. Estratégias discursivas. #EleNão.	Viviane Borelli	2023	UFMS	COMUNICAÇÃO

Fonte: elaborado pela autora.

Diante do pequeno número de trabalhos encontrados e, ainda, considerando que nenhum deles se debruça sobre a problemática da circulação de sentidos sobre fraude eleitoral, continuamos nossa pesquisa na mesma base de dados. Sendo assim, procedemos a novas buscas, utilizando as seguintes palavras-chaves: 1) circulação e eleições e imaginário ou mito; 2) circulação e eleições e fraude ou fraudes; 3) circulação ou midiatização e eleições e conspiração ou complô; 4) circulação de sentidos e fraude e eleições; 5) eleições e desinformação e mito ou imaginário; 6) eleições e imaginário ou imaginários e fraude ou fraudes; 7) eleições e fraude ou fraudes e mito ou mitologia; 8) imaginários e fraude ou fraudes e urna ou urnas. A busca 1 retornou cinco resultados, porém, nenhum dos trabalhos tangencia teórica ou metodologicamente nossa pesquisa ou guarda relação de proximidade com nosso objeto (circulação de sentidos sobre fraude eleitoral). A busca 2 retornou um resultado, a tese de Victor Rabello Piaia, que já compõe nosso corpus (ver quadro 1). A busca 3 não teve nenhum resultado; o mesmo ocorre nas buscas 7 e 8. A busca 4 retornou um resultado, a tese *As fake news e a produção jornalística de referências*, defendida em 2023 por Frederico Ramos Oliveira, na Universidade Federal da Bahia (Poscom/UFBA). A busca 5 resultou na tese *Desinformação e mitologia política: a presença de mitos em boatos desmentidos nas eleições presidenciais brasileiras de*

2018, defendida por Renan Colombo, em 2021, na Universidade Fernando Pessoa, no programa de pós-graduação em Ciências da Informação, especialidade de Jornalismo e Estudos Mediáticos). A busca 6 retornou a dissertação *Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão*, defendida por Wagner Cabral da Costa, em 2001, no programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Dentre todos os nove trabalhos que foram resultado dessa segunda sessão de buscas, apenas a tese de Renan Colombo (busca 5), preencheu dois dos três critérios estabelecidos a priori: guardar relação de proximidade com nosso objeto (circulação de sentidos sobre fraude eleitoral), mobilizar ao menos um de nossos operadores teóricos (mídiação e imaginários) e/ou tangenciar metodologicamente a análise de circulação discursiva (ou, ainda, análise de interações em ambiente midiático). Após essa fase, nosso *corpus* teórico para a pesquisa estado da arte ficou da seguinte forma:

Quadro 2 - Pesquisa da pesquisa: segundo resultado

TÍTULO	AUTOR	PALAVRAS-CHAVE	ORIENTADOR	ANO DE DEFESA	INSTITUIÇÃO	ÁREA DO PROGRAMA
A regulação das interações através da constituição de circuitos-ambientes: o caso das pesquisas de intenções de votos nas eleições presidenciais de 2014 – primeiro turno	Ricardo Vernieri de Alencar	Mídiação; Circulação; Circuito-ambiente; Pesquisa de Opinião Pública; Eleição	Jairo Getúlio Ferreira	2016	UNISINOS	COMUNICAÇÃO
A política dos eleitores no Facebook dos candidatos: uma análise de dispositivos interacionais construídos nas eleições presidenciais de 2014	Lídia Raquel Herculano Maia	Eleições Presidenciais de 2014; Página do Candidato no Facebook; Circulação; Dispositivo Interacional; Conversação Política Online	José Luiz Braga	2019	UNISINOS	COMUNICAÇÃO
Desinformação e mitologia política: a presença de mitos em boatos desmentidos nas eleições presidenciais brasileiras de 2018	Renan Colombo	Eleições - Brasil; Desinformação; Comunicação Política	Jorge Pedro Sousa e Emerson Urizzi Cervi	2021	Universidade Fernando Pessoa (Porto)	CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
Comunicação política e construção da realidade: o WhatsApp nas eleições presidenciais de 2018.	Victor Rabello Piaia	Comunicação política. WhatsApp. Eleições. Jair Bolsonaro. Mídiação. Construção da realidade.	José Maurício Castro Domingues da Silva	2021	IESP/UERJ	SOCIOLOGIA
A construção do #elenão: circulação, circuitos e estratégias discursivas	Diosana Frigo	Mídiação. Circulação de sentidos. Circuitos comunicacionais. Estratégias discursivas. #EleNão.	Viviane Borelli	2023	UFSM	COMUNICAÇÃO

Fonte: elaborado pela autora.

Assim, iniciamos uma terceira rodada de buscas, desta vez por artigos publicados que possam nos ajudar na tarefa de identificar pesquisas que já trilharam caminhos semelhantes e que possam iluminar nosso objeto de alguma maneira. Para tentar chegar em um resultado mais preciso, que não demandasse extenso trabalho de filtragem, fizemos essa busca com a ajuda da inteligência artificial *Copilot*, da *Microsoft*. Para essa escolha, consideramos o universo de artigos publicados nas áreas de midiatização e estudos do imaginário, destacadamente maior do que o universo das teses e dissertações defendidas, as quais resultaram no corpus do quadro 2. Desse modo, fizemos algumas perguntas à IA, atendendo a objetivos de busca específicos. Primeiro, perguntamos: “Encontre trabalhos acadêmicos que articulem os conceitos de midiatização e mitologias políticas em disputas de sentido.” Como resposta, a inteligência artificial Copilot nos indicou os seguintes trabalhos: 1) “Interações midiatizadas: aproximações entre midiatização e regimes de interação e sentido”, de Matos, Mendes e Salgado, publicado em 2021, na Revista Galáxia, nº 46 e 2) “Jovens, midiatização da leitura e narrativas de sentido: implicações para a escola”, de Sousa e Maçaneiro, publicado em 2018 no periódico Educação em Revista, nº 34.

Em seguida, perguntamos a Copilot: Encontre trabalhos acadêmicos que investiguem a circulação de sentidos de fraude eleitoral. A IA nos retornou três trabalhos, entre eles, um de nossa autoria (*Mito do Complô: Embates de sentido na circulação de boatos sobre fraude eleitoral*, 2022), o qual prontamente excluímos. Os outros dois trabalhos foram 1) o trabalho de conclusão de curso (TCC) “*Fake news e fraude eleitoral na campanha e na justiça eleitoral*”, de Victor Almeida da Silva, apresentado à faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, em 2020 e 2) o estudo “*Desinformação on-line e eleições no Brasil: a circulação de links sobre desconfiança no sistema eleitoral brasileiro no Facebook e no YouTube (2014-2020)*”, publicado pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getulio Vargas (DAPP-FGV), sob a coordenação de Ruediger e Grassi (2020).

Após aplicação de nossos critérios de seleção – os mesmos utilizados para a filtragem das teses –, elegemos o artigo “Interações Midiatizadas”, de Matos, Mendes e Salgado (2021) e o estudo publicado pela DAPP-FGV (“Desinformação on-line e eleições no Brasil”) para compor nosso corpus, totalizando dois artigos e cinco teses. A seguir, apresentaremos uma análise dos sete trabalhos do *corpus* de estado da arte,

os quais foram agrupados segundo critério de proximidade com o objeto, com o referencial teórico e/ou com a metodologia de nosso próprio trabalho.

2.1 MUDIATIZAÇÃO COMO OPERADOR TEÓRICO

No artigo “Interações Mudiatizadas: aproximações entre mudiatização e regimes de interação e sentido”, Matos, Mendes e Salgado (2021) articulam as perspectivas socioconstrutivista e institucionalista da mudiatização com os quatro regimes de interação e sentido – programação, manipulação, ajuste e acidente – da sociossemiótica elaborada por Eric Landowski. O objetivo é propor uma metodologia de análise para os processos de interação mudiatizada, definidos como “relações atravessadas pela lógica própria da cultura mudiática”. Os autores trabalham com a perspectiva institucionalista da mudiatização, baseada em lógicas de mídia, e com a perspectiva socioconstrutivista, baseada em lógicas de mudiatização, de modo complementar, considerando que ambas coexistem na sociedade atravessada pela mudiatização enquanto metaproceto. Nas interações analisadas, os autores defendem que a programação, a manipulação e o acidente tendem a se relacionar com a perspectiva institucionalista da mudiatização, enquanto a manipulação, o ajuste e o acidente tendem a se relacionar com a perspectiva socioconstrutivista.

Apesar de não trabalharmos com os regimes de interação da sociossemiótica enquanto modelo de análise, o artigo fornece alguns *insights* para nosso objeto, ao discutir a conexão entre mudiatização e os regimes de manipulação, ajustamento e programação na política. Usando como exemplo a campanha eleitoral de 2018 de Bolsonaro, o trabalho de Matos, Mendes e Salgado (2021) sugere que a programação – tanto dos *bots* das redes sociais quanto da “geografia da opinião pública”, reforçando comportamentos estereotipados em regiões que se mostraram mais conservadoras em eleições anteriores – combinada com a manipulação, pelo uso intenso de *fake News*, fizeram parte das estratégias de Bolsonaro para formar e ampliar *bolhas ideológicas* que foram cruciais para elegê-lo. Por outro lado, Bolsonaro dispensou a mediação jornalística, mantendo com seus seguidores nas redes sociais uma relação baseada no “fazer sentir” (regime de ajustamento), além do “fazer crer” (regime de programação) e “fazer querer” (regime de manipulação). A interação baseada no “fazer sentir” desperta paixões “que, juntamente com a crença, são os elementos que

validam a adesão do destinatário ao discurso das fake News” (Matos; Mendes; Salgado, 2021, p. 13).

Fazendo uma aproximação com o artigo de Matos, Mendes e Salgado (2021), percebemos como a manipulação de elementos inscritos nos imaginários político e social, considerando que tais imaginários sofrem a incidência do regime de programação da mídia, e a escolha de dispositivos interacionais baseados no “fazer sentir” (as *lives*, o *cercadinho*, as *motociatas*) contribuíram para a escalada das narrativas de fraude de Bolsonaro e o extravasamento para além dos circuitos interacionais, culminando nos atos antidemocráticos de 08 de janeiro de 2023.

Outros trabalhos que mobilizam o referencial teórico da midiatização na constituição e/ou análise do objeto são as teses: 1) *A regulação das interações através da constituição de circuitos-ambientes: o caso das pesquisas de intenções de votos nas eleições presidenciais de 2014 – primeiro turno*, de Ricardo Vernieri de Alencar (2016); 2) *A política dos eleitores no Facebook dos candidatos: uma análise de dispositivos interacionais construídos nas eleições presidenciais de 2014*, de Lídia Raquel Herculano Maia (2019); 3) *Comunicação política e construção da realidade: o WhatsApp nas eleições presidenciais de 2018*, de Victor Rabello Piaia (2021) e 4) *A construção do #elenão: circulação, circuitos e estratégias discursivas*, de Diosana Frigo (2023).

Começando pela tese de Frigo (2023), o trabalho investiga o movimento #EleNão, criado nas eleições de 2018 por um coletivo de mulheres contrárias à candidatura de Jair Bolsonaro. A pesquisa parte do contexto das alterações sociais produzidas pela midiatização em processo, incluindo as transformações no modo como os sentidos são produzidos e circulam. Metodologicamente, Frigo (2023) adota o paradigma indiciário e a análise das estratégias discursivas empregadas pelas participantes do movimento, para compreender a formação de um complexo ecossistema comunicacional que permitiu a ampla circulação de sentidos contrários à candidatura de Bolsonaro. A aproximação da tese de Frigo (2023) com nosso trabalho se dá pela articulação da perspectiva de Verón (2005), que compreende a circulação como defasagem entre produção e reconhecimento, com o entendimento de Fausto Neto (2018) de que a circulação de sentidos é marcada por interpenetrações que estabelecem novas *zonas de contato* produtoras de discursividades sociais.

A midiatização é apresentada de modo semelhante na tese de Piaia (2021), relacionada, de um lado, a um processo de mudanças no ambiente midiático e, de

outro, a transformações na cultura e na sociedade, embora não apareçam autores latino-americanos no referencial teórico. Entre os autores acionados no trabalho para debater o fenômeno estão Hepp e Krotz (perspectiva socioconstrutivista) e Jansson e Manovich (perspectiva mais voltada à interação entre tecnologias da comunicação e sociabilidade dos indivíduos). Tendo a midiatização como pano de fundo, a tese (Piaia, 2021) busca compreender a vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018, por meio do estudo das inovações comunicativas vistas naquele pleito, com especial atenção para a circulação de conteúdos políticos no WhatsApp. Para o autor, midiatização e construção da realidade são processos interligados e ambos se relacionam com as mudanças impostas pela penetração dos dispositivos móveis de comunicação no tecido social. Assim, ao mobilizar mecanismos básicos de construção da realidade, potencializados pela incorporação do WhatsApp nas interações sociais, a campanha de Bolsonaro criou “uma forma de comunicação eleitoral capaz de renovar a relação entre os cidadãos e a política (Piaia, 2021). Utilizando a metodologia de análise de conteúdo, o autor examinou 1.176 mensagens encaminhadas ao Projeto Comprova para serem checadas. O estudo confirmou a predominância da campanha de Bolsonaro no aplicativo e apontou o destaque significativo do tema fraude eleitoral, em volume de mensagens e em envios únicos, superando outros tópicos comuns em eleições, como propaganda negativa e denúncias de corrupção. A tese concluiu que o tema da fraude nas urnas faz parte de uma complexa reconfiguração da construção da realidade em ambientes digitais.

Por outro lado, a tese de Maia (2019) aprofunda os estudos de midiatização ao propor uma análise do dispositivo interacional “página do candidato”, no contexto das eleições presidenciais de 2014. A pesquisadora analisou as páginas no Facebook de três candidatos: Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB), por meio de etnometodologia aliada ao raciocínio abduutivo. No que concerne à circulação de sentidos, a tese evidencia o papel ativo dos eleitores no processo político, que se utilizaram do dispositivo “página do candidato” para embates e partilha de afetos com outros eleitores e para reforço de vínculo com políticos. Com relação ao referencial teórico, a autora discute a midiatização com base na distinção proposta por Muniz Sodré entre mediação, midiatização e interação (Maia, 2019). A discussão de circuitos e circulação de sentidos faz referência às obras de José Luiz Braga e Antônio Fausto Neto, respectivamente. Ambos os conceitos se relacionam com as transformações do papel da recepção que, na sociedade midiatizada, passa a negociar sentidos com o

polo produtor, por meio de arranjos interacionais complexos que se traduzem em espaços de participação. Para a discussão acerca dos dispositivos interacionais, o trabalho de Maia (2019) propõe um diálogo entre a ideia de Foucault sobre dispositivos como um sistema de relações e a definição de Braga, para quem dispositivos interacionais são espaços organizados a partir de episódios interacionais modelados no processo conversacional da sociedade. Estruturalmente e conceitualmente, a tese de Maia (2019) apresenta semelhanças com nosso trabalho, ao propor um estudo de interface entre comunicação e política, articulando os conceitos de dispositivos interacionais, circuitos e circulação de sentidos. A diferença fica por conta do papel de destaque que nosso trabalho atribui aos imaginários sociais na constituição dos circuitos e na própria circulação de sentidos, promovendo uma escalada na discussão de fraude eleitoral, que extravasa dos ambientes digitais para a rua, prejudicando a confiança popular na democracia.

A quarta (e última) tese de nosso conjunto sobre estudos de midiatização é o trabalho que aborda a *regulação das interações através da constituição de circuitos-ambientes*, de Alencar (2016). A pesquisa apresenta a midiatização como uma nova ambiência (Pedro Gilberto Gomes) que transforma a forma como a sociedade opera e altera os papéis dos atores sociais, tornando a interação entre eles mais complexa. A tese também traz contribuições de Braga, para quem o mais importante é o que se faz com a produção de valores simbólicos após a recepção. O fluxo de mensagens, sempre adiante (Braga, 2017), coloca a circulação no centro dos processos comunicacionais, pois o caminho da informação se torna o elemento mais importante do processo (Alencar, 2016). Por fim, o autor discute a influência da midiatização e da circulação na geração de operações autorreferenciais do jornalismo, que tem seu papel alterado pelas novas zonas de contato entre produtores e receptores, que surgem nos espaços de comunicação digital. O ponto de contato de nossa tese com o trabalho de Alencar (2016) está na ideia de constituição e transformação dos circuitos-ambientes com a entrada de novas informações, as quais influenciam a adaptação e as estratégias discursivas dos atores envolvidos. Na tese de Alencar (2016) essas novas informações são os resultados de pesquisas eleitorais, que são usados pelas instituições midiáticas para moldar o discurso público, transformando o ambiente eleitoral num campo de batalha discursivo. Em nosso trabalho, os circuitos-ambiente constituem-se a cada vez que Bolsonaro aciona o tema da fraude eleitoral, mobilizando os imaginários sociais subjacentes. E transformam-se durante as

interações, quando novos atores sociais ascendem aos circuitos, complexificando os embates sobre o processo eleitoral.

2.2 MOBILIZANDO IMAGINÁRIOS E MITOLOGIAS COMO CONCEITOS

A única tese de nosso conjunto que faz interface com estudos do imaginário e das mitologias políticas é a de Renan Colombo (2021). O autor de *Desinformação e mitologia política: a presença de mitos em boatos desmentidos nas eleições presidenciais brasileiras de 2018* utilizou a classificação de mitologia política de Girardet (1987) para analisar 134 boatos desmentidos pelo Projeto Comprova durante as eleições presidenciais de 2018. O pesquisador empregou o método de análise de conteúdo do tipo categorial temática, por meio do qual chegou a um resultado que indica a presença de mitologias políticas em dois de cada três boatos examinados, com prevalência do mito do Complô, notadamente em boatos com temática conspiratória e caráter de denúncia. O resultado encontrado por Colombo (2021) corrobora os resultados obtidos em nossa pesquisa de mestrado, defendida em 2019 na UFPR. No trabalho em que analisamos as campanhas de Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT) nas eleições de 2018, com foco na apropriação de mitos e mitologias políticas pela comunicação político-eleitoral para a construção de marca dos candidatos, a pesquisa pelo método de análise de conteúdo concluiu que prevaleceu o apelo para mitologias da categoria Conspiração na comunicação do candidato do PSL, eleito presidente da República.

Apesar de ambos os trabalhos chegarem em resultado semelhante, os universos empíricos explorados são diferentes. Colombo (2021) examina boatos que circularam durante o período eleitoral, constatando que a maior parte dos boatos analisados favoreceram a campanha de Bolsonaro, enquanto Bianco (2019) analisa os enunciados de campanha dos candidatos (com foco, portanto, no polo emissor). Olhando para nosso trabalho atual, que analisa a circulação de sentidos sobre fraude eleitoral, vemos como o discurso político aciona circuitos por meio da mobilização de elementos míticos. Se o candidato fala repetidamente de conspiração, o tema se destaca nas conversações dos eleitores, bem como ganha espaço na agenda da imprensa, ainda que as publicações tenham sentido de contestação. Por outro lado, Colombo (2021) aborda o fenômeno sob a ótica da desinformação no contexto político, discutindo o conceito de *fake News* e analisando iniciativas de checagem de

fatos. O pesquisador também se debruça sobre a organização do ecossistema midiático em redes digitais e as transformações provocadas pela digitalização da mídia, como o surgimento de novos padrões de consumo e produção de informação, caracterizados pela interatividade e pela horizontalidade das redes sociais digitais.

Quanto ao tema dos mitos e das mitologias políticas, a tese de Colombo (2021) explora a construção de narrativas mitológicas no contexto político, com ênfase na função dessas narrativas na mobilização de sentimentos e na construção de imagens dos candidatos. Como referencial teórico, o autor mobiliza, além de Girardet, as perspectivas antropológica, semiótica e política do mito, dialogando com o pensamento de Elíade, Cassirer, Malinowski, Lévi-Strauss e Campbell (perspectiva antropológica); Barthes e Lasbeck (perspectiva semiótica); Miguel, Sorel e Carlyle (perspectiva política). Por apresentar uma visão abrangente do pensamento mítico, compreendendo o mito como uma força viva que molda realidades individuais e coletivas, a obra de Cassirer também é acionada para discutir o mito em perspectiva política. Estas abordagens permitem compreender o pensamento mítico como fenômeno complexo que transcende a racionalidade, atuando como elemento de coesão, mobilização e interpretação da realidade em contextos sociais e políticos específicos. De modo semelhante, dialogamos em nossa pesquisa com a visão abrangente de mito de Cassirer e com as constelações de mitologias políticas de Girardet, principalmente com a constelação do Complô. Por outro lado, recorreremos à perspectiva do imaginário social, em Baczko e Cassirer, a qual situa o pensamento simbólico como mediador dos processos sociais e o mito como uma das manifestações desse pensamento.

2.3 A FRAUDE ELEITORAL NAS PESQUISAS DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA

O estudo “*Desinformação on-line e eleições no Brasil: a circulação de links sobre desconfiança no sistema eleitoral brasileiro no Facebook e no YouTube (2014-2020)*”, da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP-FGV), aborda o tema da fraude eleitoral pela ótica da desinformação online e da polarização política, que potencializam a desconfiança nos processos de votação. A investigação concentrou-se em um corpus de 103.542 postagens com links nas plataformas Facebook e Youtube, que circularam entre os anos de 2014 e 2020, com o objetivo de documentar a distribuição de narrativas que contribuem para processos

de desinformação. O estudo empregou o método de estruturas linguísticas de categorização temática para identificar eixos semânticos associados ao tema *fraude nas urnas*. Os autores revisitaram o conceito de pânico moral informacional – cunhado por Stanley Cohen para descrever as ansiedades públicas frente à percebida ameaça aos valores e interesses da sociedade, exacerbadas pela cobertura midiática – para estabelecer uma analogia com o consumo de informações nas mídias sociais. De acordo com o trabalho, as acusações de fraude nas urnas se destacam como o tema mais frequente entre as notícias falsas, e desmentidas, no contexto das eleições de 2018. Isso se deve, em parte, ao antipetismo que cresceu nas eleições de 2014 e durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff (2014), fortalecendo o discurso de que a fraude nas urnas poderia perpetuar o PT no poder. A circulação de links com conteúdo sobre fraude eleitoral manteve-se elevada e significativa em 2020, destacando uma persistência da desconfiança no sistema eleitoral mesmo fora dos ciclos eleitorais.

O tema da fraude eleitoral também aparece na pesquisa de Colombo (2021), como um elemento central nas narrativas de desinformação durante o período eleitoral de 2018. No conjunto de boatos concernentes à mitologia do Complô (69 peças), desmentidos pelo Projeto Comprova e analisados pelo autor, a maioria (17 casos) corresponde a histórias falsas sobre fraude eleitoral. Segundo Colombo (2021), esse resultado indica a tentativa de deslegitimação do processo eleitoral, por meio de narrativas que insinuam que o sistema político-eleitoral brasileiro está corrompido. Outro achado da tese é a predominância do teor de falsa denúncia nesse conjunto de boatos. O autor busca suporte no pensamento de Cassirer, Giraret, Barthes para explicar o achado, para quem “os mitos são construídos de modo intencional e conveniente – nesse caso, visando depreciar adversários” (Colombo, 2021, p. 160). Por fim, o autor afirma que as teorias conspiratórias são reconhecidamente eficazes na disseminação de desinformação em ambiente digital.

Outro trabalho que explora o tema é o de Piaia (2021), para quem as narrativas de fraude eleitoral estão contextualmente incluídas em um universo de sentido ligado a Jair Bolsonaro. Assim como os demais trabalhos aqui analisados, Piaia (2021, p. 113) destaca que os conteúdos sobre fraude nas urnas “foram predominantes em volume total e envios únicos, constituindo-se como um tema com comportamento desviante em comparação aos outros”. Tendo como base as teorias de construção da realidade, a tese revela como a desinformação em torno da fraude nas urnas

conseguiu alterar a percepção do processo eleitoral, criando uma realidade alternativa em que a integridade das eleições foi posta em dúvida. Segundo o autor, “a construção do problema das urnas apostou em uma espécie de cerco informacional”, criando “um arco que envolve os usuários por estratégias que mobilizam a emoção, razão e credibilidade em autoridades e especialistas” (Piaia, 2021, p. 118). Os achados demonstram o impacto significativo que as formas de comunicação mediada, particularmente através de plataformas digitais como o WhatsApp, exercem sobre a percepção pública da realidade.

Os três trabalhos aqui analisados abordam a questão da fraude nas urnas sob a ótica da desinformação política. O trabalho de Piaia adiciona em suas análises a camada das teorias da construção da realidade e o trabalho de Colombo faz interface com os estudos das mitologias políticas. Ainda assim, todos têm a lente da desinformação como um ponto em comum. Apesar de reconhecer a importância deste tipo de abordagem, especificamente no que tange à defesa da democracia, propomos um avanço na discussão, considerando que a circulação discursiva da fraude vai além do simples consumo de desinformação, evidenciando as transformações do papel do polo receptor na sociedade midiaticizada. Além disso, propomos um olhar para os imaginários de fraude subjacentes aos discursos que, com sua pregnância simbólica, agenciam os circuitos interacionais que se formam em torno do tema da fraude. Desse modo, evitamos olhar para os atores sociais como consumidores passivos de desinformação. Ao contrário, os consideramos como cocriadores de um ecossistema de narrativas de fraude, tendo como base a ideia de que o compartilhamento de tal conteúdo guarda a intenção de fortalecer os laços de uma comunidade de crença. Partindo desse pressuposto, apresentamos o referencial teórico de nosso trabalho no próximo capítulo, organizado de acordo com as correntes que nos ajudam a pensar as especificidades de nosso objeto, que não está dado na realidade, mas foi construído ao longo da jornada de pesquisa.

3 A MUDIATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DISCURSIVOS

O contexto de midiatização em estágio avançado no qual esta tese se insere comporta uma ampliação quantitativa, mas também qualitativa do polo de produção/enunciação. Conseqüentemente, ocorre uma complexificação das interações e da própria circulação, entendida nos termos de Verón (2005) como a defasagem entre as condições de geração de um discurso (produção) e seus efeitos (reconhecimento) e nos termos de Rosa (2019) como uma relação de atribuição de valor que se estabelece nas interações. Olhar para a circulação estabelecida na midiatização em estágio avançado implica observar processos diversos dos que eram encontrados em um estágio anterior, na qual a midiatização era tida como a institucionalização da mídia massiva como instância de mediação social. Em outras palavras, seu papel como campo autônomo estava de tal modo instituído que os atores sociais construía suas experiências a partir das relações travadas com os produtos da mídia massiva. Com o estabelecimento de um sistema midiático digital, organizado em rede, o processo de midiatização dá um novo salto, em direção a uma maior autonomia dos atores sociais em relação à mídia massiva.

Nesse cenário, as interações ocorrem no espaço – e com as ferramentas – das mídias digitais, ainda que moldadas pela aprendizagem prévia com e sobre a mídia – suas lógicas de operação, sua gramática, seu imaginário etc. Do mesmo modo, instituições sociais não dependem de organizações de mídia para acessarem os espaços em que ocorrem as trocas discursivas dos indivíduos e coletivos. Assim, nosso entendimento de midiatização em estágio avançado envolve uma série de processos e operações que se desenvolvem em paralelo ao cenário sociocomunicacional centrado nas mídias de massa, a partir da consolidação de um segundo sistema de mídia, coexistente ao sistema de difusão um para muitos, que se baseia em múltiplas conexões entre atores sociais, atores e mídias e mídias entre si (Carlón, 2020). Na verdade, mais do que coexistirem, ambos os sistemas partilham uma convivência caótica, em que todos são enunciadores e os sentidos se encontram permanentemente em disputa.

Couldry e Hepp (2020) propõem a metáfora da onda para explicar as manifestações da midiatização, em que uma onda marca uma “mudança qualitativa fundamental nos ambientes das mídias”. Os processos se intensificam a cada nova

onda, uma vez que os meios emergentes se somam aos anteriores em vez de substituí-los. Apesar de os atores afirmarem que vivemos a terceira onda, a da midiatização digital, entendemos que a sociedade passa por um momento de aceleração das mudanças no ambiente midiático resultantes das inovações tecnológicas, de modo que a quarta onda, a dataficação, encontra-se já em processo. No entanto, nosso ponto de vista da midiatização enquanto processo contínuo não nos permite conceber a substituição da digitalização pela dataficação, mas enxergá-las como fenômenos que existem simultaneamente, mais ou menos influentes a depender do ambiente e/ou dinâmica que se está observando. Por esse motivo, preferimos trabalhar com a ideia de midiatização em estágio avançado, embora essa escolha não exclua o fato de que, mesmo usando nomenclaturas diferentes, os pontos de vista estão em diálogo permanente.

Dito isto, o fenômeno da midiatização é base para o estudo de caso que será apresentado mais à frente. Mais do que um processo em estágio avançado, trabalhamos com a visada de Fausto Neto (2019) e de Gomes (2024), para quem o fenômeno desponta como um novo paradigma para a comunicação. Ao olharmos para as “práticas enunciativas na qual todos, caucionados por suas lógicas e estratégias, falam para todos” (Fausto Neto, 2019, p. 50), percebemos que a midiatização se configura como uma ambiência diversa que modifica as relações sociais (Gomes, 2024). No caso ora em estudo, o espaço discursivo onde as narrativas de fraude circulam não é acionado apenas pelo aparato de imprensa profissional, mas também por atores políticos e sociais interagindo em plataformas de mídias sociais, eles próprios agenciando a imprensa, que chega ao circuito em uma posição diferente do habitual. Esta posição é a de quem checa enunciados emitidos por outrem, diferente da posição anterior, de *porteiro da informação (gatekeeper)*, isto é, de filtragem do que deve ou não ganhar visibilidade pública e de controle da forma e do conteúdo de seus próprios enunciados. Em outras palavras, vivenciamos um fenômeno com uma lógica própria (Braga, 2015), diferente das lógicas da mídia (embora passe por ela, vai além), o qual organiza toda a vida social, pois diz respeito a um novo modo de ser no mundo (Gomes, 2017).

Por outro lado, dizer que a sociedade passa por um estágio avançado de midiatização é perceber a apreensão de lógicas midiáticas pelo conjunto social, que passa a empregá-las em suas próprias criações simbólicas, visando à circulação. Nesse sentido, falamos em midiatização em referência a um processo (ou processos)

estruturante das interações. Nas palavras de Silverstone (2004), as mídias estão presentes, como objetos materiais ou simbólicos, em um sem-número de nossas atividades cotidianas. Isso significa que são “parte da tessitura geral da experiência”. Pelas mídias, os significados circulam e se transformam, em pequena e em grande escala; sentidos são produzidos, reproduzidos, explorados e, às vezes, representados erroneamente (Silverstone, 2004), abrindo disputas em torno da diferença. Por isso, o conceito de circulação assume posição de destaque nos estudos de midiatização, enquanto espaço de intertextualidades, de produção e de reconhecimento de sentidos (Verón, 2005) que, por sua vez, produz novos sentidos em um fluxo constante.

No bojo dos estudos de midiatização, a circulação é zona de contato (Fausto Neto, 2018), de tensão, indeterminações e defasagens (Ferreira, 2016), mas também de atribuição de valor (Rosa, 2019). Os contatos já não se dão mais como antigamente, ou seja, atores sociais não necessitam mais da mediação da imprensa para acessarem discursos de instituições e atores políticos; há outros espaços discursivos além das páginas dos jornais, dos canais de TV ou das estações de rádio. Por isso mesmo, aumentam-se as tensões frente às defasagens entre produção de sentido e seus efeitos, entre o que é dito e o que recebido. Isso ocorre, em parte, em razão da complexidade do sistema de mídias, que põe em contato direto atores (individuais e coletivos) muito diferentes entre si. Por outro lado, do ponto de vista dos enunciados que circulam, as tensões se produzem nos embates de sentido, em que interagentes atribuem valor aos discursos e disputam quais serão impulsionados. No caso estudado, podemos observar cada um desses atributos, por meio da circulação discursiva da fraude eleitoral, seja pelas *lives* de Bolsonaro, pelas checagens da imprensa sobre o dito pelo ex-presidente ou ainda pelas interações dos atores sociais na plataforma X (antigo Twitter) sobre um e outro. Ou, ainda, pelos confrontos de Bolsonaro com o poder judiciário, estes, sim, mediados pela imprensa por uma recusa do judiciário em adentrar a zona de contato de Bolsonaro.

3.1 A CIRCULAÇÃO DISCURSIVA DA FRAUDE ENQUANTO ATRIBUIÇÃO DE VALOR

Rosa (2019) trabalha com o conceito de circulação de imagens enquanto relação de atribuição de valor. Para a autora, o valor e o não-valor estão relacionados a aparecimentos/desaparecimentos e reaparecimentos/reiteraões de imagens em

espaços discursivos. Esse processo leva à “autonomização da imagem em relação ao acontecimento, pois as remissões estão voltadas mais à força imagética do que ao próprio fato” (Rosa, 2019, p.166). Portanto, a relação de atribuição de valor “se vincula à capacidade de proliferação e permanência material ou imaterial de determinadas imagens no imaginário midiático” (Rosa, 2019, p. 167). No campo pesquisado por Rosa (2019), a atribuição de valor relaciona-se tanto com a capacidade das imagens em convocar circuitos interacionais, mesmo após o transcurso do tempo, quanto com a capacidade de se tornarem imagens-referência, isto é, aquelas imagens que são convocadas sempre que um acontecimento é rememorado.

Ferreira (2019, p. 147) afirma que “Estudar a circulação é produzir inferências possíveis (...) sobre os valores (des)construídos socialmente a partir de usos e práticas relacionáveis às interações com os dispositivos midiáticos”. A diferença de perspectiva é que Ferreira (2019) fala sobre valores sociais construídos na circulação, enquanto Rosa (2019) aborda o valor intrínseco ao objeto (imagem) que circula. Apesar das diferenças de pontos de partida, ambos falam sobre a circulação enquanto lugar de atribuição de valor. Com relação à circulação de sentidos sobre fraude eleitoral, objeto desta tese, entendemos que a atribuição de valor ocorre de ambas as formas trabalhadas pelos autores. Nas disputas sobre o sentido de fraude, as urnas eletrônicas são valoradas como inseguras por Bolsonaro e por seu coletivo de identificação e como seguras pela imprensa e por atores sociais que não apoiavam o ex-presidente. Aqui, temos a atribuição de valores sociais (segurança/insegurança) ao objeto urnas eletrônicas. Do mesmo modo, ocorre a valoração da justiça eleitoral (e de seus membros) como confiável e suspeito, pelos atores inscritos na circulação. Por outro lado, desponta o mito do complô enquanto imagem imaterial que perdura no tempo, pinçado do imaginário político para dar sentido às narrativas de fraude.

O que se pretende explicar é que a fraude se configura como um entrelaçamento entre o valor social — da crença no bem contra o mal, da segurança em contraposição à insegurança, das moralidades — e uma imagem imaterial duradoura de uma política caracterizada pelas conspirações, pela compra de votos, pela própria fraude. Desse modo, a circulação, vista como o local onde o sentido é tecido, encontra-se sempre neste entrelaçamento; no entanto, agora não se trata mais de um valor social imposto pela mídia ou de uma imagem de contexto político que perdura no tempo, mas de um processo valorado pelos sujeitos em interação. A fraude, quando elaborada discursivamente e mantida como foco nas interações

sociais, representa o exercício da política midiaticizada. No capítulo de apresentação e análise do caso, fica mais claro como transcorre o processo de atribuição de valor na circulação, por meio dos embates de sentido.

3.2 FORMAÇÃO DE COMUNIDADES DE CRENÇA NA CIRCULAÇÃO

Segundo Silverstone (2004), comunidade é o nome que se dá à reunião de pessoas que compartilham valores, ideias, interesses e crenças, podendo ser presenciais ou virtuais. Existe, também, outro tipo de comunidade, que o autor chama de *imaginada*, que corresponde a espaços simbólicos compartilhados que se constroem “nos textos e símbolos públicos da vida cotidiana: nos significados mediatizados da cultura eletrônica” (Silverstone, 2004, p. 161). Assim, as comunidades imaginadas se formam nos espaços discursivos mediatizados, em processos de atribuição de valor a ideias e crenças. Ao estudar a circulação de sentidos sobre fraude eleitoral, identificamos a existência de duas comunidades opostas: a dos que creem na fraude e a dos que confiam no sistema eleitoral e não veem motivos para suspeitar das urnas eletrônicas. Os argumentos de uma não significam nada para outra. Ou sevem para dar mais combustível para a disputa.

Discursivamente, a comunidade que crê na fraude coincide com o *coletivo de identificação* de Bolsonaro. Para Verón, um coletivo de identificação é formado pelos destinatários positivos do discurso político, ou *prodestinatários*, uma entidade com quem o enunciador constrói laços de crença, compartilhando as mesmas ideias, aderindo aos mesmos valores e perseguindo os mesmos objetivos (Verón, 1987). Assim, ao enunciar suspeitas de fraude de forma sistemática, Bolsonaro contribui para reforçar uma comunidade de crença no complô. Nas plataformas de redes sociais, a comunidade imaginada deixa de ser difusa e ganha corpo, transformando-se em comunidade virtual que interage e que parte para a ação. Toda construção de um coletivo de identificação produz o que Verón (1987) chama de *contradestinatários* ou o *outro negativo*. O enunciador constrói com o contradestinatário um laço de crença *invertida*, ou seja, tudo o que é verdade para quem enuncia é mentira para o destinatário negativo.

Estas características, intrínsecas ao discurso político (Verón, 1987), reforçam as comunidades de crença e, transpostas para ambientes mediatizados, estão na origem da formação de bolhas digitais, “grupos de verdade” caracterizados pelo

desprezo ao diálogo e pela indiferença à informação verificável; as relações entre os “grupos de verdade” somente transcorrem como polarização (Ierardo, 2022). Quando trazemos nosso objeto para esse quadro, o que vemos são *polos* discursivos paralelos, que não se traduzem em diálogo efetivo. O coletivo que crê na fraude despreza as checagens dos discursos de Bolsonaro pela imprensa. Como resultado, os interagentes extravasam os sentidos de fraude para além do âmbito da circulação discursiva, ao protagonizarem atos de violência contra prédios públicos no dia 08 de janeiro de 2023. No capítulo de análise empírica, é possível visualizar com mais detalhes a dinâmica das comunidades de crença na circulação.

3.3 DISPOSITIVOS, CIRCUITOS E ZONAS DE CONTATO

Para manter fiel seu coletivo de identificação, Bolsonaro inaugurou um dispositivo interacional, até então estranho ao cargo de presidente da República: as transmissões ao vivo (*lives*) nas mídias sociais (Facebook e Youtube). Durante o mandato do ex-presidente, as *lives* aconteciam às quintas-feiras e eram acessadas pelos perfis pessoais de Bolsonaro no Facebook e no Youtube (e não pelos perfis institucionais do governo federal). Dizemos que ele inaugurou um dispositivo interacional fazendo uma aproximação com a heurística de Braga (2017), para quem *dispositivos interacionais* são configurações sociais que organizam e facilitam a interação comunicativa. Assim, os dispositivos enquanto modelos de ação elaborados socialmente, “mas com grande plasticidade de acionamento”, estão disponíveis para serem *chamados* pelos participantes em um episódio de interação (Braga, 2017, p. 33).

No caso em estudo, o dispositivo *live* já se encontrava disponível no ambiente cultural, mas ainda não tinha sido acionado por um presidente da República brasileiro, como lugar oficial de discurso. Ao mobilizá-lo, Bolsonaro organiza e direciona a interação com seu coletivo de identificação, conforme suas próprias estratégias. Nas *lives* semanais, ele costumava abordar programas e ações de seu governo, com a participação de ministros de Estado e presidentes de estatais, mas também aproveitava o espaço para reforçar as ideias da extrema-direita, sugerir para seu coletivo quem seguir e quem não seguir e quais conteúdos de mídia consumir, provocar desafetos políticos, convocar seus seguidores para movimentos de rua e *online*, lançar polêmicas envolvendo a cúpula do poder judiciário, propagar

desinformação sobre os mais diversos assuntos, a exemplo das *fake News* sobre fraude eleitoral etc. Em resumo, o ex-presidente tinha nas *lives* um lugar privilegiado de interação e comunicação para manter cativo seus eleitores.

Em nossos observáveis empíricos, percebemos que cada *live* analisada se inseria ou ativava um circuito comunicacional, já que os assuntos das *lives* repercutiam na imprensa por seu conteúdo polêmico, mas também reverberavam conteúdo noticioso, ao trazer para a discussão matérias publicadas em grandes jornais, sempre com o objetivo de justificar algum ato do governo ou do ex-presidente e de seus ministros e demais auxiliares. Indo além, tanto as *lives* quanto a repercussão delas na imprensa eram assunto para conversações no X e nas demais plataformas de redes sociais, caracterizando a formação de um circuito. Para Braga (2017, p. 44), a “reiteração de conexões entre diferentes dispositivos interacionais acaba se caracterizando como um circuito, que passa a direcionar explicitamente o fluxo comunicacional adiante”. Importante frisar que, para o autor, o fluxo interacional que caracteriza um circuito não ocorre na forma de respostas, isto é, de ida-e-volta entre participantes de uma conversação. O “fluxo comunicacional contínuo e adiante” que forma os circuitos, sobre os quais fala Braga (2017, p. 47), ocorre após as apropriações de sentido de uma mensagem, quando “seus captadores/apropriadores podem sempre pôr em circulação no espaço social sua resposta”. Essas respostas são preferencialmente difusas, ou seja, ao comentar no X uma declaração de Bolsonaro sobre as urnas eletrônicas, um ator individual não o faz respondendo diretamente ao ex-presidente, mas com o objetivo de dialogar e/ou polemizar com outros usuários do X ou de apenas alcançar sua própria rede de contatos.

Assim, tanto os perfis de redes sociais (onde as *lives* eram transmitidas) quanto os circuitos que se formavam a partir delas constituíam o *locus* da circulação de sentidos sobre fraude eleitoral. Por seu atributo de espaço de encontros, trocas e disputas de sentido, vemos tanto nos perfis anfitriões do dispositivo *live* (e no próprio dispositivo) quanto nos circuitos acionados por este dispositivo um ponto de convergência com a ideia de *zonas de contato*, de Fausto Neto (2018). Segundo o autor, nos processos comunicacionais mediatizados a circulação se organiza em “zonas de contato”, funcionando como arenas onde se desdobram complexas trocas interacionais e onde os significados são constantemente construídos e transformados. Dessa forma, Bolsonaro produzia e reproduzia sentidos de fraude em suas *lives*, tanto ao opinar sobre o assunto quanto ao repercutir *fake News* sobre as urnas eletrônicas.

Esses sentidos eram valorados e transformados nas discussões travadas pelos atores sociais, tanto nos espaços de comentários dos perfis anfitriões quanto na plataforma X. Concomitantemente, os sentidos de fraude produzidos, valorados, transformados e disputados nesses espaços passavam por processos semelhantes nos veículos jornalísticos, ampliando a disseminação desses discursos. Apesar de os espaços de comentários dos perfis anfitriões não fazerem parte de nosso *corpus*, não poderíamos deixar de mencionar que eles configuram uma zona de contato entre os discursos do político e seus eleitores. Já os circuitos que se formavam da articulação desta zona de contato e de outras (as conversações sobre fraude eleitoral na plataforma X, o espaço dos veículos de imprensa, as *lives* de Bolsonaro) se constituem como a zona de contato ampliada em que os sentidos de fraude eram disputados, valorados e reforçados pelos imaginários sociais e políticos subjacentes às interações.

3.4 IMAGINÁRIOS EM FLUXO

Para nos ajudar a compreender a escalada dos embates de sentido sobre fraude eleitoral, que culminou na invasão e depredação das sedes dos Três Poderes (Brasília-DF) no dia 08 de janeiro de 2023, recorreremos aos estudos dos imaginários e das mitologias políticas, partindo do princípio de que o imaginário social influencia a maneira como as instituições políticas são percebidas e valoradas. Nesse sentido, as mitologias políticas são vistas como elementos presentes no imaginário social, que perduram no tempo por meio do compartilhamento de visões de mundo, crenças e valores, mas também por meio de uma circulação discursiva que é atravessada pelo fenômeno da midiatização. Parafraseando Girardet (1987), olhar objetivamente para essas trocas simbólicas não passa de uma vontade utópica, uma vez que o analista, enquanto ser social, partilha do mesmo universo imaginário. Assim, nosso olhar está contaminado pelas mesmas mitologias, com diferença apenas no sentido que atribuímos a elas.

Feita a ressalva, esta pesquisa dialoga com a perspectiva que vê o imaginário social como um conjunto de representações, símbolos, narrativas, que não apenas refletem a realidade, mas a moldam ativamente, conforme Baczkó (1985), Cassirer (2004; 1976) e Girardet (1987). Em Cassirer (2004), O pensamento mítico, emerge como elemento essencial para a compreensão da ordem social e cultural. Para o autor, o mito não apenas molda a maneira como interpretamos o mundo, mas também

influencia como agimos e interagimos com os outros, através da integração entre experiência sensível, emoção e significado em uma unidade coerente. Em *Filosofia das Formas Simbólicas V. II*, Cassirer (2004) entende o pensamento mítico não como uma etapa primitiva do desenvolvimento humano, mas como uma forma distinta de compreender a realidade que coexiste e interage com outras formas de conhecimento, como a ciência e a linguagem. Caracterizado pela sua imersão no sensível e no concreto, em contraposição à abstração da lógica e da ciência, o mito é mais do que mera representação ou imagem. O mito, segundo ele, “é a coisa”, é a identidade real (Cassirer, 2004).

Por outro lado, na obra *O mito do Estado* (1976), há uma virada importante na forma como Cassirer compreende o mito, pelo menos no que se refere aos usos políticos que são feitos dele. Escrita no contexto da Segunda Guerra Mundial, a obra reflete o assombro do autor perante os horrores do nazismo. Assim, a visão antropológica do mito expressa em *Filosofia das Formas Simbólicas V. II*, que fala das origens do homem e do mundo e do mito como uma forma de conhecimento sensível, é substituída por uma visão determinista, que enxerga no mito político a derrota do pensamento racional na vida prática e social do homem. O autor faz um apanhado da história da ciência em diversas épocas e de seu desenvolvimento até o Iluminismo, em uma perspectiva comparada entre ciências naturais e ciência política, e conclui que “as grandes obras da cultura humana” – a ciência, a arte e a religião – “não são eternas nem invulneráveis”, mas “são apenas a camada superior de um estrato muito mais velho que atinge uma grande profundidade” (Cassirer, 1976, p. 315). Desse modo, a ordem social e o mundo cultural estariam à mercê de convulsões violentas que abalariam suas fundações, pois foram construídos sobre os escombros do mundo mítico que derrotaram, mas não destruíram totalmente.

Para tentar chegar a uma explicação sobre a escalada do nazismo, Cassirer (1976, p. 311) chega a criticar a filosofia alemã dos séculos XIX e XX, especialmente Hegel, afirmando que a filosofia “que consiste em sombrias predições de decadência e da inevitável destruição da nossa civilização”, e a atitude fatalista que vê o destino como algo inelutável, enfraqueceram e minaram lentamente “as forças que podiam ter resistido aos modernos mitos políticos”. Isso porque, para ele, “de todos os ídolos humanos, os ídolos políticos são os mais perigosos e persistentes” (Cassirer, 1976, p. 312). Nesse ponto, o autor chama a atenção para a diferença entre os mitos das sociedades primitivas e os mitos políticos do século XX. Enquanto os primeiros são

descritos como um produto livre da imaginação, os últimos são fabricados “no mesmo sentido e de acordo com os mesmos métodos utilizados no fabrico das outras armas”, com a diferença de que os mitos atuais são armas mentais (Cassirer, p. 300, 1976).

Cassirer parecia aspirar a uma filosofia que ajudasse a sociedade na luta contra os mitos políticos fabricados pelo Estado totalitário de Hitler, quando criticava o fatalismo dos filósofos de sua época, a exemplo de Hegel. Sobre isso, o autor escreveu: “Em certo sentido, o mito é invulnerável. É impenetrável aos argumentos racionais; não pode ser refutado por silogismos”. Apesar disso, continua o autor, “pode fazer-nos compreender o adversário” (Cassirer, 1976, p. 314). Estarrecido com as barbáries cometidas pelos nazistas, Cassirer temia que o fato pudesse se repetir futuramente. Por isso, ele insistia na necessidade de “estudar cuidadosamente a origem, a estrutura, os métodos e a técnica dos mitos políticos”, a fim de “olhar o adversário bem de frente” para saber como derrotá-lo. O caminho para isso, segundo ele, passava por uma filosofia participativa “na construção e reconstrução da vida cultural do homem” (Cassirer, 1976, p. 314).

Respeitadas as devidas proporções, o assombro do filósofo alemão com o nazismo se aproxima de nosso estarrecimento com a ascensão do neofascismo, que tem vencido eleições em vários países. Após um período de relativa estabilidade política, o discurso neofascista, com suas máximas totalitárias (“Brasil acima de tudo. Deus acima de todos.”), paira como uma ameaça sobre nossas cabeças. No Brasil, uma forte mistura do mito do herói com o mito do complô por pouco não derrotou a democracia. Isso porque os eleitores de um mito político não são como os outros, que entendem o ato de votar apenas como uma obrigação a ser cumprida. Pelo contrário, eles têm um comprometimento pessoal com o líder, muito maior do que o compromisso com princípios democráticos. Bolsonaro surgiu como o herói que iria salvar o país da corrupção. Inconformados com a derrota do líder, seus eleitores atacaram violentamente um dos símbolos da democracia brasileira, a Praça dos Três Poderes, na capital federal. A derrota de Bolsonaro nos trouxe um alívio temporário, mas as palavras de Cassirer ecoam a razão. É preciso saber reconhecer uma ameaça do tipo mítica quando ela surgir novamente diante de nossos olhos. Desse modo, acreditamos que nosso esforço em tentar compreender os usos das mitologias políticas nas disputas de sentido sobre fraude eleitoral é relevante, especialmente pelo momento em que vivemos. Por meio do método de análise de circulação discursiva,

podemos ter uma visão geral desses usos, bem como da tentativa de sua instrumentalização para dar suporte a um golpe de Estado.

3.4.1 Mitologias políticas

Em diálogo com *O mito do Estado*, de Cassirer (1976), trazemos a perspectiva de Girardet (1987), que investiga o mito político como um instrumento de reconquista de identidades, explorando a manifestação de imaginários que refletem crises culturais e civilizacionais profundas através de quatro grandes sistemas de representação mítica: Conspiração, Salvador, Idade de Ouro e Unidade. Essa abordagem permite não apenas a interpretação histórica, mas também a projeção de suas implicações futuras, evidenciando o potencial dos mitos políticos na mobilização afetiva de grandes grupos. As quatro constelações mitológicas propostas por Girardet (1987) para analisar a política francesa dos séculos XIX e XX se aplicam a qualquer sociedade que atravesse um período de crise. Segundo o autor, “a experiência mostra que cada uma dessas ‘constelações’ mitológicas pode surgir dos pontos mais opostos do horizonte político, [...] segundo a oportunidade do momento” (Girardet, 1987, p. 12).

Assim como Cassirer (1976), Girardet (1987, p. 180) afirma que os mitos emergem à superfície das mentalidades coletivas em situações de vacuidade política ou de angústia social, quando o “nós” torna-se “eles”. Para o autor, “Parece claro, e com irredutível evidência, que é de uma notável efervescência mitológica que não cessaram de ser acompanhadas as perturbações políticas dos dois últimos séculos da história europeia.” (Girardet, 1987, p. 11). Ambos, ainda, referem-se ao mito como uma forma de conhecimento que se utiliza de símbolos e imagens para comunicar suas mensagens, traduzindo conceitos complexos em narrativas inteligíveis. No entanto, as divergências têm lugar no modo em que os estudiosos veem os usos das narrativas míticas na política de suas respectivas épocas. Para Cassirer (1976), a retorno do pensamento mítico significa a derrota do pensamento racional. Por outro lado, Girardet (1987) vê na atividade mítica o preenchimento da função de reestruturação mental. Isto é, as mitologias políticas fornecem “leituras imaginárias” do momento presente capazes de torná-lo inteligível, por mais desafiador que seja. Graças a essa “leitura imaginária”, “o obscuro caos dos acontecimentos reencontra-

se submetido à visão de uma ordem imanente”, o mundo volta a ser “legível” e o presente pode ser reconquistado (Girardet, 1987, p. 182-183).

Girardet (1987) categoriza as mitologias políticas em quatro grupos temáticos distintos, os quais ele chama de “constelações mitológicas” (expressão emprestada de Gilbert Durant), organizados em torno de um núcleo central comum: a Conspiração, o Salvador, a Idade de Ouro e a Unidade. No centro da constelação do Salvador está a esperança na chegada de um líder heroico que resolverá todos os problemas e conduzirá o povo a um futuro glorioso. Esse futuro glorioso é a projeção da Idade de Ouro, ou seja, a era dourada do passado, a qual a sociedade aspira retornar. Na idade de ouro, a sociedade era Una, não havia separação entre o “homem da fé” e o “homem da ciência”. As imagens que prevalecem na mitologia da Unidade é a de harmonia, de equilíbrio e de fusão. Só assim a sociedade estaria “para sempre protegida das perturbações e das discórdias” (Girardet, 1987, p. 155-156). Todo esse equilíbrio é desestabilizado, contudo, pelos conspiradores. Indaga Girardet:

Mito mobilizador no sentido mais preciso da terminologia soreliana, como não reconhecer, com efeito, o papel frequentemente primordial ocupado pela temática do Complô na crônica de algumas das principais confrontações vividas há dois séculos pelas sociedades do Ocidente contemporâneo? (1987, p. 49).

Para o autor, a mitologia do Complô externaliza o medo coletivo de uma Organização secreta, a qual teria por objetivo subjugar o mundo todo às suas leis. Narrativa comum em teorias da conspiração, a Organização emprega várias técnicas para manter sua clandestinidade e coerência interna, como o uso de senhas, sinais de reconhecimento e códigos cifrados que são regularmente atualizados. Aqueles que tentaram expor suas atividades secretas relatam as dificuldades e perigos que enfrentaram. Por outro lado, a Organização não apenas se protege através do sigilo, mas também busca ativamente subverter a ordem social através da corrupção, da degradação dos costumes e da desintegração das tradições e valores morais. Essa estratégia aponta para um esforço deliberado de minar as fundações sociais, permitindo que a manipulação das estruturas sociais para seus próprios fins. A Organização é caracterizada, ainda, pelo uso de espaços físicos como símbolos poderosos, como subterrâneos, criptas, jazigos ou quartos fechados. Esses espaços, pela sua natureza isolada e sombria, reforçam o tema do desconhecido e do inidentificável, onde as realidades convencionais não conseguem penetrar. Essas

características convergem para criar uma imagem de uma entidade mitológica, dotada de um poder e influência vastos e, destacadamente, quase impossíveis de serem integralmente compreendidos ou combatidos (Girardet, 1987).

Em nossos observáveis empíricos, identificamos referências à mitologia do Complô nos sentidos em circulação sobre fraude eleitoral, especificamente quando os atores políticos levantam suspeita de fraude nas urnas ou diante de acusações mais contundentes, mas também nas interações que se sucediam aos enunciados de determinados atores. Vemos correspondência entre o uso de senhas e códigos cifrados da Organização com a acusação de que a Justiça Eleitoral manipularia as eleições por meio do código-fonte das urnas. Especialmente após o resultado do primeiro turno das eleições de 2022, tornaram-se frequentes as manifestações na plataforma X para que o TSE liberasse o código-fonte, como se ele fosse ultrassecreto e não tivesse sido anteriormente inspecionado por especialistas em informática, por partidos políticos interessados e até mesmo pelas Forças Armadas. Como em toda mitologia do Complô, o herói é chamado para proteger seu povo contra o mal. Aliás, após as Forças Armadas auditarem as urnas eletrônicas e dizerem que não seria possível inspecionar o código-fonte em tempo hábil, devido a sua extensão e complexidade, a programação das urnas esteve no centro da propagação de teorias da conspiração sobre fraude eleitoral. A mitologia do Complô também se viu presente na comparação da urna com uma caixa-preta, em alusão tanto a seu formato quanto a seu conteúdo, inacessível sem a mediação de um *software* de computador, bem como na contraposição entre o bem e o mal (Figura 29), a exemplo de quando um usuário do X diz que no dia 30 de outubro de 2022 haveria comemorações nas igrejas (caso Bolsonaro vencesse) ou nos presídios (com a vitória de Lula). No capítulo 5, os usos da mitologia do complô nas disputas de sentidos de fraude eleitoral ficam mais claros, por meio da constituição dos circuitos interacionais.

3.4.2 Imaginários midiáticos

Baczko (1985) identifica o imaginário social como uma força reguladora da vida coletiva, capaz de designar identidades, estabelecer papéis sociais e impor crenças comuns através da construção de códigos de comportamento, entre eles os modelos do "chefe", "bom súbdito" e "guerreiro corajoso". Por meio de um conjunto de dispositivos simbólicos, a sociedade dá ordem ao caos, ao designar uma identidade

coletiva, delimitar o seu “território” e sua relação com “os outros” (Baczko, 1985). Assim, diante de uma ameaça externa – o autor cita como exemplo a imposição de um poder centralizado moderno de tipo burocrático sobre uma comunidade com valores mais tradicionais – a coletividade *atacada* recorre ao seu conjunto de símbolos, mitos e narrativas compartilhados como um mecanismo de defesa. Esse recurso ao imaginário coletivo visa a impelir os membros da coletividade à ação, em resposta à agressão percebida. Esta leitura nos convida a uma reflexão sobre nosso próprio objeto de pesquisa, em que o mito do complô entre o poder jurídico e o poder político, partilhado por determinado grupo (os eleitores de Bolsonaro), potencializa a circulação de sentidos sobre fraude eleitoral, resultando em ações extremas de violência com o objetivo de atingir os supostos *conspiradores*. Segundo Baczko,

Os imaginários sociais intervêm continuamente ao longo dos motins e a diversos níveis. As suas funções são múltiplas: designar o inimigo no plano simbólico; mobilizar as energias e representar as solidariedades; cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusos. Todos convergem para a legitimação da violência popular (Baczko, 1985, p. 316).

Por outro lado, se o imaginário social molda a realidade, a mídia molda o imaginário social, ao fabricar discursos que veiculam “as representações globais da vida social, dos seus agentes, instâncias e autoridades; as imagens dos chefes, etc.” (Baczko, 1985). Mas essa relação é de retroalimentação, já que a instituição *mídia* é formada por indivíduos cujo fazer profissional é perpassado por um imaginário *a priori*, que é socialmente compartilhado. Ainda, a mídia molda o imaginário social ao selecionar quais eventos, personagens e narrativas serão destacados, criando e difundindo a sua própria versão da realidade. Isso nos remete ao capítulo de contextualização de nosso objeto, no qual abordamos como o jornalismo contribuiu para a manutenção de uma desconfiança social em relação às urnas eletrônicas, ao *jogar* com imaginários pré-existentes através de uma década de cobertura com viés adversário à continuidade de determinado grupo no poder. Importa ressaltar, contudo, que tais constatações não querem dizer que os dispositivos imaginários podem ser *impostos* a uma coletividade passiva.

O próprio Baczko alerta que a eficácia dos símbolos depende de uma “comunidade de imaginação”, sem a qual desapareciam ou seriam “reduzidos a funções puramente decorativas” (Baczko, 1985, p. 325). Nesse ponto, abrimos um parêntese para recordar que as elaborações de Baczko localizam-se em uma época

que Couldry & Hepp (2020) classificam como a segunda onda da midiaticização, portanto, anterior à digitalização (terceira onda) e, mais ainda, à recém-iniciada quarta onda (dataficação). Desde então, o avanço das TICs alterou completamente o cenário da comunicação social, a começar pelo fato de que a mídia massiva não é mais o único emissor com a “possibilidade de atingir simultaneamente uma audiência enorme, numa escala até então desconhecida”. Isso quer dizer que tanto o imaginário midiático quanto o social são construídos coletivamente, por todos os atores envolvidos nos processos comunicacionais midiaticizados.

Retomando Baczko (1985), a transmissão social de imaginários só é possível por meio da produção de discursos, os quais permitem que as representações coletivas sejam organizadas e expressas numa linguagem compreensível por todos. E a influência que possam exercer depende de sua difusão, pelo que Baczko (1985) destaca a implantação da mídia massiva e a evolução das técnicas de propaganda como duas formas significativas de dominação simbólica, pois garantiriam a circulação de informações e imagens. Em perspectiva semelhante, Contrera (2017, p.62) afirma que os meios eletrônicos do século XX “nascem no contexto dos imaginários culturais originais, dos mais arquetípicos aos mais locais, e tiram deles seu poder central”. A partir disso, as mídias eletrônicas começaram a desenvolver e disseminar suas próprias versões do imaginário, processo que ganhou autonomia crescente em relação ao imaginário cultural original. A autora argumenta que esse ciclo de retroalimentação, onde o imaginário midiático molda e altera o imaginário cultural original, exemplifica o “triunfo do simulacro”, uma ideia amplamente explorada por Baudrillard, que sugere que as representações midiáticas acabam predominando sobre qualquer concepção tradicional de realidade (Contrera, 2017, p. 66). Nesse sentido, a capacidade do imaginário midiático de configurar e reconfigurar o imaginário social não deve ser menosprezado, considerando seu papel central na construção das realidades culturais e sociais (Contrera, 2017).

Após pesquisar a relação entre imaginários sociais e imaginários midiáticos na sociedade em midiaticização, Rosa (2020, p. 187) afirma que “as imagens midiáticas carregam imagens anteriores, frutos de discursos e temporalidades outras, mas que se presentificam como sombras em nossas produções atuais”. Ao se referir a imagem, a autora fala “também de comentários, de manchetes que dão a ver posicionamentos, de expressões que operam sentidos” (Rosa, 2020, p. 189) e que no conjunto formam imagens mentais que, postas em circulação, evocam estruturas profundas do social,

acionando outras imagens já consolidadas no imaginário coletivo (Rosa, 2019). Nesse movimento de retroalimentação vemos, para além das imagens midiáticas, a mediação dos próprios imaginários. Assim, no processo de atribuição de valores que tem lugar na circulação, a sombra da fraude paira, carregada de mitologia do complô.

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

As lógicas que articulam um fenômeno comunicacional geralmente estão disponíveis apenas por meio de indícios fragmentários, porque frequentemente o caso ainda está acontecendo (Bar, 2001; Braga, 2017); percebê-las requer estratégias de pesquisa pensadas sob medida para o fenômeno estudado. Nesta perspectiva, considerando as especificidades de nosso objeto, propomos um estudo de caso midiaticizado, cujos observáveis se aglutinam ao redor de um mesmo tema – o da suposta fraude eleitoral – e se materializam em múltiplos episódios. Verón (1997, apud Weschenfelder, 2019, p. 85) explica que o caso midiaticizado “busca apresentar processualidades e múltiplas operações técnico-discursivas empreendidas por variados meios, instituições, indivíduos e coletivos”. Portanto, não se trata de um estudo de caso midiático, quando se constrói um caso baseado na cobertura de determinado assunto pela mídia. Também não se trata de um estudo comparativo entre dois ou mais casos midiáticos, mas da análise da circulação discursiva – entendida como a diferença de sentidos atribuídos a um mesmo tema por diversos atores sociais em interação, mas também como uma zona de atribuição de valor (Rosa, 2019) – apreendida nos circuitos que se formam a partir das interações e reverberações dos atos comunicativos que ocorrem nas interpenetrações entre dois sistemas midiáticos: o espaço institucional da mídia massiva e o ambiente da internet.

Isto posto, optamos pela abordagem de pesquisa “estudo de caso”, basicamente porque entendemos que o objetivo principal de nosso trabalho é analisar um fenômeno complexo em seu contexto real, cujas fronteiras entre o fenômeno e o contexto são de difícil distinção (Yin, 2001). Desse modo, o caso midiaticizado que analisamos mais à frente constitui-se nas disputas de sentido sobre fraude eleitoral e é composto das declarações do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) a respeito do sistema eleitoral, do fazer midiático sobre essas declarações (cobertura dos episódios, mas também movimentos de contestação dos enunciados de Bolsonaro) e das reverberações das declarações de Bolsonaro e das repercussões do trabalho da imprensa apreendidas em postagens na plataforma X. O caso está dividido em duas fases, cada uma delas composta por variados episódios organizados em circuitos, pelos quais “el sentido ‘viaja’ de las redes sociales mediáticas a los medios masivos y de los medios masivos a las redes sociales” (Carlón, 2020a, p. 05). Trabalhamos com o conceito de circuito proposto por Braga, para quem circuitos comunicacionais são

produzidos quando os elementos de saída (resultados) de um dispositivo interacional frequente “são de interesse para outros dispositivos que de algum modo trabalharão tais elementos como componentes de entrada para sua ação interacional.” (Braga, 2017, p. 45). Ou seja, o fluxo da comunicação é ininterrupto, sempre *adiante*, com os sentidos apropriados circulando e produzindo novos sentidos.

Por outro lado, não é nosso objetivo analisar o conteúdo dos materiais que compõem o conjunto de observáveis, mas sim como os atores sociais interagem, de quais dispositivos lançam mão para acionar circuitos, de quais maneiras os episódios estão interrelacionados, com o propósito último de responder de que modo os atores inscritos na circulação acionam circuitos – e constroem sentidos – sobre fraude eleitoral. Por isso, concebemos o caso midiático como o encadeamento de episódios fabricados ou apropriados por Jair Bolsonaro, com o intuito de trazer a sombra da fraude para o centro do debate público sobre eleições. Os episódios que constituem os circuitos interacionais a serem analisados nesta tese são: 1) a notícia da anulação, pelo STF, dos processos contra Lula (PT), tornando-o elegível novamente; 2) o contexto envolvendo as manifestações de rua no dia da Independência de 2021; 3) a reunião com representantes diplomáticos de países estrangeiros, em 18/07/2022; as eleições gerais de 2022; 4) e os atos antidemocráticos que se desenrolaram na Praça dos 3 Poderes, em 08/01/2023. A essência do caso midiático está no conjunto de episódios, nas discussões que cada um deles suscitou, no processo cumulativo de interações, considerando tanto as referências de um episódio a outro quanto as replicações de declarações e as reverberações de imaginários difusamente compartilhados.

Já a ideia por trás de organizar os circuitos em *fases* apoia-se na percepção de que há uma transição importante no *status* da narrativa de fraude ao longo do período estudado. No recorte temporal que corresponde à primeira fase – a qual se estende desde a decisão do STF, em abril de 2021, de anular as condenações de Lula (PT) no âmbito da operação Lava-Jato até a reunião de Bolsonaro (PL) com embaixadores, em julho de 2022 – a narrativa de fraude paira como uma sombra a ameaçar o processo eleitoral. Sempre que se sente ameaçado, Bolsonaro a convoca para tentar criar uma cortina de fumaça e protegê-lo de suas próprias vulnerabilidades. Ou seja, ainda não há um confronto direto sobre a suposta fraude, no campo discursivo, entre Bolsonaro, o poder judiciário e a imprensa. O assunto também não reverbera com tanta força entre os eleitores do ex-presidente quanto observamos na fase seguinte.

A reunião com embaixadores, na qual o ex-presidente faz ataques diretos ao sistema eleitoral, marca o fim da primeira fase e a transição para a segunda, que começa efetivamente após o resultado do primeiro turno, momento em que a fraude deixa de ser sombra e extravasa para o espaço das certezas construídas discursivamente por Bolsonaro e seus apoiadores, culminando nos atos antidemocráticos de 08 de janeiro de 2023.

Sobre a seleção dos episódios e dos materiais observáveis, devemos dizer que nos deparamos com várias dificuldades que nos levaram a fazer escolhas, de modo a não inviabilizar o projeto da tese. O simples movimento de estabelecer critérios de escolha já é uma dificuldade em si, pois toda seleção implica uma exclusão. Diante disso, com base em quais critérios poderíamos decidir o que seria excluído do estudo? Assim, nossa principal decisão foi com relação ao recorte temporal do caso. Considerando que Bolsonaro ataca as urnas eletrônicas desde antes das eleições de 2018, quando foi eleito para o cargo de presidente da República, era necessário definir um período para análise. Aliás, nosso objeto transcende as duas eleições disputadas por Bolsonaro para o cargo de presidente da República, uma vez que acusações de fraude sempre existiram, elas fazem parte da política e, por outro lado, as urnas eletrônicas são atacadas desde sua estreia no país (Nicolau, 2012). Desta feita, para não inviabilizar a tese, optamos por trabalhar apenas com a circulação discursiva que se deu durante o governo de Bolsonaro, a partir do evento que projetou novamente o tema da fraude eleitoral na esfera de visibilidade pública, qual seja, a decisão do STF que tornou Lula (PT) novamente elegível, em abril de 2021.

Outra dificuldade encontrada foi com relação à seleção de episódios, afinal, as *lives* do ex-presidente eram semanais. Logo, quais *lives* escolher e por quê? Diante disso, acabamos utilizando o critério de selecionar aquelas que mais repercutiram na imprensa pelo assunto fraude eleitoral. Utilizamos este critério porque não era em todas as transmissões ao vivo de Bolsonaro que o assunto surgia, tampouco repercutia de igual modo todas as vezes. Assim, para compor o primeiro circuito, que começa com a decisão do STF, escolhemos a *live* do dia seguinte à decisão (15/04/2021), mais três *lives* seguintes que contivessem acusações mais contundentes ao processo eleitoral e com mais repercussão na imprensa. Essas *lives* foram as dos dias 17/06/2021, 29/07/2021 e 02/09/2021. Nesta última, Bolsonaro convoca seus eleitores para manifestações de rua no dia da Independência (07/09/2021).

O discurso de Bolsonaro na Avenida Paulista, em São Paulo, no dia 07 de setembro de 2021, marca o ponto final de nosso primeiro circuito. Olhando por outro lado, poderíamos dizer que cada um dos episódios constituiu circuitos próprios, mas preferimos falar em um circuito único, cujo ponto de conexão entre os episódios é a narrativa de fraude eleitoral. Há, por trás do arranjo de circuito único, a ideia de *feedback* entre os episódios, de modo que a *live* do dia 15/04/2021 serviu de *alimento* para os próximos episódios, cujo acúmulo de interações desemboca no discurso de Bolsonaro na Avenida Paulista, em 07 de setembro de 2021. A mesma lógica que acabamos de descrever está presente também nos demais circuitos, com a escolha dos episódios repousando na ideia de *feedback* e de fluxo *adiante*, visível na interdiscursividade das interações. Assim, o segundo circuito tem como ponto central a reunião de Bolsonaro com embaixadores, em 18/07/2022, quando o ex-presidente institucionalizou a sombra da fraude. Os demais pontos nodais do circuito são os discursos da imprensa sobre a reunião e os enunciados publicados no X pelos usuários em interação, tanto sobre a reunião quanto sobre a suposta fraude.

Apesar de os circuitos seguirem uma lógica interna da pesquisa, o primeiro é composto por vários episódios (*lives*, manifestações de rua), enquanto o segundo é composto por um único episódio (a reunião de Bolsonaro com embaixadores) e seus desdobramentos (repercussões na imprensa, reações do poder judiciário e reverberações entre usuários do X). Isso se deve à lógica interna do próprio objeto, que existe para além da pesquisa. Em outras palavras, a magnitude do episódio “reunião com embaixadores” e o grau de comprometimento de Bolsonaro nos levou a construção de um circuito de episódio único. Em nenhum outro momento de nosso caso midiático, ele ataca as urnas pessoalmente e com tanta contundência. Inclusive, foi por este episódio que Bolsonaro foi condenado pelo TSE e tornou-se inelegível. Por outro lado, nos episódios do primeiro circuito, como dissemos antes, a narrativa de fraude é apenas uma sombra. A organização da segunda fase segue procedimento semelhante, com o primeiro circuito formado por vários episódios (a *live* de Bolsonaro de 1º de outubro, véspera do primeiro turno; a sabatina do SBT em 21/10/2022 e as conversações na plataforma X, nos dias 01 e 02 de outubro e nos dias 30 e 31 de outubro de 2022) e o segundo tendo como centro os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023.

Todas essas seleções e exclusões refletem, ainda, um obstáculo de ordem técnica que emergiu no meio do percurso da pesquisa. Primeiro, necessário dizer que

escolhemos o Twitter, e não a plataforma X, como um de nossos espaços de coleta e observação de processos interacionais, por ser um ambiente de intenso fluxo de ideias e informações. Lançado inicialmente com uma proposta de limitar cada enunciado a 140 caracteres, mais tarde o micro blog expandiu o limite para 280 caracteres por postagem. Além disso, sua interface foi aprimorada desde seu lançamento, em 2006, para se parecer mais como uma rede social do que com um blog, sendo incorporadas as possibilidades de construção de sequências de histórias (threads), indexação de conteúdo a um coletivo de postagens (por meio do uso de hashtags), publicação de fotos e vídeos, compartilhamento de tuítes, com a possibilidade de incluir comentários que ratificam, tensionam ou ressignificam o enunciado compartilhado etc. (Anacleto, 2018; Tessarolo, 2019). Porém, em outubro de 2002, o Twitter foi vendido para o empresário Elon Musk, dono da marca X. Em 13 de fevereiro de 2023, surgiu o primeiro obstáculo à pesquisa: o acesso à API do ainda Twitter (uma ferramenta que permitia a extração de grande volume de dados) deixou de ser gratuita, passando a custar cem dólares mensais. A segunda mudança veio em 02 de agosto de 2023, quando a plataforma Tweetdeck também deixou de ser gratuita, passando a integrar o XPro, uma modalidade paga de acesso ao X para profissionais. No *Tweetdeck*, era possível acompanhar citações a perfis e a palavras-chave em tempo real. Isso nos permitia rastrear, de forma simultânea, todas as conversações sobre o tema *fraude eleitoral* e acompanhar as atividades dos perfis de atores políticos, o que nos proporcionava fazer inferências ricas a partir de comparações entre conversações de atores individuais e postagens de atores institucionais (TSE, imprensa) e políticos.

Com o obstáculo de acesso à API da plataforma e ao TweetDeck, passamos a depender de buscas manuais na versão gratuita do X, que entrega resultados limitados e organizados de acordo com um algoritmo cuja lógica desconhecemos. Exemplificando, ao buscar por fraude + embaixadores, além de as publicações não aparecerem em ordem cronológica, os resultados são mostrados em quantidade limitada e intercalados com posts patrocinados que não guardam nenhuma relação com os temas da busca. sequer sabemos qual a quantidade real de publicações com a mesma combinação de palavras-chave. Além disso, perdemos a possibilidade de monitorar *hashtags* de forma gratuita. No início de nossa pesquisa, a *hashtag* #VotoImpressoAuditavelJa ocupava um lugar de destaque, já que por meio de seu monitoramento – via *Tweetdeck* – era possível ter acesso ao conjunto de narrativas produzidas e compartilhadas pelos atores sociais sobre a (in)segurança das urnas

brasileiras. Ainda é possível fazer buscas manuais por *hashtags*, porém, a entrega de resultados ocorre com a mesma falta de transparência da busca por palavras-chave. Ou seja, todo o nosso trabalho sofre modificações com a transformação do Twitter em X, o que nos leva a abandonar qualquer perspectiva de análise quantitativa do objeto.

Para além das modificações relacionadas à venda do Twitter e sua consequente transformação em X, necessário esclarecer que optamos por não ocultar os nomes que aparecem nos perfis dos usuários da rede social. Entendemos que postagens em redes sociais por perfis públicos (não restritos) também são públicas. Dito de outro modo, se os sujeitos inscritos nas redes sociais não quisessem ser vistos, poderiam alterar as configurações de privacidade dos próprios perfis para deixar as postagens ocultas àqueles que não fazem parte de sua rede (não os seguem e/ou não são por eles seguidos). Com os perfis abertos a qualquer pessoa, mesmo as externas à rede, a mensagem que esses sujeitos passam é a de que querem que suas postagens circulem para além de suas bolhas e, em última instância, querem ser vistos. Além disso, nosso trabalho não faz julgamento de valor dos sujeitos em interação. Não é nossa intenção dizer quem está certo e quem está errado. O que fazemos é analisar as processualidades da comunicação, com interesse científico.

Com relação à operacionalização da tese, optamos por primeiro construir nosso caso midiático, coletando os observáveis, organizando os episódios em fases, analisando como os atores em interação acionam os circuitos, em um fazer que olha para processos sociocomunicacionais para deles extrair inferências e, num próximo passo, estabelecer as bases teóricas que ajudam a explicar o problema, seguindo a lógica do paradigma indiciário, em que proposições abstratas são geradas a partir de realidades concretas (Braga, 2008). O paradigma indiciário ensina que “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177). Assim, procura-se nos observáveis indícios que apontem para a solução do problema de pesquisa. Segundo Braga (2021), o método indiciário apresenta a vantagem de trabalhar com dúvidas, isto é, de uma pergunta inicial chegam-se a alguns indícios, os quais permitem ao pesquisador sofisticar a pergunta.

Embora tenhamos optado por uma apresentação clássica de nosso texto, com a discussão teórica antecedendo à análise do caso, na prática tomamos outro caminho, ou seja, começamos pela análise do caso, para depois construirmos o capítulo teórico e, por fim, aprimorarmos as inferências iniciais. Prova disso é a virada que nossa pesquisa sofreu ao longo do percurso, de uma visão tecnicista – que se

preocupava com a *influência* dos algoritmos das plataformas de redes sociais nas discussões sobre eleições – para um olhar voltado para a produção colaborativa de sentidos que ocorre nos processos comunicacionais em rede. Isso só foi possível porque deixamos o objeto empírico conduzir a análise e, assim, construímos nosso próprio dispositivo analítico, entendido aqui como uma ferramenta que organiza e estrutura a forma como se percebe e analisa as interações em torno do tema *fraude eleitoral*, permitindo a geração de *insights* sobre o modo como os imaginários políticos atravessam essas interações. Dito isto, esperamos que tenhamos de fato conseguido colaborar para o avanço do conhecimento em comunicação social e seus processos e não “trabalhado apenas na apreensão empírica da coisa singular – evidenciando seu funcionamento «descritivamente», sem fazer inferências, ou fazendo apenas inferências técnicas” (Braga, p. 77, 2008). O capítulo a seguir representa a evolução de nosso trabalho, por meio do qual pretendemos responder ao problema da pesquisa: de que modo os atores (sociais, políticos, institucionais, midiáticos) constroem e disputam sentidos sobre fraude eleitoral, considerando as interações estruturadas pela midiatização?

5 ANÁLISE DO CASO MIDIATIZADO

Nesse capítulo, apresentamos o desenvolvimento de um movimento analítico a partir dos materiais empíricos coletados, que incluem os discursos de Bolsonaro contendo ataques às urnas eletrônicas, os enunciados de contestação do jornalismo e as conversações de atores sociais sobre fraude eleitoral. O elo entre tais observáveis são os imaginários sociais e políticos subjacentes e em constante elaboração pelos sujeitos em interação. Por conseguinte, podemos definir nosso caso midiaticizado como sendo o conjunto das disputas de sentido sobre fraude eleitoral que ocorrem na circulação sempre que Bolsonaro ataca as urnas, convocando o mito do complô para o centro do debate público sobre eleições. Em suma, esta sessão se propõe a analisar as narrativas de Bolsonaro sobre a fraude e a de atores institucionais sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas, bem como as elaborações de atores sociais sobre o tema em disputa. Para isso, organizamos nosso caso em fases, cuja transição de uma para a outra marca a subida de tom de Bolsonaro contra as urnas e a mudança de postura do ex-presidente com relação ao poder judiciário, notadamente o STF e o TSE. Em cada fase, identificamos a formação de circuitos interacionais, constituídos no encadeamento de episódios e na articulação de zonas de contato distintas, conectados pela mobilização de imaginários de fraude. Ao final do capítulo, apresentamos nossas análises transversais do caso, em que apontamos as correlações entre a pesquisa empírica e a discussão teórica, fazemos inferências gerais sobre o objeto da tese e discutimos as limitações da pesquisa e as contribuições para pesquisas futuras.

5.1 PRIMEIRA FASE: BOLSONARO CONVOCA A SOMBRA DA FRAUDE

A primeira fase que compõe nosso caso midiaticizado começa em 14 de abril de 2021 e se estende até 18 de julho de 2022, data da reunião de Bolsonaro com embaixadores de 40 países, em que ele fez uma apresentação sobre supostas fragilidades das urnas eletrônicas brasileiras. Este evento, aliás, foi o que o tornou inelegível até 2030, em um processo movido no Tribunal Superior Eleitoral pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). O período (14/04//2021 a 18/07/2022) marcou o endurecimento dos embates entre Bolsonaro e a cúpula do Poder Judiciário. Segundo o jornal Gazeta do Povo, o ex-presidente intensificou os ataques às urnas eletrônicas a partir da notícia da anulação dos processos que tramitavam contra o presidente Lula (PT) na 13ª Vara da Justiça Federal em Curitiba (PR), tornando-o

novamente elegível. Com a notícia de que Lula poderia concorrer novamente em eleições para qualquer cargo, inclusive o de presidente da República, Bolsonaro passou a convocar seus apoiadores para diversas manifestações de rua, por exemplo, a do dia 07 de setembro de 2021, com o objetivo de demonstrar força política. Naquele momento, ele respondia a, pelo menos, cinco inquéritos no STF e no TSE e havia uma CPI em curso no Senado para apurar os abusos do governo de Bolsonaro na pandemia de COVID-19.

O *corpus* desta fase é composto de trechos de discursos de Bolsonaro, de matérias publicadas em sites noticiosos e de conversações no X. Aos discursos das *lives* semanais de Bolsonaro contrapomos os enunciados da imprensa, motivo pelo qual tais observáveis são apresentados e analisados em conjunto. Na sequência, trazemos as conversações que tiveram lugar no X, com referência às *lives* do período e às manifestações de rua de 7 de setembro de 2021. Por fim, analisamos as reações ao discurso de Bolsonaro em 18 de julho de 2022, bem como alguns trechos de seu discurso, contextualizados com o conjunto anterior.

5.1.1 Primeiro Circuito: *Lives*

Ao ascender à presidência da República, Bolsonaro inaugura um dispositivo interacional (BRAGA, 2017), até então estranho ao cargo. Trata-se das *lives* semanais – transmissões em vídeo, em tempo real, em que ele se comunica com seus eleitores, por meio do Facebook. Antes dele, os ex-presidentes preferiam comunicar-se com os cidadãos por meio da imprensa ou das emissoras públicas de rádio e televisão. A seu turno, Bolsonaro utiliza de seu capital político para interagir com seus eleitores de modo direto, sem intermediações, subvertendo as lógicas próprias do cargo e, por conseguinte, gerando reações dentro do campo político, mas também dentro da imprensa. As *lives* semanais do Facebook, disponibilizadas também em seu canal de no Youtube, são espaços privilegiados em que Bolsonaro fala livremente a uma audiência atenta, diferente do formato *entrevista*, na qual o político fica restrito às perguntas que lhe são feitas e, ainda, submete-se ao elemento surpresa do entrevistador. Dessa forma, o ineditismo do formato na política brasileira, somado ao alto número de visualizações e engajamento da audiência configura a *live* como um novo dispositivo interacional que Bolsonaro utiliza para contaminar a esfera pública com a sombra da fraude.

Começamos a análise do primeiro circuito pela *live* do dia 15 de abril de 2021, um dia após o STF anular as ações penais contra Lula (PT), no âmbito da operação Lava-Jato. As *lives* de Bolsonaro eram transmitidas ao vivo, todas as quintas-feiras. A cada semana, ele estava acompanhado de um convidado diferente, sempre ligado ao governo, como ministros de Estado e presidentes de estatais, para falar sobre o trabalho desenvolvido na área respectiva. No dia 15 de abril de 2021, não foi diferente. O então presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, falou sobre os números do banco sob sua gestão e respondeu a perguntas dos internautas. Apesar da programação pré-definida, foi inevitável ao ex-presidente comentar a decisão do STF. Aparentando incômodo, a partir do décimo minuto de *live*, ele disse:

Não tá começando aqui uma campanha pré-22. Mas, pela decisão do Supremo hoje, o Lula é candidato. Façam uma comparação dos ministros do Lula com os nossos ministros, pra sentir o que? Se o Lula voltar, pelo voto direto, pelo voto auditável, tudo bem. Agora, veja qual vai ser o futuro do Brasil, o tipo de gente que ele vai trazer para dentro da presidência.

O que a *live* deixa transparecer é que Bolsonaro e equipe foram pegos de surpresa pela decisão do STF, pois havia claramente uma programação pré-definida para a transmissão *online*, sinalizada pela participação do ex-presidente da Caixa. As poucas palavras de Bolsonaro dedicadas ao assunto também demonstravam que ele não tivera tempo para calcular os riscos e benefícios de se falar do assunto. No entanto, apesar de falar pouco, ele aproveitou a oportunidade para convocar a sombra da fraude para a circulação. Ao mencionar as expressões *voto direto* e *voto auditável*, ele insinua a seus eleitores, que já conhecem as críticas dele ao sistema eleitoral, que a maneira atual pela qual o voto é computado não é auditável, portanto, não seria segura, sugerindo a possibilidade de fraude. Por outro lado, o alto número de visualizações simultâneas – 498.797 mil – e os comentários de apoio ao ex-presidente e de críticas ao STF e à Lula (PT) indicam que seus seguidores estariam preocupados com a possibilidade da volta de Lula à presidência, o que de fato ocorreu nas eleições do ano seguinte (2022).

O dispositivo *live* é usado por Bolsonaro para acionar um circuito interacional. A cada transmissão *online* e ao vivo, a imprensa pinça as declarações mais polêmicas do político e as destaca nas chamadas e títulos de suas matérias, como na notícia publicada no site da TV Cultura, com o título "*Só Deus me tira da cadeira presidencial*", *diz Bolsonaro em live*. Na matéria, a TV Cultura contextualizou a fala, explicando a

que o ex-presidente se referia. Neste caso, a frase de efeito foi dita quando ele comentava uma notícia segundo a qual a ministra Carmen Lucia, do STF, haveria marcado prazo de cinco dias para o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas), responder por que não recebera nenhum dos mais de cem pedidos de impeachment contra Bolsonaro. Outro ator que ingressa no circuito, porém de forma mais moderada, é o jornal Folha de São Paulo, que preferiu fazer um apanhado de temas abordados por Bolsonaro, em vez de pinçar falas polêmicas. Na figura 6, trazemos um *print* da notícia publicada no site da Folha, logo após a *live*.

Figura 6 - Print de tela do site da Folha de S.P.



Fonte: print da autora.

Essa não foi a primeira vez em que Bolsonaro atacou diretamente o processo eleitoral. No entanto, a atividade de pesquisa, muitas vezes, impõe que o pesquisador faça escolhas, estabeleça recortes de seu objeto no tempo e no espaço. Como Bolsonaro ataca as urnas eletrônicas desde antes das eleições de 2018, quando foi eleito para o cargo de presidente da República, foi preciso impor um recorte temporal que não inviabilizasse a pesquisa. Como os ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral começam a escalar em 14 de abril de 2021, motivado pelo receio de ter que disputar a presidência com Lula (PT), escolhemos a *live* do dia seguinte (15/04/2021), mais

três *lives* que contivessem acusações mais contundentes ao processo eleitoral, nos três meses que antecederam o dia da Independência de 2021, quando o ex-presidente usou um palanque de rua para atacar o processo e o sistema eleitoral.

Um exemplo da escalada é a *live* do dia 17 de junho de 2021, quando Bolsonaro disse, em transmissão ao vivo no Facebook, pelo perfil *Jair Messias Bolsonaro*, que tem “convicção de que realmente tem fraude”. Ele disse ainda: “o TSE nunca se preocupou com isso, o pessoal desconfia, eu desconfio”. O ex-presidente se referia a uma suposta modalidade de fraude em que, segundo ele, em locais mais *pobres*, *alguém* poderia colocar um pingão de cola na tecla de determinado número na urna, o que impediria o eleitor *mais humilde* de votar no candidato desejado. Segundo Bolsonaro, a solução para isso seria o TSE disponibilizar em seu site cópias dos boletins de urna (BU) de todas as seções eleitorais. Mais à frente, ele afirma: “as informações que nós tivemos aqui, talvez a gente venha a disponibilizar um dia, é que em 2014 o Aécio ganhou as eleições, em 2018 eu ganhei em primeiro turno”.

Diante de seus ataques ao sistema eleitoral, o Portal UOL publicou, na seção UOL confere (Figura 7), uma matéria em que contestava as afirmações do então presidente. Segundo o portal de notícias, o político não tinha provas das alegações que fizera. Mais do que isso, havia provas suficientes de que nenhuma das duas eleições gerais (2014 e 2018) foi fraudada. Além disso, o portal rebate o questionamento de Bolsonaro sobre o boletim de urna (BU), informando que o TSE já disponibiliza os BU para consulta de interessados.

Figura 7 - Print de tela do site UOL.



Fonte: print da autora.

Em nova *live* transmitida no dia 29 de julho de 2021, Bolsonaro voltou a insistir na existência de fraude nas eleições de 2014 e de 2018. Sobre o primeiro turno de 2018, ele disse: "Pessoas foram votar e candidatos não apareciam na tela. Iam votar no 17 e aparecia nulo ou automaticamente o 13. Quem ia votar no 13 não aparecia 17 ou nulo." Segundo o portal de notícias G1, o ex-chefe do Executivo fez *live* com notícias falsas e, ao final, admitiu não ter provas de que realmente as urnas foram fraudadas. Apesar de admitir a falta de provas, isso importa pouco para o público fiel às suas *lives*. Tal público seria, de acordo com a classificação dos destinatários do discurso político de Verón (1987), os prodestinatários, ou seja, para eles, tudo o que o líder diz é verdadeiro. O mesmo público pode ser classificado como destinatário negativo (ou contradestinatário) dos enunciados das agências jornalísticas que checam os discursos de Bolsonaro. Isto é, tudo o que é contrário ao líder, incluindo o jornalismo, é falso.

Figura 8 - Print de tela do portal G1.



Fonte: print da autora.

Em 02 de setembro de 2021, em uma de suas *lives* semanais, o ex-presidente voltou a falar sobre fraude eleitoral, atacou ministros do STF e convocou seus apoiadores para atos de rua favoráveis a seu governo, marcados para 07 de setembro do mesmo ano. Uma fala de Bolsonaro sobre a participação de policiais militares nos atos de rua provocou uma polêmica na imprensa nacional. O portal UOL afirmou que ele mentiu ao defender a participação dos policiais, já que os atos não seriam pela Independência, mas “envolvem a defesa de pautas encampadas pelo presidente”. Já o portal BBC News Brasil optou por publicar uma reportagem (Figura 9), em vez de um texto de checagem de fatos, sobre a participação de policiais nos atos de 07 de setembro de 2021. A opção por uma reportagem clássica, com informações sobre as várias formas de participação das polícias e a apresentação de contrapontos entre visões diferentes traz um salto de qualidade para o circuito, que deixa de ser uma disputa entre *prodestinatários* e *contradestinatários*. De um lado, Bolsonaro apela para um discurso ideológico, com o objetivo de gerar identificação com seus eleitores mais fiéis – seu *coletivo de identificação* (Verón, 1987), mas também polemizar com seus opositores. De outro, temos duas operações distintas do jornalismo: a do UOL Confere, que *classifica* os discursos de Bolsonaro como falsos, colocando-se imediatamente na posição de oposição a ele; e a operação da BBC, que ascende ao circuito como um agente mediador, que apura os fatos e os traduz para a sociedade.

O salto de qualidade ocorre, portanto, com relação ao portal UOL, cuja checagem incendeia o circuito, exacerbando a polarização.

Figura 9 - Print de tela do portal BBC News Brasil.



Fonte: print da autora.

A *live* de Bolsonaro de 02/09/2021 e declarações dele em aplicativos de redes sociais, convocando seus apoiadores para manifestações de rua no dia da Independência, deflagraram novos episódios interacionais (Braga, 2017). Por meio de notícias publicadas à época (entre 02 e 06/09/2021), podemos perceber as operações de sentido contrário ao produzido pelo ex-presidente e reforçado por seu *coletivo de identificação*. O site do jornal Brasil de Fato publicou, em 06 de setembro de 2021, uma lista com “pelo menos 160 cidades” que teriam, no dia seguinte, atos com o tema *Fora Bolsonaro* (Figura 10). O texto destacou o contexto da pandemia de Covid-19 e as dificuldades econômicas do governo, embora a defesa da democracia tenha sido mencionada pelo porta-voz da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Já o site de notícias Poder 360 trouxe uma coletânea de tuítes de políticos de oposição convocando para atos contra o governo de Jair Bolsonaro, cujo destaque foi a defesa

da democracia. Desse modo, a imprensa se utiliza dos elementos de saída do dispositivo *live* para iniciar novas interações baseadas na disputa de sentidos sobre fraude eleitoral.

Figura 10 - Print de tela do site do jornal Brasil de Fato.



Fonte: print da autora.

Para além do que circulou em mídias, as manifestações de rua – a favor e contrárias ao governo de Bolsonaro – podem ser consideradas outro ponto nodal do circuito ora observado. Nos cartazes e faixas exibidos nas ruas (Figura 11), é possível perceber a propagação de sentidos inscritos nos ambientes midiáticos, mas também a apropriação e criação de sentidos outros. É nesse movimento que podemos inferir a circulação como um fluxo adiante (Braga, 2017). Dito de outro modo, Jair Bolsonaro inscreve o tema da fraude eleitoral na circulação, através de aplicativos de redes sociais; imediatamente, atrai a atenção da imprensa, que não se limita a replicar o sentido produzido pelo ex-presidente, mas cria novos sentidos, inclusive de contestação de seus enunciados. Por outro lado, os sentidos de fraude produzidos por Bolsonaro e os de contestação produzidos pela imprensa vazam sob formas e canais os mais variados: manifestações individuais em aplicativos de redes sociais (a exemplo do antigo *Twitter*), grupos de discussão online, manifestações de rua etc.

Todos esses *extravazamentos* de sentidos formam o que chamamos aqui de circuito midiático.

Figura 11 - Captura de tela. Foto publicada no Portal Uol, em 07/09/2021.



Fonte: print da autora.

5.1.1.1 Bolsonaro leva a fraude para a Av. Paulista

No dia 07 de setembro de 2021, o ex-presidente levou para a rua o que vinha afirmando há meses em suas *lives* semanais. Em discurso na Av. Paulista, em São Paulo, ele disse acreditar na democracia, mas não no sistema eleitoral, “que não oferece qualquer segurança por ocasião das eleições”. Além disso, Bolsonaro *contestou a autoridade do presidente do TSE, ao afirmar que* “não é uma pessoa do Tribunal Superior Eleitoral que vai nos dizer que esse processo é seguro e confiável porque não é”. O ex-presidente também criticou uma medida do TSE que puniu com a desmonetização canais e perfis nas redes sociais que publicavam notícias falsas sobre eleições. Em um discurso hiperstucional, Bolsonaro disse¹, ainda:

¹ Discurso disponível no site Poder 360: <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo/>

Nós queremos uma eleição limpas, democráticas com voto auditável e contagem pública dos votos. Não podemos ter eleições que parem dúvidas sobre os eleitores. Nós queremos eleições limpas, auditáveis e com contagem pública dos mesmos. Não posso participar de uma farsa como essa patrocinada ainda pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

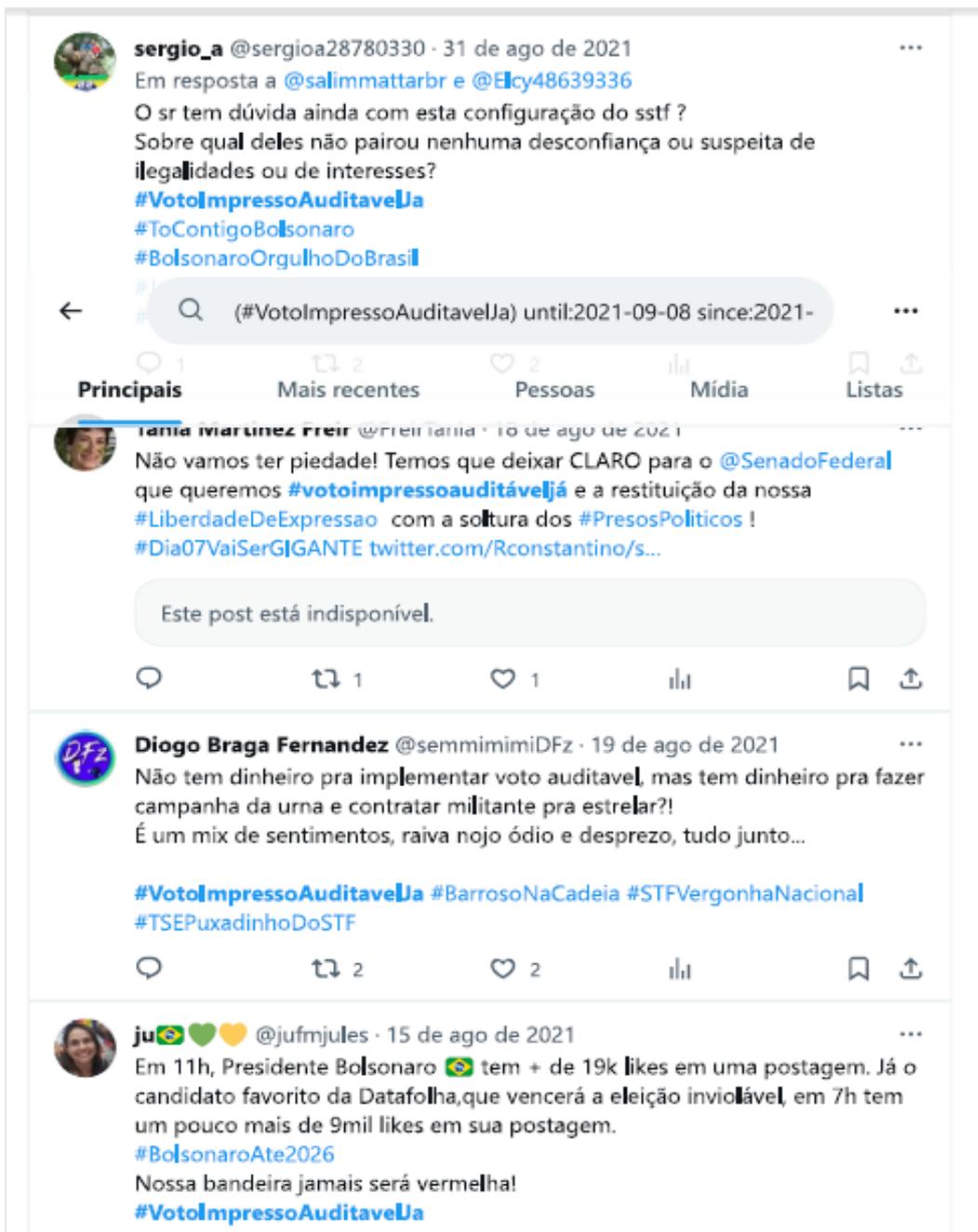
Por hipersticional entende-se o discurso desprovido de veracidade, mas com potencial para se tornar viral – porque dotado de pregnância simbólica – e de contaminar a realidade, transformando uma ficção numa “verdade efetiva” (Silveira, 2024; Marques, 2023). Esse tipo de discurso – verdadeira *bomba retórica*, na visão de Silveira (2024) – tem a “capacidade de instalar-se e ferver no imaginário coletivo”. Assim, ao nomear o processo eleitoral como *farsa*, Bolsonaro *hiperboliza* a farsa que ele próprio criou – a de que houve e haverá fraude, uma vez que ele nunca provou as acusações – e produz uma fala polêmica, viral, um *slogan* pensado estrategicamente para a circulação. Por outro lado, a *hiperstição* de Bolsonaro recupera o que chamamos de *mitologia do complô*, ou seja, uma rede narrativa que reúne e adensa todo um imaginário social que circunda a ideia de política enquanto lugar de logro. Nesse sentido, a operação discursiva do ex-presidente, por seu caráter hipersticional, leva seus seguidores mais fiéis a crer veementemente na *farsa* supostamente armada pelo TSE e na fraude eleitoral, cuja comprovação, àquela altura, era totalmente dispensável.

5.1.1.2 Conversações sobre a fraude no X

A estratégia de Bolsonaro de pautar o debate público pela polêmica transcende o espaço do jornalismo e chega ao X. Sua produção de sentido sobre a desconfiança das urnas eletrônicas convoca novos atores para a interação, expandindo o circuito da fraude. Em um primeiro momento, a interação é pautada pela *hashtag* #VotoImpressoAuditavelJa, a qual serviu de veículo para sujeitos diversos – não mais apenas atores midiáticos e políticos – compartilharem sentidos sobre a (in)segurança das urnas brasileiras, no ambiente da rede social. Mas não somente para isso. A *hashtag* cumpriu, ainda, um papel de ativismo digital, uma vez que sua criação antecedeu a votação da PEC 135/2019 que, se aprovada, tornaria obrigatória a impressão, pela urna, de uma espécie de *recibo* do voto. Nesse sentido, movimentou um circuito de apoio popular à PEC. Contudo, a proposta parlamentar de mudança da constituição foi rejeitada pelo Congresso no dia 10 de agosto de 2021. As interações

sobre a fraude, após o arquivamento da PEC, que conseguimos recuperar por meio de pesquisa no X ocorrem com e sem o uso da *hashtag* #VotoImpressoAuditavelJa. Porém, conforme exemplos que trazemos abaixo, as interações que mobilizam a *hashtag* são mais polarizadas, em comparação com as que não mobilizam (estas, entremeiam enunciados que acusam a fraude e enunciados que a rejeitam).

Figura 12 - Print de tela. Busca no X, pela hashtag #VotoImpressoAuditavelJa.



Fonte: print da autora.

Figura 13 - Print de tela. Busca no X, pela hashtag #VotoImpressoAuditavelJa.

The image shows a screenshot of three tweets from the X (Twitter) platform, all related to the hashtag #VotoImpressoAuditavelJa. Each tweet includes a profile picture, the user's name and handle, the date, and the text of the tweet. The first tweet is a reply to @VerdadeSeNadaMa, the second to @PauloMello, and the third to @Vander82593275 and @kimpaim. Each tweet also shows engagement metrics like replies, retweets, and likes.

Cleo Costa @cleocosta · 17 de ago de 2021
 Em resposta a @VerdadeSeNadaMa
 A certeza de ganhar a eleição é tanta que esse demônio nem diz "SE eu ganhar"!!! Já diz logo "QUANDO eu ganhar"!!
 #VotoImpressoAuditavelJa pela morder de deus 🤬 🤬 🤬

Luciana T Galante 🇧🇷❤️ @GalanteTanaka · 26 de ago de 2021
 Em resposta a @PauloMello
 O secretário do A apertadinha só vai conseguir emprego, se pendurando em 🏴󠁧󠁢󠁥󠁮󠁧󠁿 de safado! Ou se a urna fraudável deixar... 🙄
 #DemitaEm2022
 #VotoImpressoAuditavelJa

waleriabarbosa @waleriabarbosa1 · 2 de set de 2021
 Em resposta a @Vander82593275 e @kimpaim
 Claro que tem, as urnas serão fraudadas e a eleição será roubada em favor do 9 dedos, já está tudo preparado! #VotoImpressoAuditavelJa

Fonte: print da autora.

Figura 14 - Print de tela, busca no X pelas palavras "fraude" e "urnas".

Daniel Carmo 🇧🇷 @DanielMCarmo · 31 de ago de 2021 ...
 Em resposta a @FlviaFe95300226 e @SigaGazetaBR
 Ele conta com a **fraude** nas **urnas**. Mas, sabe que só vai funcionar se conseguir mostrar que tem apoio popular. Creio que este seja o motivo dele estudar participar da manifestação. Ele precisa de fotos no meio do povo ou a **fraude** não funciona.

Paulo_ Andrey 🇧🇷 @pauloandrey057 · 27 de ago de 2021 ...
 Em resposta a @AlmydaRegina
 Ué aqui no Brasil segundo vocês bovinos é **fraude urnas** eletrônicas, mas lá nos EUA os votos são impressos a **fraude** é em que então? Kkkkk ah pelo amor de Deus vai lavar uma louça.

Elton @elkonsantos · 2 de set de 2021 ...
 Em resposta a @NandNewsBR e @sensacionalista
 Ai vou concordar, **fraude** na energia elétrica, **fraude** nas bombas dos postos, **fraude** nos caixas dos mercados, **fraude** nas vacinas, **fraude** nas urnas que o elegeram, resumindo, nossa nação virou refém de bandidos e com ajuda das instituições pagas para nos defender!

Mensagens

Fonte: print da autora.

Figura 15 - Print de tela, busca no X pelas palavras "fraude" e "urnas".

Gustavo Moura @gustavomouraadv · 27 de ago de 2021 ...
 Tem laudo do TSE, assinado pelo TSE afirmando a **fraude** nas **urnas**. O TSE é omissão, quando não mente descaradamente ao povo brasileiro. Dia 07 vai ser gigante. O Brasil não aguenta mais!
 #Dia07VaiSerGIGANTE



Henrique Dias @henriqueferdias · 2 de set de 2021 ...
 7 de setembro, dia das pessoas que não conhecem as decisões do stf irem pra rua protestar contra o stf kkkk dia das pessoas que nunca viram **fraude** nas **urnas**, irem pras ruas pedirem voto impresso. Dia das pessoas que não sabem o que estão fazendo apoiar ditador

Fonte: print da autora.

Os períodos coletados foram: (a) 11 de agosto a 08 de setembro de 2021, para a *hashtag* #VotoImpressoAuditavelJa; (b) 26 de agosto a 08 de setembro de 2021, para as palavras “fraude” e “urnas”; (c) 26 de agosto a 06 de setembro de 2021, para as expressões “Bolsonaro” e “7 de setembro”. A justificativa para períodos diferentes repousa no fato de que os episódios interacionais não ocorrem exatamente no mesmo lapso temporal. Isso se aplica principalmente à busca pela *hashtag*, por sua relação intrínseca com a votação da PEC 135/2019, que ocorreu em 10 de agosto de 2021. Já as buscas (b) e (c) seguem o período das últimas lives de Bolsonaro antes das manifestações de rua do dia 07 de setembro do mesmo ano. Neste caso, optamos por fazer duas buscas relacionadas aos mesmos episódios (*lives*), utilizando palavras e expressões-chave distintas, com o objetivo de verificar se o tema da fraude estaria presente mesmo quando não fosse o assunto principal. Na busca específica que fizemos na plataforma X, com as expressões “Bolsonaro” e “7 de setembro”, as palavras “fraude” e/ou “urnas” não apareceram. Por outro lado, esta busca nos forneceu uma amostra do funcionamento do circuito ora analisado, ao reunir posts de apoiadores e de opositores de Bolsonaro e, também, da imprensa.

Figura 16 - Print de tela, buscas no X por "Bolsonaro" e pela expressão "7 de setembro".



Fonte: print da autora.

O que o *print* acima nos mostra é a dinâmica da circulação, em que Bolsonaro mobiliza a imprensa ao lançar estrategicamente mais uma polêmica. Ao chamar seus apoiadores para atos em favor de seu governo, no dia da Independência, agindo fora do esperado para um presidente da República, ele gera notícia e convoca outros atores para ingressarem no circuito. No primeiro e no segundo post, o site O Antagonista repercute duas falas polêmicas do ex-presidente. Já no terceiro post, vemos um eleitor de Bolsonaro *corrigindo* o enunciado da jornalista Eliane Cantanhede que, por sua vez, compartilha uma notícia do jornal O Estadão. Olhando de modo inverso, O Estadão publica uma notícia, por meio da qual gera um embate

de sentido com Bolsonaro sobre o 7 de setembro. Ao compartilhar a notícia em seu perfil pessoal, Eliane Cantanhede ingressa no circuito, sendo contestada por um apoiador de Bolsonaro. A contestação, aliás, não é dirigida somente à Cantanhede ou a O Estadão, mas ao coletivo Imprensa.

Para além das inferências sobre a circulação discursiva, as interações que ocorrem no X dão a ver a sombra da fraude e o imaginário do complô subjacente aos enunciados dos sujeitos. Quando o usuário *Gustavo Moura* (figura 15) escreve: “Tem laudo do TSE, assinado pelo TSE afirmando a fraude nas urnas. O TSE é omissivo, quando não mente descaradamente ao povo brasileiro.”, ele está tentando *revelar* um segredo que, supostamente, o TSE estaria escondendo do povo. Aqui, a fraude surge carregada de mitologia do complô. A mensagem subjacente seria: *por que o TSE não torna público o próprio laudo? Por que o esconde? Ao não mostrar o laudo, a corte eleitoral estaria mentindo ao povo.* Na sequência, a figura da cobra com um cigarro na boca representa imagetivamente o ditado popular *a cobra vai fumar*², que pode ser interpretado como um *aviso* de que, se as coisas continuarem como estão, se nada for feito para reparar o *erro*, sérias consequências sobrevirão. O usuário *Gustavo Moura* assim finaliza o post: “Dia 07 vai ser gigante. O Brasil não aguenta mais!”, o que reforça o sentido da cobra *fumando* como um aviso de que o *povo* fará o impensável, reagindo.

Na figura 13, os usuários *Cleo Costta*, *Luciana T Galante* e *waleriabarbosa* têm certeza de que o complô já está armado. Isto fica claro quando *waleriabarbosa* escreve, em resposta ao influencer bolsonarista Kim Paim: “Claro que tem, as urnas serão fraudadas e a eleição será roubada em favor do 9 dedos, já está tudo preparado!”. A certeza do complô também está presente na figura 12, na fala do usuário *sergio_a*, que responde à conta de Salim Mattar (secretário de Desestatização do governo de Jair Bolsonaro): “O sr tem dúvida ainda com esta configuração do sstf? Sobre qual deles não pairou nenhuma desconfiança ou suspeita de ilegalidades ou de interesses?”. Por outro lado, a usuária *ju* convoca a sombra da fraude ao comparar os *likes* de Bolsonaro com os do “candidato favorito da Datafolha que vencerá a eleição

² A figura de uma cobra com um cigarro na boca também aparece no distintivo da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e “remete ao lema ‘A cobra está fumando!’, que é uma referência ao que se dizia à época da Segunda Guerra Mundial, pois, segundo o imaginário popular, ‘seria mais fácil uma cobra fumar, do que o Brasil participar do conflito na Europa’ (Exército Brasileiro). Disponível em: <https://www.dphcex.eb.mil.br/conteudo/678-distintivo-da-feb#:~:text=O%20Distintivo%20da%20For%C3%A7a%20Expedicion%C3%A1ria,participar%20do%20conflito%20na%20Europa%E2%80%9D>.

inviolável”. Na figura 14, o usuário *Daniel Carmo* tenta *explicar* ao jornal Gazeta do Povo a dinâmica da fraude: “Ele conta com a fraude nas urnas. Mas, sabe que só vai funcionar se conseguir mostrar que tem apoio popular. Creio que este seja o motivo dele estudar participar da manifestação. Ele precisa de fotos no meio do povo ou a fraude não funcionará”.

Voltando à figura 15, o enunciado do usuário *Henrique Dias* expressa um sentido oposto ao do enunciado anterior, contestando toda a mitologia do complô convocada pelo usuário *Gustavo Moura*, ao dizer “7 de setembro, dia das pessoas que não conhecem as decisões do stf irem pra rua protestar contra o stf kkkk dia das pessoas que nunca viram fraude nas urnas, irem pras ruas pedirem voto impresso. Dia das pessoas que não sabem o que estão fazendo apoiar ditador”. Entretanto, a contestação não é direta, uma vez que os posts não estão direcionados um para o outro, reforçando a afirmação de Couldry e Hepp (2020) de que o Twitter (atualmente X) “não é sequer um espaço, mas uma apresentação de dados interligados em um fluxo contínuo que cria a ilusão de um espaço para troca direta”. Ainda assim, acreditamos que são posts como estes que contribuem para que o X seja uma *arena* de embates de sentidos. Os enunciados circulam, seja por ação dos usuários (ao curtir, comentar ou compartilhar), seja por ação dos algoritmos da plataforma. E é nesse processo que podemos visualizar o fluxo interacional sempre adiante (Braga, 2017).

5.1.2 Segundo Circuito: a reunião com embaixadores

O segundo circuito da Fase 1 do caso midiaticizado gravita em torno do encontro de Jair Bolsonaro com embaixadores de 40 países, no dia 18 de julho de 2022, cujo tema foi a suposta insegurança das urnas eletrônicas. A reunião foi convocada com poucos dias de antecedência, o que nos pareceu uma tentativa do governo em não chamar a atenção da opinião pública para o evento. Como o assunto seria a suposta insegurança das urnas eletrônicas, o tempo maior para debate poderia acabar resultando em pressão pública para que o encontro não ocorresse. Com o gesto, todavia, Bolsonaro parecia partir para o contra-ataque ao poder judiciário. O jornal Correio Braziliense noticiou que o encontro foi uma resposta à decisão do TSE “de ampliar a presença de missões estrangeiras como observadoras das eleições gerais, a contragosto do Planalto” e, também, a palestras dos ministros Edson Fachin (então

presidente do TSE) e Luís Roberto Barroso no exterior, “nas quais alertaram a comunidade internacional para os riscos de ruptura democrática no Brasil”. O site de notícias Poder 360 relatou o embate de Bolsonaro com o presidente do TSE à época. Segundo o jornal, Bolsonaro declarou que Fachin havia se intitulado *ditador do Brasil*, por não aceitar interferências das Forças Armadas no processo eleitoral (figura 17). O ex-presidente disse também que o país estava passando por um *momento difícil*, porque o *inimigo* não era externo, mas estaria dentro da Praça dos 3 Poderes. Já o site de notícias G1, do grupo Globo, assinalou que Bolsonaro havia comentado sobre a reunião em sua *live* do dia 07 julho, indicando que faria uma apresentação em PowerPoint “com documentos sobre as eleições de 2014 e 2018”.

Figura 17 - Print de tela do site Poder 360.



Fonte: print da autora.

O discurso *hipersticional* e o modo informal de anunciar sua intenção de convocar representantes diplomáticos para uma reunião, por meio de uma *live* nas redes sociais (Facebook e Youtube), são marcas do estilo de comunicação de Bolsonaro, avesso às formalidades inerentes ao cargo de presidente da República. Ao mesmo tempo, o estilo denota uma estratégia que exclui os grandes veículos de imprensa. Ao nomear o ministro Fachin de *ditador* e afirmar que o inimigo do Brasil

estaria na Praça dos 3 Poderes, o ex-presidente aciona um dispositivo interacional em que o par *sombra/suspeita* é a chave para a entrada de atores sociais no circuito. A partir de uma convocação do líder, o coletivo de identificação reelabora os sentidos de eleições enquanto um evento democrático, ao reiterar a suspeita da fraude. Por outro lado, o jornalismo assume a função de *didatização* (Albrecht; Dalmolin; Borelli, 2017), ao levar ao público explicações acerca do funcionamento do processo eleitoral, mas também ao publicizar declarações de representantes da Justiça Eleitoral sobre a confiabilidade das urnas, e de confronto, ao checar a veracidade das declarações de Bolsonaro durante a apresentação aos embaixadores.

Para entender as dinâmicas do circuito que se formou em torno da reunião, fizemos três buscas no X, utilizando combinações distintas de termos, todas abrangendo o período de 17 a 19 de julho de 2022 (um dia antes até um dia depois da reunião). Os termos utilizados nas três buscas foram: 1) embaixadores, fraude; 2) fraude, urnas, embaixadores; 3) fraude, eleições, embaixadores. A primeira busca (1) resultou em 57 postagens, com seis publicações (10,5%) concordando com as suspeitas levantadas por Bolsonaro. A busca pelo conjunto 2 resultou em 79 postagens, sendo 15 (19%) concordando com o ex-presidente e, por fim, a busca 3 entregou 58 publicações, sendo 10 (17%) de apoio à acusação de fraude feita por Bolsonaro. Todos os resultados trazem postagens de atores variados, incluindo jornalistas, perfis corporativos de imprensa, políticos e indivíduos anônimos (não famosos). Esses números e percentuais são importantes quando correlacionados com os *insights* produzidos a partir de análise transversal da pesquisa. Exemplificando, a palavra **urna** parece atrair mais atores para o circuito (79 posts) em comparação com os conjuntos que não contém o termo (57 e 58 posts respectivamente), o que sugere sua pregnância no imaginário da fraude. Por outro lado, o conjunto que contém o maior percentual de postagens que suspeitam da fraude (19%), em concordância com Bolsonaro, também é aquele em que a palavra **urna** está presente. Como dissemos antes, a ideia de urna remete à de caixa-preta, pois ambas são objetos fechados, *lacrados*, cujo interior é desconhecido, sendo acessível somente por meio de conhecimento especializado, o que é, naturalmente, distante da realidade da maioria das pessoas que votam. Nesse sentido, o termo **urna** evoca e potencializa o imaginário da fraude.

No entanto, correlacionando esses achados com os dados do circuito anterior, vemos indícios de uma redução no apoio a Bolsonaro. A título de ilustração, a busca

realizada no X com os termos *fraude* e *urnas*, abarcando o período entre uma *live* semanal (26/08/2021) do ex-presidente e o dia da Independência (06/09/2021), resultou em 51 postagens, sendo 37 delas reforçando o sentido de fraude eleitoral (72,5%). Ou seja, menos de um ano atrás, a maioria das postagens relacionadas aos termos *fraude* e *urnas* convergia com o discurso do ex-presidente. Essa redução do apoio a Bolsonaro deve-se, a nosso ver, a uma soma de fatores, dentre os quais estão, principalmente, dois inquéritos instaurados no STF: o inquérito das fake news (INQ 4781) e o das milícias digitais (INQ 4874). Ambos os inquéritos investigam a produção e compartilhamento de desinformação sobre o sistema eleitoral por meio da internet, o que pode ter desencorajado manifestações de suspeita contra as urnas por perfis de eleitores de Bolsonaro no X. Abaixo, segue um print de tela com algumas postagens que evidenciam a disputa de sentidos em torno do tema *fraude eleitoral*.

Figura 18 - Print de Tela do X. Conjunto 1.

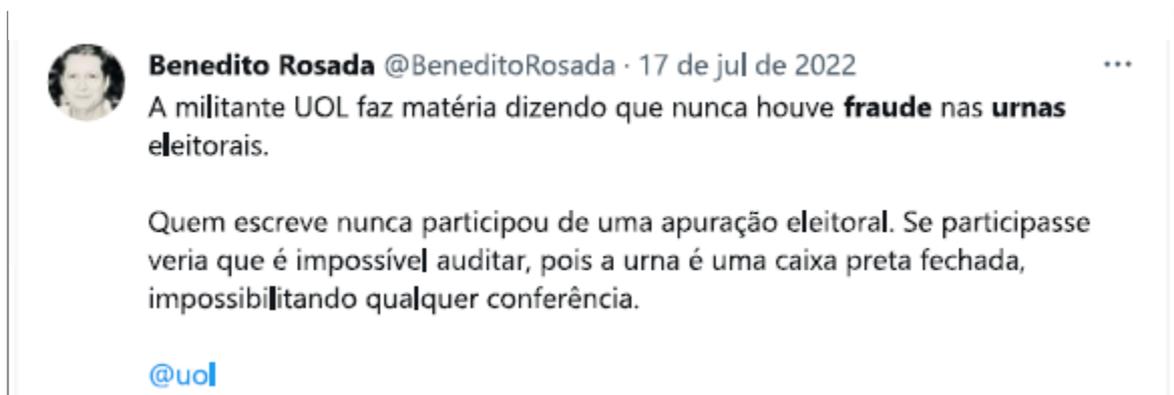


Fonte: print da autora.

Na figura (18) acima, uma publicação informativa da jornalista Daniela Lima é seguida de um *post* de ator social duvidando da confiabilidade das urnas eletrônicas (*Se não tem como auditar... possibilidade de fraude na eleição.*). Na sequência, outro usuário parece alertar seu *coletivo de identificação* – o dos eleitores de Bolsonaro – a respeito de uma decisão de Alexandre Moraes; segundo ele, a decisão é “cortina de fumaça, por causa da reunião de Bolsonaro com os embaixadores para revelar sobre

a fraude nas eleições de 2014 e 2018”. Para fazer o alerta, ele usa o *print* de uma notícia publicada no site da revista Veja. As postagens não têm relação direta umas com as outras, os usuários não se citam, mas falam do mesmo assunto, no mesmo dia (18 de julho de 2022), gerando uma disputa de sentidos em torno da confiabilidade do processo eleitoral. Para a jornalista Daniela Lima, “nunca houve detecção de fraude” e Bolsonaro levou a ótica pessoal para uma reunião oficial. Para os atores sociais que aparecem na sequência, as urnas são *inauditáveis*, existe possibilidade de fraude nas eleições e a imprensa tenta esconder a reunião de Bolsonaro com os embaixadores criando uma cortina de fumaça a partir de uma decisão do ministro Alexandre de Moraes, *bombástica* para o coletivo *eleitores de Bolsonaro*. Já no *post* da figura 19 (abaixo), um ator social chama o portal UOL de *militante*, por afirmar que nunca houve fraude em eleições com urnas eletrônicas, e reforça o sentido de *caixa-preta* das urnas.

Figura 19 - Print de Tela do X. Conjunto 2.



Fonte: print da autora.

No mesmo sentido da fala do usuário *Benedito Rosada* é o seguinte trecho do discurso de Bolsonaro aos embaixadores, o que ajuda a desenhar o movimento que vimos estudando: Bolsonaro emite uma polêmica que reverbera entre seus *prodestinatários* e, ao mesmo tempo, atrai os *contradestinatários* para o circuito.

No Brasil, não tem como acompanhar a apuração. Eu não sei o que vem fazer os observadores de fora aqui. Vão fazer o quê? Vão observar o que? Se o sistema é falho, segundo o próprio TSE, é inaudível também segundo uma auditoria externa pedido por um partido político, no caso, o PSDB, em 2014.

O trecho do discurso do ex-presidente reverbera, também, na fala da usuária *Gláucia Brito* (Figura 18). Em outro momento da apresentação, Bolsonaro acusa: “Atentar contra as eleições da democracia. Quem faz isso? O próprio TSE, ao esconder o inquérito de 2018.”. Mais à frente, a desconfiança deixa de ser sombra e se materializa no discurso: “A desconfiança do sistema eleitoral não tem lado. Nós não podemos enfrentar eleições a mando da desconfiança.”. Além da suspeita atual, Bolsonaro convoca novamente à circulação a sombra da fraude que pairava sobre as eleições de 2014, ao afirmar que o sistema eleitoral é *inauditável* “segundo uma auditoria externa pedido por um partido político, no caso, o PSDB, em 2014”, artifício copiado pelo usuário *Tomaz Teixeira* (figura 20).

Figura 20 - Print de tela do X. Conjunto 3.



Fonte: print da autora.

5.1.2.1 A negação da fraude na imprensa

A repercussão da reunião de Bolsonaro com embaixadores foi majoritariamente negativa na imprensa, pelo menos se considerarmos os principais veículos de comunicação do país. O jornal *Correio Braziliense* publicou uma notícia no dia 16 de

julho de 2022, com o título “Bolsonaro convoca embaixadores para atacar as urnas eletrônicas”. Segundo o jornal, os embaixadores receberam o convite com *estranhamento*, principalmente diante da intenção de Bolsonaro de “acusar supostas fraudes em eleições passadas, nunca comprovadas, e criticar o uso de um sistema de votação pelo qual se elegeu”. O jornal O Globo foi mais explícito, logo no título, a respeito do tom da matéria: “Bolsonaro usa reunião com embaixadores para fazer novos ataques sem provas às urnas eletrônicas e ao TSE”. Ao afirmar, no título, que os ataques são “sem provas”, o jornal demarca sua posição refutativa à tese da fraude eleitoral. O site de notícias Poder 360 destacou que “Bolsonaro reúne embaixadores e critica STF, TSE e urnas”. Segundo o site, “O chefe do executivo rebateu manchetes de jornais e declarações de magistrados e disse que constantemente tentam “desestabilizar” seu governo.”.

Os jornais O Estadão e Folha de São Paulo foram mais incisivos na negação da fraude. O Estadão publicou uma matéria de checagem de fatos, em que verifica ponto a ponto as principais declarações de Bolsonaro contra o sistema eleitoral. Logo no título, o jornal afirma: “Bolsonaro falseia informações sobre processo eleitoral em reunião com embaixadores estrangeiros”. Para a Folha de São Paulo (figura 21), o ex-presidente repetiu teorias da conspiração em seu discurso, desacreditou o sistema eleitoral, promoveu ameaças golpistas e atacou ministros do STF, em matéria intitulada: “Bolsonaro repete mentiras sobre urnas e faz novas ameaças golpistas em fala a embaixadores”. De outro lado, a emissora de televisão CNN Brasil adotou um tom de neutralidade, ao trazer o título “Bolsonaro tem reunião com embaixadores sobre segurança das urnas”. No subtítulo, a CNN preferiu destacar que o encontro ocorreu em retaliação à reunião do ministro Edson Fachin, então presidente do TSE, com 68 diplomatas, em maio do mesmo ano.

Figura 21 - Print de tela do jornal Folha de São Paulo.

The screenshot shows the top of the Folha de São Paulo website. The header includes the logo 'FOLHA DE S. PAULO' and navigation links like 'MENU', 'ASSINE', 'ENTRAR', and 'BUSCAR'. Below the header, there are category links such as 'política', 'governo Lula', 'STF', 'ataque à democracia', 'Brasília hoje', 'folhajes', and 'datafolha'. The main article is titled 'Bolsonaro repete mentiras sobre urnas e faz novas ameaças golpistas em fala a embaixadores'. The sub-headline reads: 'Presidente usa novamente inquérito da PF sem conclusão para desacreditar sistema eleitoral brasileiro'. The article is dated '18 jul. 2022 às 16h37' and was updated at '18 jul. 2022 às 20h59'. The author is 'Cézar Feltoza' and the contributors are 'Marlanna Holanda' and 'Mathheus Tolosira'. The text of the article states that President Jair Bolsonaro (PL) addressed a group of ambassadors on Tuesday (18) at the Palácio da Alvorada, repeating conspiracy theories about electronic urns and threatening military intervention. He specifically targeted ministers Alexandre de Moraes, Edson Fachin, and Luís Roberto Barroso. Fachin is the current president of the TSE (Superior Electoral Tribunal), and Barroso presided over the electoral court during the elections. A photograph of President Bolsonaro is included, with a caption: 'O presidente Jair Bolsonaro (PL) - Adriano Machado/Reuters'. The article continues: 'O mandatário acusou o grupo de querer trazer instabilidade ao país, por descuidarem as sugestões das Forças Armadas para modificações no sistema, a menos de três meses da disputa.' On the right side, there are sections for 'folhajes' (main news of the week), 'relacionadas' (related articles), and 'veja também' (also see). The 'relacionadas' section includes articles about Bolsonaro's attempt to curb foreign interference, a delegate's support for Bolsonaro's attack on the TSE, and Barroso's stance on the urns issue. The 'veja também' section features an article about the Supreme Court and another about Bolsonaro's political history.

Fonte: print da autora.

A reunião de Jair Bolsonaro com embaixadores, durante o período eleitoral de 2022, significou a escalada de mais um degrau de seu conflito com as cortes

superiores – STF e TSE – e em direção ao isolamento institucional de seu governo. Por outro lado, a nosso ver, tal movimento fez parte de uma estratégia de radicalização do discurso do ex-presidente, em busca de apoio incondicional de seu coletivo de identificação, caso ele optasse, após o resultado das eleições, pela via da ruptura democrática. Chegamos a tal *insight* através de uma visada exploratória dos materiais que compõem a próxima fase de nosso caso midiático. O encadeamento das declarações de Bolsonaro durante a campanha eleitoral e das manifestações de seus eleitores e apoiadores políticos após a realização das eleições culmina com o atentado à democracia levado a cabo no dia 08 de janeiro de 2023. Para se chegar àquele ponto, foi preciso pavimentar o caminho da desconfiança ao sistema eleitoral. Nesse sentido, afirmamos que a convocação de representantes diplomáticos de países estrangeiros para uma apresentação em que as urnas eletrônicas e a corte superior eleitoral seriam atacadas foi um ato pensado para a circulação. Bolsonaro não esperava que o TSE mudasse de ideia sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas. O que ele buscava, na verdade, era a geração de mais um circuito alimentado pela polêmica inerente a seu discurso.

Fechamos, assim, a primeira fase de nosso caso midiático, ao recuperar as operações de seu principal ator visando ao agenciamento da circulação. Nesse sentido, cada operação de Jair Bolsonaro – *lives* semanais, postagens no X, discursos no dia 07 de setembro de 2021, reunião com embaixadores em 18 de julho de 2022 – foi pensada para convocar à circulação o imaginário da fraude, gerando e movimentando novos circuitos. Já as operações dos atores sociais se concentram em ampliar a arena de debates, promovendo interações entre os atores-comentaristas e produzindo novas elaborações e sentidos, ora reforçando a fraude ora refutando-a. Nesta mesma fase, as operações do jornalismo derivam de três movimentos: a) checagem de fatos, quando o jornalismo pinça falas de Bolsonaro e as contrapõe ao conhecimento aceito como verdade; b) armazenamento e organização da realidade, pois muitos dos discursos de Bolsonaro só estão disponíveis por meio de material jornalístico; c) didatização do processo eleitoral, do sistema de votação e democrático, agindo como um *poder auxiliar* ao judiciário e ajudando a disseminar o posicionamento da justiça eleitoral.

5.2 SEGUNDA FASE – O EXTRAVASAMENTO DA FRAUDE

Como já dissemos outras vezes, concebemos o caso midiaticizado como o encadeamento de episódios fabricados ou apropriados por Jair Bolsonaro, com o intuito de trazer a sombra da fraude para o centro do debate público sobre eleições. Os episódios que constituem circuitos interacionais a serem analisados são: a notícia da anulação, pelo STF, dos processos contra Lula (PT), tornando-o elegível novamente; o contexto envolvendo as manifestações de rua no dia da Independência de 2021; a reunião com representantes diplomáticos de países estrangeiros, em 18/07/2022; as eleições gerais de 2022; e os atos antidemocráticos que se desenrolaram na Praça dos 3 Poderes, em 08/01/2023. Os três primeiros episódios, e os circuitos que se constituíram a partir deles, foram analisados na Fase 1 do caso. Agora, passaremos à análise da Fase 2, por meio do estudo da circulação discursiva sobre a fraude, que se observa nos episódios: eleições gerais de 2022 e atos antidemocráticos de 08 de janeiro de 2023.

Dividimos o caso midiaticizado em duas fases, porque entendemos que houve um extravasamento da fraude no discurso de Bolsonaro, após o resultado do primeiro turno das eleições para o cargo de presidente da República. Em outras palavras, na Fase 1, a fraude aparece como sombra que vai se materializando aos poucos, ao passo que Bolsonaro vai se sentindo mais acuado pelos fatos que o cercam. Já na Fase 2, a fraude, tal como construída pelo ex-presidente e seus apoiadores, deixa o lugar de sombra e se materializa nos discursos. Ao encerrar o primeiro turno da disputa com 43,2% dos votos válidos, atrás de Lula (PT), que obteve 48,43% dos votos contabilizados, Bolsonaro partiu para o confronto direto com a justiça eleitoral. Assim, a fraude deixa de ser sombra/suspeita nos enunciados de Bolsonaro e de seus apoiadores e extravasa para os embates de sentido travados pelos atores sociais/eleitores. Com a fraude dada por certa por uma parte do eleitorado, temos uma mudança de fase do caso midiaticizado, que culminará com a invasão popular e depredação dos prédios sede dos poderes Executivo e Judiciário.

5.2.1 Primeiro Circuito

O primeiro circuito da segunda fase do caso midiaticizado tem início no dia 1º de outubro de 2022 e termina no dia 31 do mesmo mês. Este recorte temporal abrange

desde um dia antes do primeiro turno das eleições gerais de 2022 até um dia após o segundo turno daquele pleito. Escolhemos este período para concentrar o olhar nas discussões travadas no calor das eleições, evitando dispersões. Por isso, descartamos a opção de cobrir todo o período de campanha eleitoral (a partir de 16 de agosto de 2022), uma vez que o volume de discursos e reverberações durante o período de campanha acabaria por inviabilizar a pesquisa, que tem um prazo para terminar, embora o processo comunicacional que está em análise não, o que é típico de estudos da circulação em processo. Sendo assim, entram nas análises do primeiro Circuito 1) a *live* de Bolsonaro de 1º de outubro, véspera do primeiro turno; 2) a sabatina do SBT (21/10/2022) e 3) as conversações na plataforma X, nos dias 01 e 02 de outubro e nos dias 30 e 31 de outubro de 2022. A sabatina da TV Globo não compõe o circuito, porque aconteceu em agosto de 2022, portanto, fora do nosso recorte temporal. Já a sabatina da TV Record foi excluída após a etapa de escuta exploratória, uma vez que os temas das perguntas e o modo como foram elaboradas pareceram direcionar a sabatina para favorecer Jair Bolsonaro (PL). Esclarecemos que não se trata de análise do conteúdo da *live* e das sabinas, mas de análise da circulação discursiva de tais emissões. Em outras palavras, nos interessam as disputas de sentido iniciadas a partir das falas do então candidato à reeleição. Ainda assim, analisaremos o conteúdo de trechos destacados, quando for interessante para nossa análise transversal, a que correlaciona o poder de agência dos enunciados de Bolsonaro com a potência simbólica do que chamamos de mito de complô.

Dito isto, por meio de análise de circulação discursiva sobre o assunto eleições e urnas eletrônicas, percebemos um extravasamento da fraude durante o período entre o primeiro e o segundo turno das eleições, o que supera a fase de *suspeitas* e inicia um período em que os atores sociais e políticos passam a tentar *provar* a existência de fraude nas eleições, por meio de supostas fragilidades das urnas eletrônicas. Essas *fragilidades* relacionam-se, a nosso ver, a características inerentes à arquitetura das urnas, demandando um conhecimento específico para compreendê-las, o que está distante das habilidades da maior parte do eleitorado. Embasamos nossas inferências nas postagens que coletamos da plataforma X, a partir de busca com as palavras *urnas*, *algoritmo* e *código-fonte*. A partir das manifestações dos usuários, fica claro que o desconhecimento acerca do funcionamento das urnas produz uma *suspeita de fraude* que, coletivamente, se transforma em *certeza*. Nos

tuítes abaixo (figura 22), essa certeza é atribuída ao *algoritmo* e ao *código-fonte*, que assumem o lugar do segredo no imaginário dos eleitores.

Figura 22 - Print de tela de busca no X, pelas palavras código-fonte, urnas e algoritmo.



Fonte: print da autora.

Defendemos que a transição da Fase 1 para a Fase 2 do caso midiático, marcada pela mudança de tom dos atores envolvidos com relação à suposta fraude, intensifica-se quando começa oficialmente o período de propaganda eleitoral no rádio e na televisão. O início da propaganda eleitoral marca o início do *tempo da política*, quando a disputa entre os candidatos entra na esfera privada do eleitor mediano (Cervi, 2010). Para ilustrar a escala da mudança de atitude de candidatos e apoiadores, selecionamos um exemplo extraído do site da agência de notícias Pública (figura 23). Publicada em 01 de outubro de 2022, a notícia “*Fiscais de Bolsonaro: políticos mentem sobre fraude nas urnas para convocar voluntários*” aponta que políticos bolsonaristas estariam aliciando eleitores para fiscalizar mesários durante o primeiro turno das eleições, sob a alegação de risco de fraude. O aliciamento ocorreu

por meio de grupos no aplicativo de mensagens WhatsApp. Aos eleitores que aceitaram a *missão*, foram enviados crachás de fiscal para os respectivos endereços.

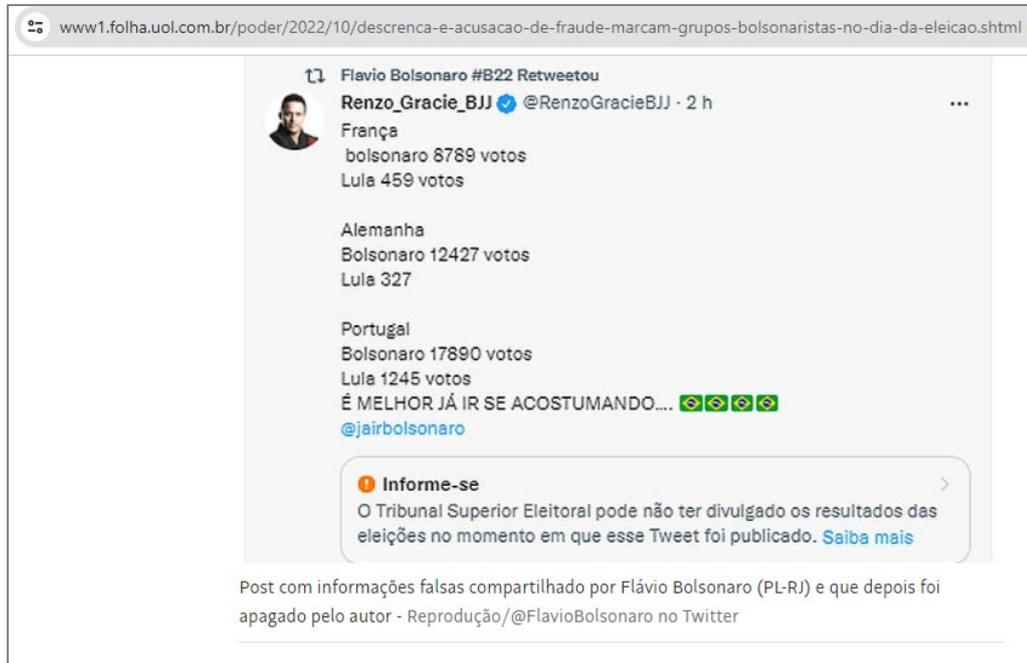
Figura 23 - Print de tela do site da agência de notícias Pública.



Fonte: print da autora.

Já no dia das eleições – 2 de outubro de 2022 –, políticos e influenciadores bolsonaristas conduziram os ataques. O jornal Folha de São Paulo publicou um compilado da ofensiva bolsonarista, com o título *Descrença e acusação de fraude marcam grupos bolsonaristas no dia da eleição*. Segundo o jornal, o senador Flávio Bolsonaro, filho do ex-presidente, publicou uma declaração falsa em seus perfis nas redes sociais digitais, afirmando que Jair Bolsonaro teria maioria dos votos válidos nas urnas instaladas em países estrangeiros. O print da figura 24 foi publicado pelo jornal Folha de S. Paulo e mostra um influenciador bolsonarista comemorando a suposta vitória de Bolsonaro no exterior. A postagem foi retuitada pelo senador Flávio Bolsonaro, filho do ex-presidente.

Figura 24 - Print de tela do site do jornal Folha de S.P.



Fonte: print da autora.

Outra *combatente* bolsonarista foi a rádio Jovem Pan, que informou, erroneamente, durante transmissão ao vivo de uma sessão eleitoral em São Paulo, que as longas filas que se formaram no dia da votação na capital paulista foram resultado de um ato proposital do Tribunal Regional Eleitoral, insinuando que o objetivo da corte eleitoral seria impedir eleitores de votar até às 17h00. O jornal Folha de S. Paulo classificou a insinuação da Jovem Pan como *teoria conspiratória*. A ilação da Jovem Pan foi desmentida pelo presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes. Segundo ele, todos os eleitores que estivessem nas filas, às 17 horas, poderiam votar normalmente, o que de fato aconteceu. Relacionamos estes casos ao emprego de táticas para agenciamento da circulação e para ativação de circuitos interacionais, constitutivas de estratégias de propaganda eleitoral, entre elas o uso deliberado de notícias falsas e a aplicação da lei da orquestração, que consiste na repetição e amplificação de um mesmo tema, por diversos agentes e em variadas mídias (Sant'anna; Rocha Junior; Garcia, 2009). No caso em estudo, o tema repetido e amplificado é o da fraude eleitoral.

5.2.1.1 Live de 01/10/2022

Na *live* da véspera do primeiro turno, o candidato Bolsonaro reuniu uma verdadeira constelação da mitologia do complô, expressa em narrativas de boatos e teorias da conspiração sobre temas diversos, tais como aborto, pedofilia, *ideologia de gênero*, acesso a armas de fogo, liberação de cocaína etc. Provavelmente por estar atrás de Lula (PT) nas pesquisas de intenção de voto, o ex-presidente aproveitou de sua audiência para fortalecer sua propaganda política, centrada na lei do inimigo único (Sant’anna; Rocha Junior; Garcia, 2009). Para Bolsonaro, o inimigo do povo é Lula. Em algumas de suas falas, Lula é substituído genericamente pela *esquerda*. Bolsonaro refere-se à *esquerda* como se fosse uma entidade corpórea, o que ajuda a individualizar a figura do inimigo. Exemplificando, na *live* transmitida em seu perfil no Facebook, Bolsonaro relaciona diretamente Lula a políticos de esquerda que comandam ditaduras na América do Sul. E afirma: “a gente sabe como esse pessoal da esquerda age, como tem agido em toda a América do Sul. A gente não quer isso para nosso país”.

Nos minutos finais da transmissão, o mito do complô emerge novamente, dessa vez junto com o tema da suposta fraude eleitoral. Sobre esse assunto, cabe trazer a transcrição da fala de Bolsonaro:

Saindo o resultado amanhã, não pode ser diferente, não pode ser diferente, pelo que a gente vê nas ruas, pra deixar bem claro, pelo que a gente vê nas ruas, que a gente vê nas mídias sociais, vê nas enquetes... enquete até em blog de esquerda, dá o nosso nome, dá disparado. Tem outras pesquisas além do DataFolha e do Ipec, que é o antigo Ibope (que não acertam nada), que dão uma vantagem pra mim, mas a grande imprensa – a Folha de São Paulo, o Estadão, o Globo – não vai publicar essa pesquisa, então publica a pesquisa que, inclusive, eles pagam em alguns momentos. Tem pesquisa, junto ao DataFolha, onde o sistema Globo pagou a pesquisa e quem paga a pesquisa, só divulga se ele quiser. E aí a suspeita: inflar a pesquisa pra tentar convencer os indecisos a votar em quem vai ganhar, pra evitar ter segundo turno. Mentira! Não quero pensar outra coisa aqui, que tá na minha cabeça, que pode acontecer. Não quero pensar nisso. Nós queremos eleições limpas, transparentes, onde o voto do seu João e da dona Maria seja computado para o candidato dele, não interessa quem seja o candidato dele, qual seja o número, qual bandeira que ele defenda. Vá para o candidato dele, é isso que a gente quer. Agora o outro lado, sempre dizendo que ganha no primeiro turno... Quando a gente quer criar uma maneira de garantir a lisura das eleições, o próprio TSE é contra. Ué, tem que ser favorável. Por que é que tem que ser favorável? Pra garantir que o candidato deles realmente tenha garantido a sua eleição, pô. Mas fazem diferente, que que tá acontecendo? Nós não podemos ter suspeitas, meu Deus do céu. Agora, você não pode ter a certeza quando o cara pega e fala: ó, quem discordar eu vou prender, quem discordar é crime. É acabar com esse negócio, vai acabar esse negócio, pô, não tem cabimento. Nós temos que ter a certeza de eleições limpas e eu

tentei botar aqui no Brasil um sistema eleitoral parecido com, ou melhor, idêntico o do Paraguai: a urna eletrônica, a impressora do lado. E quando eu falei com o Marito qual era o nosso sistema, ele riu, sou amigo dele, nós somos paraquedistas, temos liberdade pra conversar, ele riu. “Mas não tem o papel?” Ele riu. Essa é a nossa, é o nosso sistema eleitoral aqui. “Ah, quem desconfiar vou processar”.

Alguns detalhes da transcrição acima merecem destaque. Primeiro, a repetição logo no início da fala e o tom exaltado de Bolsonaro deixam claro que se tratava de um recado para o TSE: o então candidato à reeleição não aceitaria outro resultado que não fosse a própria vitória. No momento seguinte, ele afirma que os institutos de pesquisa DataFolha e Ipec *não acertam nada* e lança suspeitas sobre o real objetivo das pesquisas. Aqui, cabe um parêntese. Em momento anterior da *live*, Bolsonaro disse não acreditar em pesquisas, pois ele acredita “no povo na rua”, em autorreferência às suas motociatas e comícios. Mais à frente, ele transporta as suspeitas dos institutos de pesquisa para as próprias eleições, ao dizer que o TSE seria contra “uma maneira de garantir a lisura das eleições”, referindo-se ao voto impresso. O clímax da suspeita ocorre, todavia, quando Bolsonaro insinua que Lula seria o candidato do TSE, ao proferir as seguintes palavras: “Quando a gente quer criar uma maneira de garantir a lisura das eleições, o próprio TSE é contra. Ué, tem que ser favorável. Por que é que tem que ser favorável? Pra garantir que o candidato deles realmente tenha garantido a sua eleição, pô.”

As suspeitas levantadas por Bolsonaro, durante *live*, contra o sistema eleitoral repercutiram na imprensa tanto no sábado, 01 de outubro, quanto nos dias seguintes à realização do primeiro turno. No sábado, o portal de notícias GZH publicou matéria com o título “Em live, Bolsonaro diz esperar “lisura e transparência” no pleito deste domingo. *Atual presidente disse não acreditar nas pesquisas de intenção de voto.* Ilustrando a matéria, o jornal publicou uma foto do político acompanhado de sua intérprete de libras, durante a transmissão. No dia 02/10/2022, o site Último Segundo, do portal IG, publicou: “Twitter: termo ‘fraude’ é um dos mais comentados no final da apuração”. De acordo o site, a maioria dos usuários da rede social que postaram conteúdo com o termo *fraude* é apoiadora de Jair Bolsonaro (PL). Já o jornal Folha de São Paulo publicou, no dia 05 de outubro, notícia segundo a qual o ex-presidente teria questionado a apuração do primeiro turno das eleições, comparando com o segundo turno das eleições de 2014, quando Dilma Rousseff (PT) ultrapassou o candidato Aécio Neves (PSDB), após a apuração de mais da metade das urnas (figura 25).

Bolsonaro teria afirmado, durante *live*, que o gráfico da apuração “criou figura geográfica uniforme bem típica de algoritmo”. Por fim, no dia 07 de outubro, o jornal Correio Braziliense publicou, em seu site, uma matéria em que é abordada a “explosão de teoria infundada de fraude no 1º turno”. Segundo o Correio, no dia seguinte ao primeiro turno, “bolsonaristas mobilizaram um grupo com mais de 200 mil usuários no Telegram para apontar, sem prova, fraude que teria levado Lula a liderar a disputa”.

Figura 25 - Print de tela do site do jornal Folha de S.P.



Fonte: print da autora.

5.2.1.2 Imaginário de fraude: Código-fonte e algoritmo

Os dias após o primeiro turno das eleições de 2022 foram marcados por falsas acusações de fraude. No dia 04 de outubro daquele ano, o site de *fact-checking* Boatos.org publicou a checagem de uma peça desinformativa que começou a circular após o término da votação. Segundo o boato, o Exército Brasileiro teria pedido o código-fonte das urnas ao TSE porque descobriu uma fraude no “voto de rebanho”. Segundo o material falso, a fraude estaria comprovada porque diversos candidatos apoiados por Bolsonaro teriam recebido mais votos do que ele próprio. O que o boato

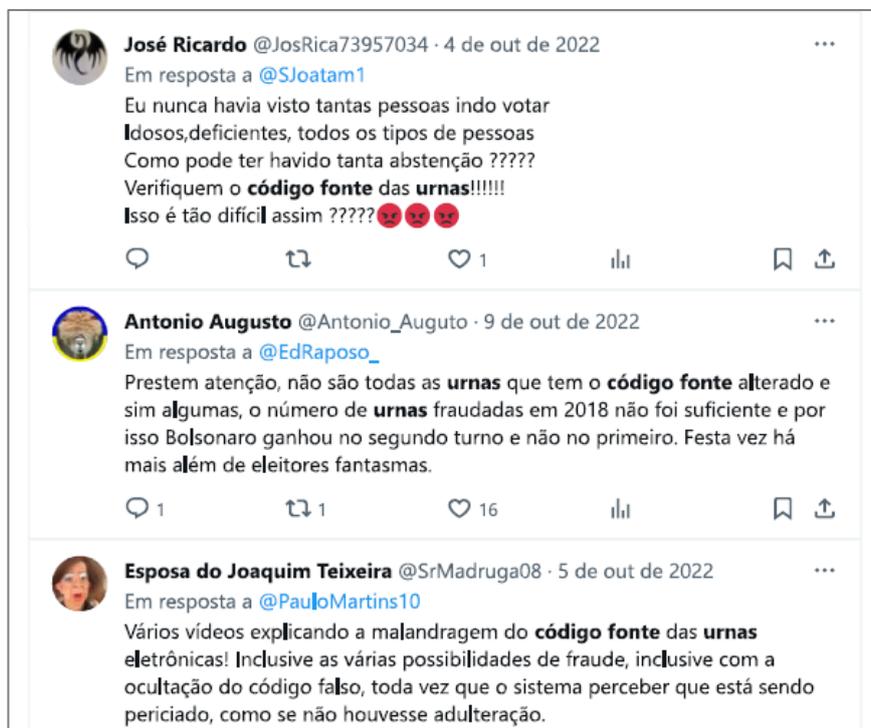
tenta fazer crer é que não faz sentido o eleitor votar em um candidato apoiado por Bolsonaro, mas escolher outro candidato para presidente. Ao analisar o material falso, o site Boatos.org aponta exemplos em que o ex-presidente teve mais votos do que os candidatos que apoiou nos respectivos estados e informa que não existe o tal “voto de rebanho”. Trouxemos este boato para nosso caso midiático porque notamos muitas menções no X à expressão *código-fonte* a partir de outubro de 2022. Abaixo, as figuras 26 e 27 mostram os embates de sentido em torno da confiabilidade das urnas eletrônicas após o primeiro turno das eleições de 2022, com e sem o uso da expressão *código-fonte*.

Figura 26 - Print de tela de busca feita no X pelas expressões "fraude", "urnas" e "eleições".



Fonte: print da autora.

Figura 27 - Print de tela de busca realizada no X, pelas expressões "urnas" e "código-fonte".



Fonte: print da autora.

Além da comparação da urna com uma caixa-preta, em alusão tanto a seu formato quanto a seu conteúdo inacessível a olho nu, *secreto*, a expressão código-fonte chamou nossa atenção por sua recorrência em outubro de 2022, mas também por sua força simbólica. A expressão já estava presente na fase anterior, porém, ela emerge da circulação com mais força durante o período eleitoral. Assim como ocorreu com a *hashtag* #VotoImpressoAuditavelJa, que integra a primeira fase do caso midiaticizado, as discussões ficam mais polarizadas quando o *código-fonte* entra em jogo. Pelo resultado de busca realizada na plataforma X, todas as postagens que empregam a expressão são de eleitores e/ou apoiadores de Bolsonaro, que nada fazem além de reverberar as acusações de fraude eleitoral feitas pelo ex-presidente. No imaginário da fraude, o código-fonte confere superpoderes a quem possui acesso a ele. Segundo a categorização de mitologias políticas de Girardet (1987), o mito do complô explora em sua narrativa “a prática das senhas, o uso dos sinais convencionados de reconhecimento”. Portanto, a expressão *código-fonte*, no contexto da urna eletrônica, evoca o mito do complô, que atua como um agente não-humano da circulação.

5.2.1.3 A fraude na sabatina do SBT

No dia 21 de outubro de 2022, o candidato Jair Bolsonaro (PL) foi sabatinado no SBT, por jornalistas de diversos veículos (Estadão, Rádio Eldorado, SBT, CNN, Veja, Nova Brasil FM e Terra). Nosso acesso à sabatina deu-se por meio da transcrição publicada pelo portal UOL. O que era para ser um debate entre os dois candidatos ao segundo turno, transformou-se em uma entrevista do ex-presidente, diante da ausência de Lula (PT). Conduzida pelo jornalista Carlos Nascimento, âncora do SBT, a entrevista alternou entre temas brandos e duros, durante 60 minutos divididos em três blocos. No último bloco, uma das perguntas mais espinhosas para Bolsonaro foi feita por Nascimento: “o senhor é um crítico feroz da urna eletrônica brasileira, apesar de todos os testes que já foram feitos. No caso, na hipótese de uma derrota sua, o senhor aceitará, acatará o resultado das urnas?”. Já ao final da sabatina, essa foi a única vez em que Bolsonaro fora interpelado a respeito de uma possível derrota. Abaixo, trazemos a transcrição da resposta, para posterior análise.

Olha, os militares foram convidados a integrar a Comissão de Transparência Eleitoral. Nós temos um Comando de Defesa Cibernética. O pessoal trabalha, tem trabalhado antes, agora, e vai trabalhar por ocasião do segundo turno também. Se nada for encontrado, você não tem por que duvidar do resultado da urna. Agora, você vê muito bem, nas ruas, como eu sou tratado e como o outro candidato é tratado. O outro, até quando tá em hotéis, sequer vai almoçar em restaurante do hotel porque não tem clima para tal. Então, uma diferença enorme. Hoje, todos dizem que a minha aceitação é muito maior do que o outro lado, mas vamos deixar as urnas. Vamos deixar essa questão com a Comissão de Transparência Eleitoral.

Bolsonaro tentou esquivar-se do tema, mas o âncora do SBT insistiu e perguntou novamente, em busca de uma resposta mais incisiva: “O senhor vai respeitar o resultado das urnas, então?” O então candidato à reeleição respondeu que sim, mas apresentou uma condição: “Em a Comissão de Transparência, onde se integra as Forças Armadas, nada de anormal apresentar, não tem por que você duvidar do resultado das eleições.”. Além de condicionar a aceitação de uma possível derrota a um futuro relatório apresentado pela Comissão de Transparência, Bolsonaro insinua que o *outro candidato* não teria votos suficientes para vencer as eleições, porque supostamente não tem aceitação popular. O candidato à reeleição explorou exaustivamente, durante a campanha eleitoral, o tema das multidões, tanto em seus atos de campanha nas ruas, como também os números (questionáveis) de suas

transmissões *online*. Segundo Sant'Anna *et al.* (2009, p. 351), “para atrair o assentimento, para criar a impressão da unanimidade, os partidos recorrem frequentemente a manifestações e desfiles de massa”. Além de uma estratégia de campanha, o objetivo de Bolsonaro em criar impressão de unanimidade era o de *provar* sua tese de fraude eleitoral. O sofisma proposto por ele a seus seguidores era o seguinte: se o *outro candidato* não tem povo nas ruas, nas *lives*, como pode ter votos? Por outro lado, a tese da fraude eleitoral dificilmente deixou o posto de sombra pela boca do Bolsonaro enquanto presidente e/ou candidato à presidência. Ao levantar suspeitas sobre as urnas, ele preferia insinuações a acusações diretas, as quais sempre ficaram a cargo de seus apoiadores e seguidores. Ele sabia que poderia ser responsabilizado caso fizesse ataques frontais ao sistema eleitoral. Por isso, prefere levantar suspeitas e deixar o confronto para seus seguidores mais radicalizados.

Em busca retroativa na plataforma X, pelas palavras *fraude* e *urnas*, no dia da sabatina do SBT (21/10/2022) e no seguinte (22/10/2022), não encontramos menções à entrevista. O que encontramos foram ecos das palavras de Bolsonaro, mas também publicações em sentido contrário, rechaçando as suspeitas de fraude, o que aponta para uma disputa de sentidos em torno do termo. Percebemos o mesmo movimento na repercussão da sabatina na imprensa. O jornal mineiro O Tempo publicou que “Bolsonaro indica que poderá aceitar derrota após posição de grupo com militares”. Já para o site Congresso em Foco, “Bolsonaro não responde se aceitará resultado das urnas”. Ou seja, a mesma resposta foi interpretada de maneiras distintas pela imprensa, configurando uma disputa de sentidos sobre a fraude. Os *prints* de tela abaixo mostram a dinâmica do embate de sentidos no X:

Figura 28 - Print de tela de busca no X, com as palavras "fraude" e "urnas", nos dias 21 e 22/10/2022.



Fonte: print da autora.

Figura 29 - Print de tela de busca no X, com as palavras "fraude" e "urnas", nos dias 21 e 22/10/2022.



Fonte: Print da autora.

Na figura 28, o usuário *teozin* diz que “claramente houve fraude nas urnas”, referindo-se ao primeiro turno, e que “com certeza vão tentar fraudar *dnv* (de novo)”. Diz, ainda, que muitos canais e pessoas foram censuradas *pela esquerda*. Por *esquerda*, provavelmente, ele se referia aos ministros do TSE, uma vez que em 2022 era Bolsonaro quem ocupava a presidência (e não *a esquerda*). O usuário *Ubirajara Alcantara* compartilha o link de uma revista (Revista Formosa) e afirma que militares teriam concluído o relatório sobre *fraude nas urnas*, mas o TSE não teria gostado do resultado. Em sentido oposto, o usuário *@sheikgangster* compartilha a publicação do site POP Time sobre a utilização de robôs pela campanha do Bolsonaro, para inflar números das *lives*, e observa que o que vence eleição é voto e não número de pessoas em *live*.

A mesma disputa de sentidos pode ser visualizada na figura 29. O usuário *Anésio José Vettorasso* afirma que Lula “fugiu do debate” porque estaria “confiando na fraude das urnas”. No post do usuário *Anésio* é possível visualizar como as enunciações de Bolsonaro reverberam entre seus seguidores. Assim como ele, Anésio também retrata Lula como *ladrão* e o coloca no centro de uma trama em que ministros do TSE e do STF seriam tanto seus comparsas quanto seus defensores. De modo oposto, o usuário *joviigonzagga* aponta certeza na vitória de Lula, mas teme uma reação dos seguidores de Bolsonaro, influenciados pelos boatos sobre fraude eleitoral, o que de fato ocorreu nos dias que sucederam o segundo turno de 2022.

5.2.2 Segundo circuito

O segundo circuito da fase 2 é o mais difícil deste estudo de caso, porque trata de acontecimentos que ainda estão repercutindo e produzindo efeitos, isto é, seguem em circulação. Os acontecimentos dos circuitos anteriores também contribuíram para os resultados que temos hoje, em uma dinâmica em que o término de um episódio interacional coincide com o início de outro, formando o que estamos chamando, neste estudo, de circuito (Braga, 2017). Sabemos, portanto, que a recusa ao resultado das eleições de 2022 por parte do eleitorado, que levou a acampamentos em frente a quartéis, ameaça terrorista em aeroporto, obstrução de rodovias por caminhoneiros, só foi possível pela soma de acontecimentos e suspeitas anteriores. Apesar disso, o olhar distanciado para o último de nossos episódios – os atos antidemocráticos de 08 de janeiro de 2023 – ainda é tarefa difícil, principalmente porque tal acontecimento

não deixou os noticiários tampouco é página virada da história. Em 8 de fevereiro de 2024, a polícia federal deflagrou uma operação para apurar o envolvimento de militares de alta patente e ministros do governo de Bolsonaro nos atos de 8 de janeiro de 2023, tendo como pano de fundo a minuta de um decreto que, se assinado, culminaria em um golpe de Estado.

Dito isto, é preciso fazer uma ressalva. Nossas análises encerram-se na repercussão imediata dos atos de 8 de janeiro. Os desdobramentos de tal episódio não serão objeto deste estudo. Logo, o segundo circuito da fase 2 é composto das repercussões do segundo turno das eleições, da *live* do argentino Fernando Cerimedo, da *live* de despedida de Bolsonaro (30/12/2022) e do clima antes e depois de 8 de janeiro, finalizando até 15 de janeiro de 2023 (uma semana depois). Começamos nossas análises pelo embate de sentidos travado no X após a divulgação do resultado do segundo turno, disputado em 30 de outubro de 2022. Nos prints de tela abaixo, vemos como o sentido de fraude é disputado por dois grupos distintos: o de apoiadores e eleitores de Bolsonaro e o grupo contrário a ele. Na figura 30, o usuário *Pablo Jamilk* classifica a narrativa de fraude como *golpe* e tenta desenhar suas dimensões. O usuário *beegarc.*, por sua vez, vai ao encontro dos pontos 2 e 5 do raciocínio do post logo acima, ao afirmar que a virada de Lula seria *matematicamente impossível*.

Figura 30 - Print de tela de busca realizada no X, com os termos "fraude" e "urnas", nos dias 30 e 31/10/2022.

Pablo Jamilk @Pjamilk · 30 de out de 2022

O golpe do Jair Bolsonaro possui muitas dimensões:

- 1 - tentaram adiar as eleições
- 2 - tentam desconfiar das urnas
- 3 - tudo o que a "mídia" diz é fake
- 4 - tentam impedir o Nordeste de votar
- 5 - vão alegar que a virada (quando Lula passar à frente é fraude)

6 33 204

beegarc. @beegarc_ · 30 de out de 2022

Isto é matematicamente impossível.

Não é possível um candidato estar constantemente a ganhar terreno face ao outro.

Seria o mesmo que dizer que ganhou em todas as urnas por muito pequena margem.

Fraude, ao nível central (programaram o software para "ir ganhando lentamente")

12 36 126

Fonte: Print da autora.

Figura 31 - Print de tela de busca realizada no X, com os termos "fraude" e "urnas", nos dias 30 e 31/10/2022.

João B S Macedo @MacedoJB7 · 31 de out de 2022

Em resposta a @despertapatria_e @g_garc2

Vamos lutar gente. Não podemos jogar fora nosso futuro. GREVE GERAL PRÓ "FRAUDE NAS URNAS". Foi um absurdo, todos viram. Não podemos nos calar diante dessa FRAUDE. CADEIA NELES

3 13

Odair Caldeira @OdairCaldeira2 · 31 de out de 2022

Em resposta a @Rconstantino e @edkanthack

Acho essa história uma ilusão, é mais plausível a fraude das urnas.... muito estranha a apuração, algoritmo fez o serviço sujo do sistema.....

6 10

Fonte: Print da autora.

Na figura 32, a usuária *Francieli Stefani* tenta desconstruir a certeza de fraude, ao indagar se houve fraude em 2018, quando Bolsonaro foi eleito presidente da República. A usuária tenta dialogar com o grupo contrário, apelando para a lógica, porém, o argumento por trás da certeza de fraude não fora construído *ad hoc*, mas vem paulatinamente tomando corpo desde as eleições de 2014, quando o resultado das urnas fora contestado pelo partido do candidato derrotado. Ou seja, para os bolsonaristas, houve fraude em 2014, como também em 2018, uma vez que Bolsonaro *deveria* ter vencido Fernando Haddad (PT) no primeiro turno. O grupo está convencido de que qualquer resultado diferente de Bolsonaro vencer no primeiro turno só é possível mediante fraude, já que ele é o único capaz de levar uma multidão para as ruas, segundo o próprio grupo. Os usuários *BTB* e *Roque H* reforçam tal raciocínio. O primeiro apela para a estatística, assim como o usuário *beegarc*. da figura 30; já o segundo aponta o que seria, para ele, os fios de uma trama que leva ao resultado fraude. O argumento é inquebrantável, posto que convoca e atualiza o mito do complô (Rosa; Bianco; 2022). Na figura 31, vemos como a ideia de complô permeia o imaginário social da política, quando o usuário *Odair Caldeira* diz: “muito estranha a apuração, algoritmo fez o serviço sujo do sistema”. O sentimento de fraude é tanto que o usuário *João B S Macedo* conclama os companheiros à luta (figura 31).

Figura 32 - Print de tela de busca realizada no X, com os termos "fraude" e "urnas", nos dias 30 e 31/10/2022.



Fonte: Print da autora.

Por outro lado, a fraude é contestada na cobertura midiática, que se apega à atividade de checagem de fatos e a declarações da justiça eleitoral para contrapor a narrativa bolsonarista. No dia 02 de novembro, o portal Terra publicou uma notícia, produzida em parceria pela Agência Pública, Aos Fatos e Núcleo Jornalismo, sobre desinformação nas eleições. A matéria, com o título “Segundo turno foi movido por desinformação sobre fraude, censura e debate”, afirma que as acusações de fraude foram promovidas por “campanhas articuladas e fomentadas por influenciadores do campo bolsonarista em suas redes sociais”. A matéria informa, ainda, que o engajamento em publicações contendo o termo *fraude* disparou no segundo turno (em comparação com o primeiro). Já o jornal Folha de São Paulo publicou, um dia após o segundo turno, reportagem contendo um mapeamento das principais teorias da conspiração que circularam em grupos bolsonaristas no *Telegram*, durante as apurações e após a confirmação da vitória de Lula (PT). No dia seguinte, a mesma Folha publica: “Bolsonaro quebra silêncio, critica bloqueios e fala em indignação e injustiça com eleição”. Segundo o jornal, o ex-presidente teria feito um “reconhecimento implícito” à derrota. Entendemos esses movimentos da imprensa como uma tentativa de retomar o controle da produção de sentidos sobre as eleições, sequestrada por grupos bolsonaristas reunidos em aplicativos de mensagem instantânea, e também uma tentativa de proteger a própria democracia.

Figura 33 Foto que ilustra matéria da Folha de S.P., publicada em seu site no dia 01/11/2022.



Fonte: Print da autora.

O ato de Bolsonaro de reunir seus ministros, diante das câmeras da imprensa, para pedir que caminhoneiros desobstruíssem as rodovias, interpretado pela Folha (figura 33) como um reconhecimento implícito à derrota, é por nós interpretado de modo diverso. A coletiva estava mais para um ato pensado para a circulação, isto é, estrategicamente pensado para dar ao judiciário e à própria imprensa, de um lado, a resposta republicana que eles esperavam e, por outro, manter seus seguidores na dúvida sobre os próximos passos do líder. Foi essa dúvida que os manteve por mais de um mês acampados em frente a quartéis, à espera de uma atitude mais radical do líder. No dia 04 de novembro, cinco dias após a divulgação da vitória de Lula (PT), a Folha de São Paulo continuava à espera de um reconhecimento público da derrota por Bolsonaro (PL). A matéria intitulada “Bolsonaro tem semana pós-eleição recluso e sem agenda de trabalho, motociata ou comentários nas redes” revela a ansiedade do jornal por uma postura republicana do ex-presidente. Tal postura, no entanto, nunca chegou.

5.2.2.1 A fraude argentina

No dia 04 de novembro de 2022, a justiça eleitoral e a imprensa brasileira foram surpreendidas com uma transmissão ao vivo do argentino Fernando Cerimedo, que supostamente teria informações privilegiadas sobre a fraude nas eleições brasileiras. Na *live*, Cerimedo alega que alguns modelos de urna eletrônica apresentaram a tendência de registrar mais votos para Lula do que para Bolsonaro e que esses modelos seriam utilizados, sobretudo, nos estados do Nordeste. Para embasar as alegações, o argentino tem em mãos um relatório produzido por uma auditoria privada, que supostamente constatou, também, que haveria dois *softwares* diferentes em utilização nas eleições de 2022. Segundo o Jornal Gazeta do Povo, o TSE negou todas as alegações do argentino. A *live* repercutiu na imprensa brasileira. Além da Gazeta do Povo, o portal UOL noticiou, reproduzindo matéria da agência Estadão Conteúdo, que a transmissão fora vista por 415 mil pessoas simultaneamente, a partir do canal La Derecha Diario (Youtube). O jornal Estadão afirmou que Cerimedo distorceu informações sobre as urnas e que o argentino tem ligação com Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente derrotado em 2022. O Estadão classificou o relatório apresentado na *live* de “apócrifo” e publicou que “O conteúdo é repleto de informações falsas e já está sendo usado por aliados do presidente Jair Bolsonaro (PL) para levantar dúvidas sobre o resultado das eleições”. O portal Metrôpoles publicou, em parceria com o site Boatos.org, um desmentido sobre as alegações da *live* e disse que não existiu nenhuma auditoria privada (figura 34). “Na realidade, o vídeo em questão não passa de uma leitura do documento ‘Fraude nas Urnas 2022.pdf’, publicou o Metrôpoles. O documento em foco é atribuído às Forças Armadas, o que também foi desmentido pelo site Boatos.org.

Figura 34 - Print de tela do portal Metr p les.

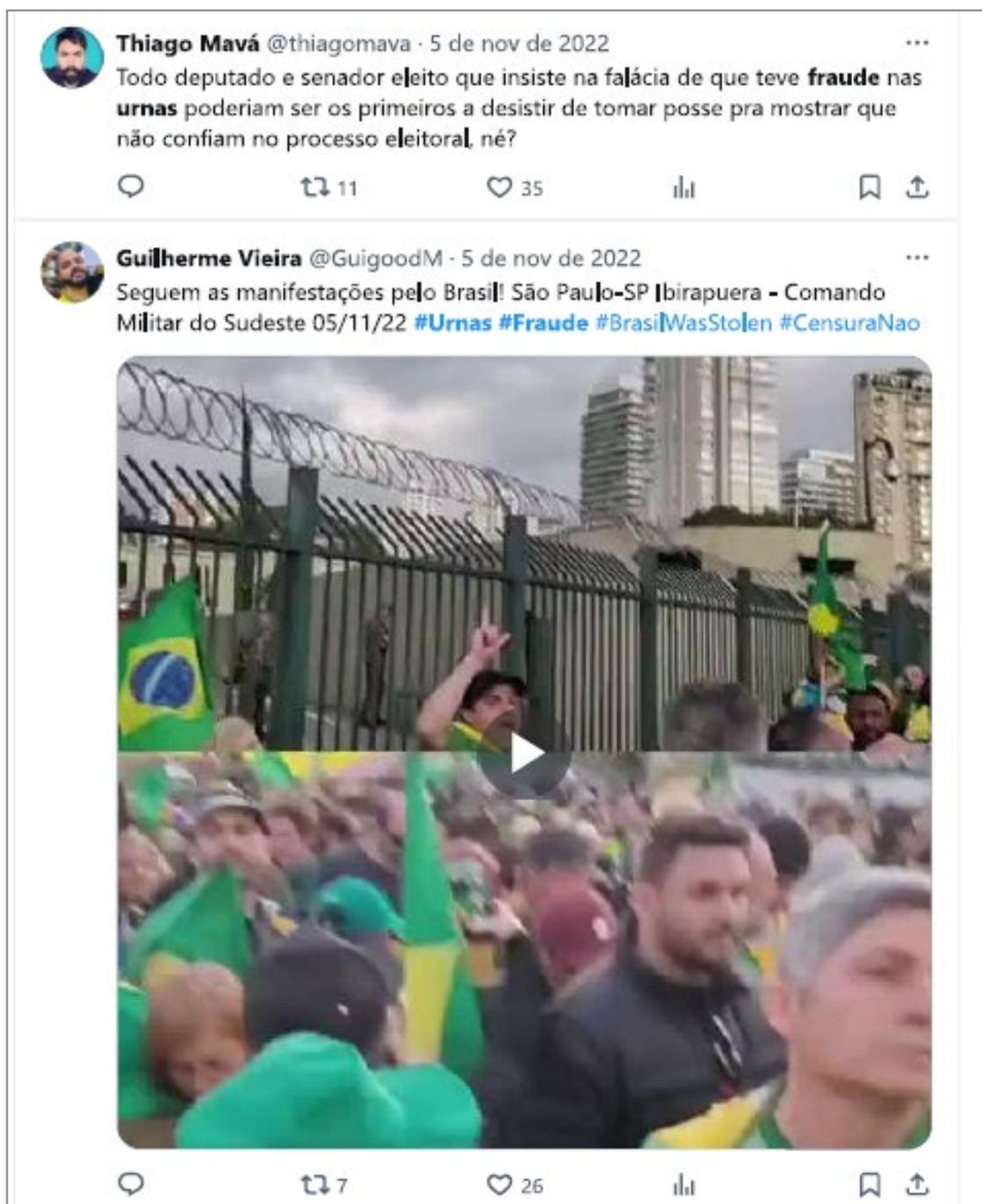


Fonte: Print da autora.

Segundo o jornal O Globo, a *live* do argentino impulsionou a *hashtag* #BrazilWasStolen. No X, as postagens e interações sobre a *live* ocorreram com e sem a *hashtag*. Ao buscar pelas palavras *fraude* e *urnas*, no período de 04 a 05 de novembro de 2022, encontramos mais postagens sem a *hashtag*; por outro, ao buscar por #BrazilWasStolen, a maioria das postagens era de perfis bolsonaristas. Na figura 35 – um print de tela da busca pelas palavras *fraude* e *urnas* – temos a publicação do usuário *Thiago Mav *, cobrando coerência dos políticos bolsonaristas eleitos pelas urnas eletrônicas. Isso mostra que não havia uma troca direta entre os dois grupos, uma vez que os bolsonaristas alegavam que houve fraude em alguns modelos de urna utilizados no Nordeste e não na totalidade delas, o que, na visão de deles, explicaria o alto número de políticos ligados a Bolsonaro eleitos para cargos do legislativo. Além disso, os políticos bolsonaristas que defendiam a narrativa de fraude em seus perfis foram eleitos, em sua maioria, nos estados do Sudeste. Na sequência, o usuário

Guilherme Vieira publica um vídeo de uma manifestação bolsonarista em frente do Comando Militar do Sudeste, acompanhado de algumas *hashtags*, entre elas, #BrazilWasStolen.

Figura 35 - Print de tela de busca realizada no X, com as palavras fraude e urnas, nos dias 04 e 05/11/2022.



Fonte: Print da autora.

De maneira oposta, a figura 36 – resultado de busca realizada no X pela *hashtag* #BrazilWasStolen, no mesmo período da busca anterior (04 e 05/11/2022) – nos mostra os sentidos de fraude reforçados por bolsonaristas a partir da mobilização da *hashtag*. O usuário *Jorge Luiz* comemora a suposta revelação da *live*, ao dizer que *ama* o povo argentino e finalizando com a *hashtag*. O usuário *Rodrigo* também comemora e diz que espera *as desculpas da esquerda* que, segundo ele, precisam ser tão técnicas quanto a fala de Cerimedo; para *Rodrigo*, a responsável pela suposta fraude é “a esquerda”, ao contrário do usuário *BrazilianVoz*, que atribui a suposta fraude ao TSE. Para o último, a *live* do argentino foi retirada do ar porque o TSE não foi capaz de refutar as *provas* apresentadas. Segundo a sequência de tuítes da figura 36, o TSE e *a esquerda* estão no centro de um complô armado para roubar as eleições e tirar Jair Bolsonaro (PL) do poder.

Figura 36 - Print de tela de busca realizada no X, com as palavras fraude e urnas, nos dias 04 e 05/11/2022.



Fonte: Print da autora.

A repercussão da *live* de Cerimedo perdeu força apenas com a divulgação de um relatório de auditoria das urnas eletrônicas, elaborado pelas Forças Armadas e

tornado público em 09 de novembro 2022. Segundo reportagem do jornal Estadão, “Relatório de militares não aponta fraude em urnas e chega à mesma contagem de votos do TSE”. O jornal afirma ainda que os militares haviam reclamado “da falta de acesso aos códigos que fazem a urna funcionar”, isto é, os código-fonte. Aqui, temos uma retroalimentação entre os circuitos, uma vez que o termo código-fonte já alimentava boatos sobre as urnas eletrônicas desde o primeiro turno das eleições e, agora, reaparece no relatório das Forças Armadas como um *ponto fraco* das urnas. Este processo de retroalimentação nos mostra as Forças Armadas como um dos atores a disputar sentidos sobre fraude eleitoral. Outros veículos de imprensa repercutiram a divulgação do relatório. O portal Metrópolis e o canal de TV CNN destacaram que o relatório não encontrou fraude nas eleições. O site de notícias Poder 360 publicou que “Defesa não vê fraude em eleição, mas sugere melhorias ao TSE” (figura 37, abaixo).

Por outro lado, na rede social X, os usuários mostraram-se divididos entre os que entenderam o relatório como um atestado de confiabilidade das eleições e os que interpretaram como um documento de contestação do processo eleitoral e uma ratificação dos que dizem que as urnas são inaudíveis. Na figura 38, o usuário *União Nacionalista do Brasil* defende que os bolsonaristas permaneçam mobilizados, afinal, segundo ele, o relatório das Forças Armadas “acusa o TSE de impedir a fiscalização!”. Na figura 39, a usuária *Aventureira* publica um videoteipe do jornal Edição das 18h, da Globo News, no qual o âncora Cesar Tralli destaca alguns pontos do ofício enviado pelas Forças Armadas ao TSE. Na legenda, ela brinca que “Bolsonaro já pode fugir!”, pois “o relatório das Forças Armadas sobre o processo eleitoral não identificou qualquer fraude”. Entendemos a brincadeira de *Aventureira* como uma referência ao silêncio de Bolsonaro e o não reconhecimento público de sua derrota para Lula (PT).

Figura 37 - Print de tela do site Poder 360.



Fonte: Print da autora.

Figura 38 - Print de tela de busca no X, pelos termos "relatório" e "Forças Armadas".



Figura 39 - Print de tela de busca no X, pelos termos "relatório" e "Forças Armadas"



Fonte: Print da autora.

O movimento descrito acima evidencia o que Verón (2005) chama de defasagem, isto é, a diferença entre os polos discursivos da produção e do reconhecimento, a qual marca o espaço da circulação. Para Verón (2005), a defasagem pode ser observada na comparação entre tipos de textos, o que torna visíveis as diferentes condições de produção de sentido, uma vez que “os efeitos de uma produção de sentido sempre são uma produção de sentido” (Verón, 2005, p. 48). Dito de outro modo, os efeitos de um discurso só podem ser vistos na forma de outro discurso. Nos exemplos que analisamos, as Forças Armadas produzem um discurso (relatório), a imprensa o interpreta e produz outros discursos sobre o primeiro, emitido pelas Forças Armadas. Os enunciados de ambos são [re]interpretados por atores sociais inscritos em circuitos interacionais, que produzem novos discursos sobre: o relatório, o que disse a imprensa a respeito do relatório e, em última instância, sobre

a [in]existência da fraude. Por isso, nunca há, na circulação, uma convergência em termos de sentidos.

5.2.2.2 *Da live de despedida ao 08 de janeiro*

Depois de passar dois meses sem dar muitas declarações públicas e sem os encontros habituais com seus eleitores, Bolsonaro fez a última *live* de seu mandato, no dia 30/12/2022. O objetivo era fazer um resumo das conquistas de seu governo, mas também reforçar sua dupla identidade – de herói e de mártir, o que ele vem fazendo desde a campanha de 2018 (Azevedo Júnior; Bianco, 2019). Neste ponto, Bolsonaro se projeta publicamente como o herói que salvou o Brasil *da esquerda*, mas também o mártir perseguido pela imprensa e pelos tribunais superiores (TSE e STF). Se o herói/mártir é o personagem principal e *a esquerda* e o Lula são os inimigos da nação, a *complô* é o principal argumento do enredo criado por Bolsonaro para se eleger presidente da república em 2018 (Azevedo Júnior; Bianco, 2019). Quando fala da justiça eleitoral, do TSE e/ou das eleições perdidas, Bolsonaro volta a explorar tal argumento. Como quando ele diz: “Hoje em dia, se você falar em urna, você também tem problema sério. Se você for parlamentar, pode perder seu mandato [...]. As nossas liberdades estão sendo tolhidas. Nós temos que lutar contra isso.”.

Outros posicionamentos de Bolsonaro, reforçados durante a *live* e que, a nosso ver, contribuíram para a barbárie de 08 de janeiro foram 1) o apoio às manifestações de rua e aos acampamentos em frente aos quartéis, tratados por ele como liberdade de expressão, e que tentavam invalidar o resultado das eleições com base na alegação, nunca provada, de fraude; 2) a desconfiança do próprio Bolsonaro quanto ao resultado das urnas, alegando que Lula (PT) não poderia ter mais votos do que ele porque *não levava o povo para a rua*, tendo como pretexto o apoio popular recebido por ele nas motocicletas e comícios de sua campanha. Sobre isso, o candidato derrotado disse: “Movemos multidões pelo Brasil, multidões. As esperanças de vitória eram palpáveis.”. Mais à frente, ele deixou claro que buscou reverter a própria derrota, ao afirmar:

São 30 de dezembro, está prevista a posse em 1º de janeiro. Eu busquei dentro das quatro linhas, dentro das leis, respeitando a Constituição, uma saída para isso aí, se tinha uma alternativa para isso, se a gente podia questionar alguma coisa ou não questionar alguma coisa, tudo dentro das quatro linhas.

Apesar de afirmar que sempre agiu “dentro das quatro linhas”, Bolsonaro atçou um pouco mais seus eleitores ao decidir não passar a faixa presidencial para Lula (PT). A transmissão da faixa é um rito importante para a democracia, pois é um reconhecimento público de aceitação do resultado eleitoral. Para fugir do rito de passagem, o ex-presidente viajou para a Flórida, nos Estados Unidos, em um voo da Força Aérea Brasileira (FAB). A ausência de Bolsonaro na posse de seu sucessor foi um sinal claro para seus eleitores de que ele não aceitava o resultado. O fato de não emitir uma palavra ou gesto que pudesse desmobilizá-los foi o que, em nossa visada, acabou reforçando o clima para os atos extremos de 08 de janeiro.

Sobre a *live* de despedida, o jornal Correio Braziliense preferiu destacar as críticas de Bolsonaro ao sistema eleitoral, ao publicar matéria com o título “‘Falta de liberdade’ e eleição: veja o que disse Bolsonaro em live de despedida”. Por outro lado, o jornal Folha de São Paulo adotou um tom mais conciliatório, ao publicar: “Bolsonaro faz live de despedida, critica ato terrorista e diz que nada está perdido com Lula 3”. Na plataforma X, eleitores de Bolsonaro se dividiram entre os que entenderam o sinal do líder para continuarem mobilizados e os que queriam que ele tivesse adotado uma posição mais enfática, como um anúncio de golpe de estado, por exemplo. Na figura 40, o usuário *Out Law Paraquedismo* disse que o ex-presidente “terminou como covarde” por “não ter convocado o 142”, fazendo referência ao artigo 142 da Constituição Federal, o qual supostamente autorizaria uma intervenção militar para garantia da lei e da ordem. Na mesma linha, o usuário *Rodrigo Rocha* criticou a postura de Bolsonaro e disse que “não tem perdão”. De modo diverso, o usuário *Dr. Flavio Pavanelli* alegou que o líder deixou a presidência “respeitando a constituição” para permanecer “ficha limpa” e concorrer nas eleições que seriam convocadas após intervenção militar.

Figura 40 - Print de tela de busca realizada no X, pelas palavras "fraude" e "urnas", no período de 30 a 31/12/2022.



Fonte: print da autora.

No dia da posse de Lula (PT) para o terceiro mandato não consecutivo de presidente da República, enquanto os eleitores dele alternavam entre comemorar a posse e confrontava os bolsonaristas, os eleitores de Bolsonaro lamentavam a derrota e contestavam o resultado das eleições no X. A posse de um novo governante não afastou a narrativa do complô, as acusações de fraude e os pedidos por um golpe de estado via intervenção militar. Pelo contrário, o que aconteceu daquele dia em diante foi o extravasamento da fraude, o transbordamento de uma narrativa que saiu das redes digitais e tomou a Praça dos 3 Poderes, no dia 08 de janeiro de 2023. Inconformados com a derrota e certos de terem sido *roubados* pelas urnas, centenas de bolsonaristas se deslocaram a Brasília nos dias que antecederam 8 de janeiro, dispostos a lutar com as próprias mãos, já que os militares pareciam ter abandonado a *causa*. Abaixo, seguem prints de tela contendo resultado de busca realizada no X pelas palavras *fraude* e *urnas* e pelas palavras *Lula* ou *posse*, no período de 01 a 02 de janeiro de 2023. Acrescentamos as palavras *Lula* ou *posse* nesta busca, porque nos interessam também as manifestações de eleitores de Lula. Em busca anterior,

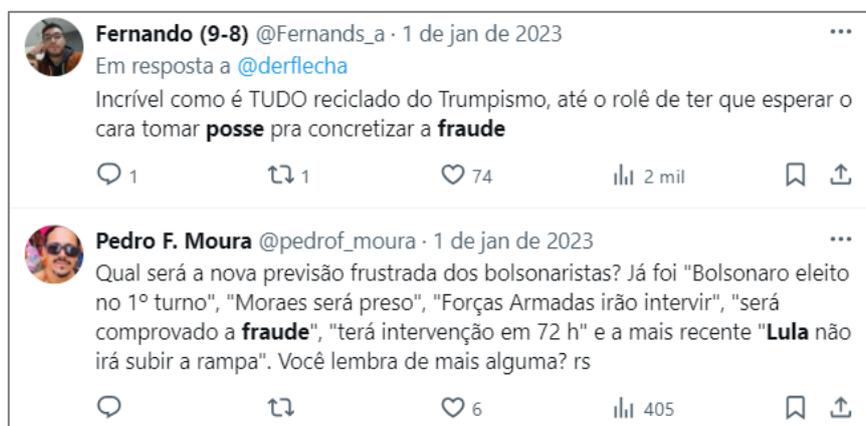
sem as palavras *Lula* ou *posse*, os resultados mostravam apenas postagens de bolsonaristas.

Figura 41 - Print de tela de busca realizada no X – 01 e 02/01/2023.



Fonte: print da autora.

Figura 42 - Print de tela de busca realizada no X – 01 e 02/01/2023.



Fonte: print da autora.

Figura 43 - Print de tela de busca realizada no X – 01 e 02/01/2023



Fonte: print da autora.

As figuras 41 a 43 nos mostram a dinâmica da circulação discursiva da fraude no X, em que eleitores de Bolsonaro interagem entre si em torno da narrativa de fraude. De outro lado, eleitores de Lula os confrontam, ainda que indiretamente, utilizando-se para isso de argumentos e figuras de linguagens variados. Podemos ver, também, as marcas do *mito do complô* e como ele vai se fortalecendo ao longo do processo de extravasamento da fraude. Um dia após a posse de Lula, no dia 02 de janeiro de 2023, a usuária *Dirce Aguiar* (figura 43) postou o que seriam vídeos de uma reunião e escreveu que Lula não poderia entrar no Palácio da Alvorada porque haveria uma GLO (garantia da lei e da ordem) em curso e que acabava naquele dia o prazo dado pelo Superior Tribunal Militar para o ministro Alexandre de Moraes “responder sobre o código-fonte”. Obviamente, a GLO em curso não passava de boato, mas foi um conjunto de narrativas falsas que manteve os bolsonaristas mobilizados e que possibilitou os atos de violência praticados na Praça dos 3 Poderes, no dia 08 de janeiro de 2023. Na figura 41, bolsonaristas lamentam a vitória e a posse de Lula e o usuário *Elton Max* diz que “bolsonaristas deveriam ser estudados” porque

“consegue(m) inventar desculpa nova todos os dias”. O que o usuário *Elton Max* chama de *desculpa* faz parte do enredo da fraude. Já na figura 42, o usuário *Fernando* chama a atenção para as coincidências entre as narrativas de fraude de Bolsonaro e de Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos que, derrotado na campanha de reeleição por Joe Biden, do partido Democratas, iniciou uma ofensiva contra a contagem de votos em seu país.

5.2.2.3 Fraude: uma certeza construída discursivamente

Os atos de invasão e depredação dos prédios da Praça dos 3 Poderes em Brasília, no dia 08 de janeiro de 2023, foram classificados pela imprensa brasileira e internacional de “ataque à democracia”. Para o judiciário, o nome dado ao acontecimento foi “atos antidemocráticos”. Apesar do nome dado aos atos, em nossa visada, a barbárie só foi possível porque a fraude deixou de ser uma suspeita para se tornar, discursivamente, uma certeza. Os tuítes aqui analisados dão uma pista de como esse processo transcorreu: a suspeita da fraude é alimentada por Bolsonaro, políticos de seu entorno e apoiadores públicos desde as eleições de 2018, em que ele venceu, mas não abandonou o discurso de que deveria ter vencido no primeiro turno. Foram quatro anos em que o sistema eleitoral brasileiro ficou sob suspeita de fraude, nunca provada, por aquele que foi diversas vezes eleito deputado federal pelas urnas eletrônicas. Em 2021, tão logo soube da notícia de que Lula (PT) poderia novamente concorrer às eleições, Bolsonaro começa a escalar os ataques. No último ano de seu governo, ele subia o tom contra as urnas a cada divulgação de pesquisa de intenção de voto que apontava Lula como o vencedor. Em suma, a sombra da fraude sempre foi o trunfo de Bolsonaro para, de um lado, justificar sua derrota e, de outro, abrir caminho para um golpe de estado, caso houvesse apoio suficiente para isso.

Todavia, após Bolsonaro deixar o país, depois de fazer uma *live* de despedida com mensagens dúbias, a sombra da fraude descolou do ex-presidente, se autonomizou, deixou de ser discurso e ganhou a forma de ação violenta, por meio de um povo atizado por uma narrativa capaz de mobilizar o imaginário social de complô, de conspiração. Sempre que bolsonaristas falam da suposta fraude, é possível ver o que temos chamado aqui de mito do complô. Algumas capturas de tela que mostraremos a seguir deixam pistas para compreendermos, inobstante outras correntes de análise, como a narrativa de fraude foi estruturada com base na mitologia

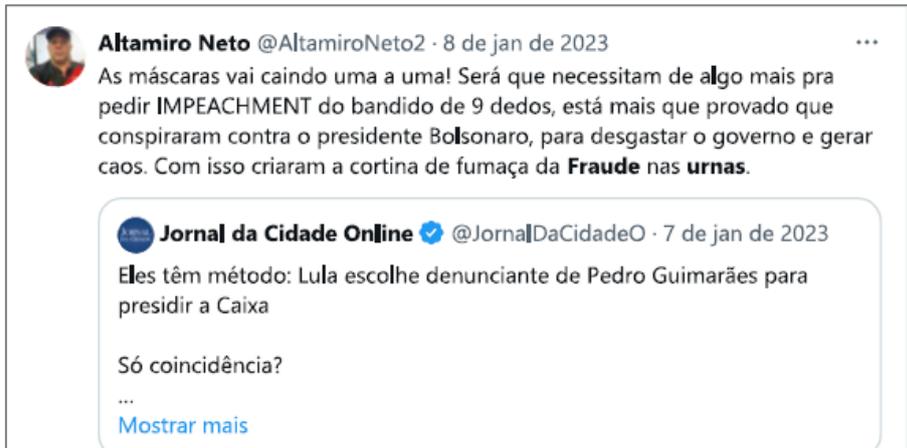
do complô. No enredo, Bolsonaro exerce o papel híbrido de herói/mártir, o vilão é representado ora por Lula, ora pela esquerda e os ministros das cortes superiores (STF e TSE) são os conspiradores, aqueles que viabilizam a vitória do vilão. Inconformados e convencidos da fraude, milhares de bolsonaristas se deslocam para Brasília, para participarem de uma insurreição popular. Já que o líder preferiu se refugiar em terras estrangeiras, ficou a cargo de seu povo expulsar o vilão da cadeira de presidente, destituir os poderes constituídos (exceto os parlamentares bolsonaristas) e convocar as Forças Armadas para uma intervenção. A seguir, alguns tuítes que mostram a visão bolsonarista sobre os ataques de 08 de janeiro de 2023.

Figura 44 - Print de tela de busca no X, pelas palavras "fraude" e "urnas", no dia 08/01/2023.



Fonte: print da autora.

Figura 45 - Print de tela de busca no X, pelas palavras "fraude" e "urnas", no dia 08/01/2023.



Fonte: print da autora.

Figura 46 - Print de tela de busca no X, pelas palavras "fraude" e "urnas", no dia 08/01/2023.



Fonte: print da autora.

Na figura 44, o perfil *Joana Cunha* compartilha um vídeo do ato de 08/01/2023 e afirma que o povo pede intervenção militar para reverter a "fraude das urnas". Na figura 45, o usuário *Altamiro Neto* vai além e pede o impeachment de Lula, a quem

ele chama de “bandido de 9 dedos”, alegando que “conspiraram contra o presidente Bolsonaro” para criar uma “cortina de fumaça da Fraude nas urnas”. Na figura 46, o perfil *Patricia C.M.S.* responde ao deputado Arthur Lira, chamando-o de mentiroso. Ela *denuncia* censura contra jornalistas e população, ao mesmo tempo em que afirma que imprensa e STF *deram um golpe* “para pôr Lula no poder”. Ao final, ela evoca um trecho heroico de nosso hino da Independência. A usuária *Pa. M* responde ao perfil *@ThiagoResiste*, dizendo que ele deveria ser preso por ser eleitor “do ladrão corrupto”, pois Lula teria sido “eleito com fraude”. Ao dizer “todo poder emana do povo”, *Pa. M* exclui seu interlocutor, e todos os eleitores de Lula, da categoria *povo*. O usuário *Demetrio Dias* faz a mesma coisa. Porque acreditam piamente na fraude, eles também creem que Lula não foi eleito pelo *povo*.

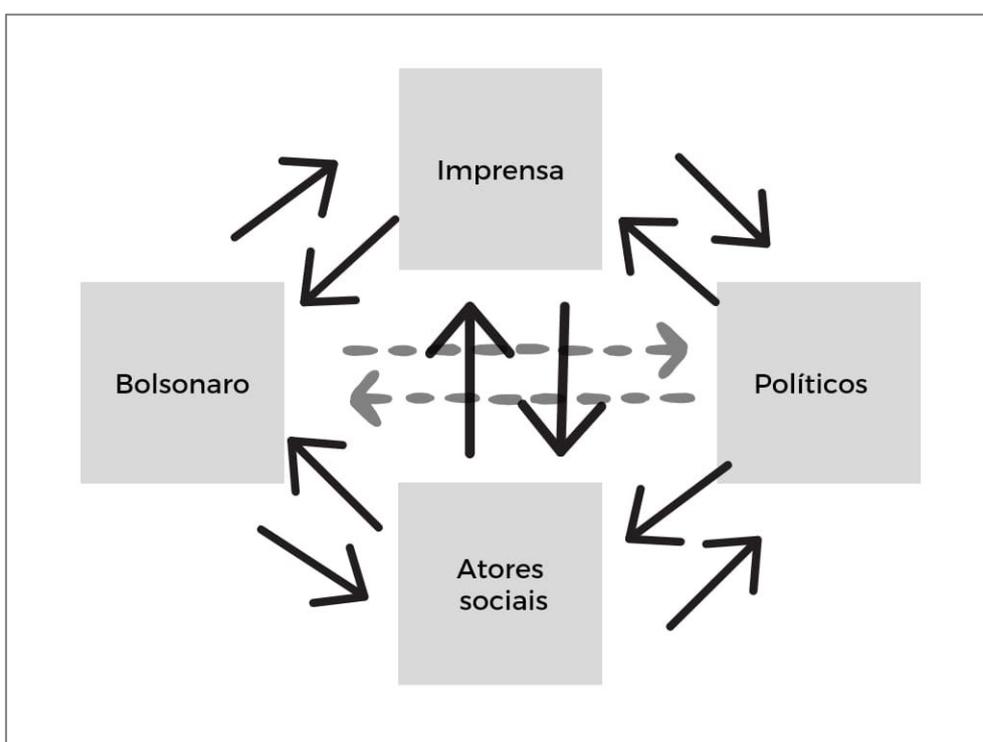
Olhando para as figuras acima (44 a 46), comprovamos nossa hipótese de que o mito do complô atua como um meta-agenciador da circulação de sentidos sobre fraude eleitoral. O mito está nas falas de Joana Cunha, Altamiro Neto, *Pa. M* e *Patrícia C. M. S.* Ele agencia a circulação, permeia os sentidos, contribui para a constituição de circuitos, quando... e, ao fim, justifica uma barbárie. O dia 08 de janeiro de 2023 terminou, mas as mitologias que o atravessam (complô, herói, mártir) perduram no tempo e permanecem nas pessoas que foram presas naquele dia, mas continuam a invocá-las, como quando ostentam, com orgulho, fotos da tornozeleira eletrônica em seus perfis nas plataformas de redes sociais.

5.3 ANÁLISES TRANSVERSAIS

O objetivo das seções anteriores (5.1 a 5.2) foi apresentar e descrever as dinâmicas da circulação de sentidos sobre fraude eleitoral, considerando a circulação um espaço tanto de defasagens quanto de valoração da fraude pelos atores que participam de cada um dos circuitos. No diagrama abaixo, tentamos representar graficamente os fluxos da circulação discursiva que ocorre por meio do agenciamento de circuitos interacionais por atores sociais, políticos e institucionais e pelo acionamento no mito do complô nas narrativas de fraude. Considerando o estágio atual de mediatização, em que todos falam para todos (Fausto Neto, 2019), o término de um episódio alimenta o próximo. Assim, a partir de uma *live* em que Bolsonaro faz acusações contra o TSE, a imprensa reage em tom de contestação. Paralelamente, outros políticos e os eleitores conversam sobre o tema nas redes digitais, alguns a

favor, outros contra. Uma reportagem que soe mais provocativa ao ex-presidente serve de combustível para uma próxima *live*, num fluxo comunicacional incessante. O que vemos, portanto, é a eliminação – ou pelo menos uma forte redução - das barreiras entre esfera pública e privada. Os fatos não precisam mais da mídia de massa para irromperem na esfera de visibilidade pública. Há uma mudança do que se entende por comunicação social e é por isso que reforçamos nossa premissa de que os estudos de midiatização surgem como outro paradigma para os estudos de comunicação.

Figura 47 - Diagrama. Análise de circulação discursiva.



Fonte: Diagrama criado pela autora com o aplicativo Canva

Nesta seção, propomos uma análise transversal das dinâmicas detalhadamente descritas anteriormente (e representadas graficamente acima), com o objetivo de buscar uma resposta para o problema de pesquisa proposto: *de que modo os atores (sociais, políticos, institucionais, midiáticos) constroem e disputam sentidos sobre fraude eleitoral, considerando que as interações são estruturadas pela midiatização?*

Aqui, nos questionamos sobre as estratégias mobilizadas pelos sujeitos para acionar circuitos nos quais temas de interesse de determinados grupos políticos são discutidos e valorados. Ao analisar os circuitos em conjunto, chegamos em um denominador comum: a mitologia do complô. No imaginário da fraude, compartilhado pela bolha bolsonarista, o complô é a peça central que dá sentido à derrota de Bolsonaro (PL). Na perspectiva de seus seguidores, o ex-presidente não perdeu para Lula (PT); ele perdeu para: *as urnas fraudadas, o STF e o TSE, o sistema*. Nesse sentido, o complô atua como um *meta-agenciador* da circulação. Em outras palavras, a narrativa do complô mobiliza os atores sociais, aciona os circuitos interacionais estudados, perpassa todos eles e *transcende* as interações que acontecem nas redes sociais digitais, culminando com o ataque à democracia perpetrado em 08 de janeiro de 2023. Desse modo, o complô configura-se como a principal estratégia utilizada para acionar circuitos nos quais o sistema eleitoral é atacado.

Na narrativa do complô, alimentada e compartilhada pelos bolsonaristas, o presidente Lula (PT) é *o escolhido do sistema* para tirar Bolsonaro do poder. Segundo os bolsonaristas, seria *impossível* Lula, “um ladrão”, ter obtido 58 milhões de votos. Para justificar essa *certeza*, uma vez que Bolsonaro nunca conseguiu provar a suposta fraude nas urnas eletrônicas, ele lança mão da tática de falar sistematicamente da fraude, de modo a confundir o debate público e não dar tempo para o assunto ser esquecido. Para sustentar sua acusação, ele usa as mais diversas narrativas, desde as que apelam para o medo do *inimigo* até as que se utilizam de explicações *tecnicistas*, as quais pode efetivamente ser entendidas e, talvez, contestadas, por um número reduzido de pessoas. A maior parte dos eleitores não tem conhecimento suficiente em tecnologias da informação para saber o que é e como funciona um código-fonte ou um algoritmo ou até para saber a diferença entre *software* e *hardware*. Por isso, as narrativas de fraude que exploram aquilo que é oculto, desconhecido da maioria, são muito frequentes.

O complô foi o elemento mitológico mais utilizado por Bolsonaro na campanha eleitoral de 2018 (Azevedo Júnior; Bianco, 2019) e continuou sendo explorada durante todo o período de seu governo. Não coincidentemente, ele também se diz *perseguido* pela mídia e *injustiçado* pelas cortes superiores (STF e TSE). Isso porque, para a mitologia do complô funcionar, a narrativa da fraude precisa apontar quem é o herói injustiçado, quem é o vilão e quem são os conspiradores. Comparando mito e sonho, Girardet (1987, p. 14) anota que o mito se organiza em uma dinâmica de imagens,

cujas frações não podem ser dissociadas: “estas se encadeiam, nascem uma da outra, chamam uma à outra, respondem-se e confundem-se”. Continuando, o autor explica que a “denúncia dos complôs maléficos” conduz ao apelo ao Salvador. Foi exatamente esta dinâmica que encontramos em nossos observáveis: Bolsonaro *denunciando* o complô formado entre Lula (às vezes, *a esquerda*) e as cortes superiores e, simultaneamente, evocando para si o papel do herói (às vezes, mártir), aquele a quem estaria reservada a tarefa de livrar a nação “das forças perniciosas que pretendem estender sobre ela sua dominação” (Girardet, 1987, p. 15). A fraude das urnas é um produto mental e discursivo que, ao mesmo tempo, alimenta e é alimentado por um imaginário que perpassa processos midiáticos e políticos. Fundada tão somente na crença, a fraude jamais se concretiza enquanto um fato, mas organiza a interação social por meio da potência mitológica que evoca.

Na primeira fase de nosso estudo de caso, dizemos que a fraude é sombra porque, discursivamente, ela ainda está no terreno da suspeita, do vir a ser. No início da fase, em abril de 2021, o projeto de lei do voto impresso ainda não havia sido votado. Sua rejeição causou um alvoroço entre os bolsonaristas, mas é certo que também ajudou a manter o mito do complô ativo. A aprovação poderia arrefecê-lo, uma vez que a ameaça se tornaria mais fraca. Aqui, cabe lembrar que o mito do complô está inscrito em um medo coletivo e ancestral de forças ocultas. Logo, se a urna passasse a imprimir um recibo do voto, como queriam os bolsonaristas, a sombra da fraude não se sustentaria porque o próprio voto deixaria de ser *oculto*, se tornaria *transparente*. E a transparência é o antídoto do complô. Por outro lado, a aprovação do projeto de lei poderia nada significar para quem se beneficia de uma narrativa falsa de fraude; outro bode expiatório seria escolhido para que a sombra da fraude estivesse sempre à espreita.

Além da rejeição ao projeto do voto impresso, a decisão do STF de anular as condenações que pesavam sobre Lula no âmbito da operação Lava-Jato contribuiu para fortalecer a narrativa da fraude baseada na mitologia do complô. Naquele contexto, Bolsonaro convocou manifestações de rua para o dia da Independência e, aproveitando-se de toda uma simbologia relacionada à data, fez sua primeira ofensiva direta contra a cúpula do poder judiciário, explorando fortemente o par independência/liberdade. Um ano depois, na reunião com representantes diplomáticos de estados estrangeiros (último episódio da primeira fase), o ex-presidente demonstrou que não abandonaria uma de suas narrativas mais fortes, pois,

àquela altura, o terreno já estava sendo preparado para caso a derrota acontecesse: o rompimento democrático seria a resposta para a fraude, afinal, “só o complô parece poder frustrar o complô” (Girardet, 1987).

Para contaminar a esfera de visibilidade pública com a sombra da fraude, Bolsonaro inaugura um dispositivo interacional, as *lives*, até então estranhas ao cargo de presidente da República. Além desse dispositivo, ele lança mão de outro já bem estabelecido na política, as manifestações de rua. Em ambos, ele explora um discurso de tipo hipersticcional, baseado na narrativa do complô, com potencial para incitar seus seguidores à ação. Com efeito, a cada polêmica lançada, Bolsonaro aciona um circuito interacional. A conclusão a que chegamos é que suas falas são propositadamente polêmicas, pensadas para a circulação. A cada declaração de Bolsonaro sobre a suposta fragilidade do sistema eleitoral, forma-se um circuito no qual a imprensa checa o que foi dito e publica o resultado, acompanhado do recurso de didatização do processo eleitoral, geralmente em parceria com a justiça eleitoral. Na plataforma X, o registro das conversações mostra a dinâmica da circulação: na disputa de sentidos de fraude, usuários sobem *hashtags*; compartilham desde memes e vídeos a opiniões de influenciadores digitais, na tentativa de validar suas próprias opiniões; e recorrem a todo tipo de figura de linguagem para demonstrar concordância ou discordância da narrativa de fraude em circulação.

Na segunda fase, conforme avançava o período eleitoral, os *agentes* da fraude intensificavam a ofensiva; de suspeita, a fraude vai discursivamente se transformando em ameaça, materializando-se na narrativa dos bolsonaristas após o resultado do primeiro turno das eleições. Com a derrota parcial de Bolsonaro, seus eleitores passam a bradar: “houve fraude!”. Após o segundo turno das eleições, a narrativa de fraude extravasa, sai do discurso para as ruas, com os acampamentos bolsonaristas em frente aos quarteis; o bloqueio de rodovias por caminhoneiros; o atentado frustrado ao aeroporto de Brasília. Todos pediam e esperavam pelo mesmo desfecho: uma intervenção militar que impedisse Lula de assumir o cargo e reconduzisse Bolsonaro ao poder. Recluso e em silêncio após a derrota, o ex-presidente é substituído temporariamente no papel de herói pelas Forças Armadas. Aliás, não seria uma substituição propriamente dita. Desde que começou a intensificar sua ofensiva contra o sistema eleitoral, o próprio Bolsonaro tem apelado para as Forças Armadas como um símbolo de robustez e invencibilidade. Ante a um inimigo muito forte e poderoso, o Salvador clama por *reforços* para libertar a nação do complô maléfico e o próprio

povo os convoca, movido por uma vontade de determinar os rumos da própria história, de exercer *diretamente* o poder que lhe é atribuído pela Constituição federal. “A esperança da revolução messiânica traduz as pulsões da vontade megalômana que pretende moldar o mundo segundo seus próprios modelos”, assevera Girardet (1987, p. 186).

É diante desta potência, transversal a tantas civilizações de nossa História, que nosso objeto se localiza: a luta de um povo do Bem contra a tirania de seus algozes. Mas, como bem alertado por Girardet, o tema do complô encontra ressonância afetiva em situações agudas de crise: “é nos ‘períodos críticos’ que os mitos políticos se afirmam com mais nitidez, impõem-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração” (Girardet, 1987, p. 180). Conforme apontamos em dissertação de mestrado (Bianco, 2019), o país passou por uma série de eventos de crise desde a alegação de fraude pelo candidato derrotado nas eleições de 2014, Aécio Neves (PSDB). Nesse interim, vivemos o longo processo que culminou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT); passamos por uma operação policial e jurídica – a operação Lava-Jato – com intensa cobertura da mídia, cujo objetivo era convencer a população de que havia uma *organização criminosa* governando o país e que era preciso extirpá-la do poder para que o Brasil voltasse a *crescer* (Bianco, 2019). Nas eleições de 2018, o então candidato Bolsonaro sofreu um atentado à faca e, com a ajuda de parte da imprensa, difundiu-se que o autor do ato teria ligações pretéritas com um partido de esquerda, o PSOL. Este é o quadro de fundo, o contexto que tem alimentado o imaginário da fraude, no qual a circulação é *meta* agenciada pelo mito do complô. Lembrando Maffesoli (2005), o imaginário é “cimento social”, é a “aura” que alimenta a cultura de um grupo. Não é possível confrontá-lo; a única luta possível é sua desconstrução, por meio de informações públicas de qualidade.

O ápice do extravasamento da fraude ocorreu no dia 08 de janeiro de 2023, com a invasão e os atos de vandalismo praticados por milhares de bolsonaristas na Praça dos 3 Poderes, em Brasília. Aqui, cabe lembrar que Bolsonaro havia dito, em julho de 2022: “Agora, é um momento difícil porque inimigo não é externo, é dentro do Brasil, está aqui nessa região da Praça dos 3 Poderes” (Poder 360, 2022). A declaração do líder reverberou nas conversações de seus seguidores e transformou-se em ação em 08/01/2023, mostrando a potência mobilizadora do mito político (Girardet, 1987). Mesmo com os discursos contrários da imprensa, baseados em

checagem de fatos e em declarações da justiça eleitoral, os bolsonaristas nunca deixaram de acreditar na fraude. O que 08 de janeiro de 2023 nos mostra é a impossibilidade de controle do fluxo comunicacional por atores políticos e midiáticos. Este é um dos principais sintomas do processo de midiaticização: a intensidade da circulação não permite gestão de fluxos, eles ocorrem, vazam, transcendem e agenciam novos circuitos, sempre adiante (Rosa; Bianco, 2022). A narrativa da fraude tomou tamanha proporção, por diversos motivos aqui elencados, que extravasou para além dos espaços midiáticos, transformando-se em caos.

O processo descrito acima resume dois movimentos interdependentes, centrais à tese. O primeiro é o *modus operandi* da construção discursiva da fraude, que envolve o recurso a um discurso hipersticional e o apelo à mitologia do complô. É a narrativa do complô que conecta todos os circuitos acionados por episódios aparentemente dispersos ao longo do período estudado. O segundo movimento é o poder de agência de Bolsonaro, iniciando disputas de sentido sempre que emite um discurso. Os passos do ex-presidente são acompanhados pela imprensa, que assume o lugar do ator de oposição, ao fazer um trabalho de catalogação e checagem das falas do político, incluindo as mais fantasiosas. Na plataforma X, a disputa de sentidos não ocorre por confronto direto. Como a maior parte das postagens coletadas são individuais e solitárias, não sendo comum o diálogo entre usuários desconhecidos e de *bolhas* distintas, é o acúmulo – e o volume – de publicações com sentido oposto que sugerem os sentidos em disputa. Eis porque concluímos que a circulação não constitui um espaço público de deliberação, já que os atores disputam sentidos vinculados a comunidades de crença, sem a intenção de se chegar a pontos de concordância, mas apenas reafirmar as próprias convicções.

A partir dos episódios estudados, foi possível observar que a fraude assume diferentes sentidos, de acordo com o meio em que circula. Para os opositores de Bolsonaro, incluindo boa parte da imprensa, a fraude é fabulação, é um subterfúgio por ele usado para ameaçar a democracia, mas também para justificar por antecipação sua derrota. No discurso do ex-presidente, a fraude é uma suspeita e, depois, uma certeza, o resultado de uma conspiração. Para reforçar a narrativa de fraude, ele se coloca continuamente na posição de herói perseguido, contra quem os poderosos tramam. Já os atores sociais se dividem em dois principais grupos: de um lado, os que assumem como próprio o sentido dado à fraude por Bolsonaro. Para o outro grupo, a fraude ganha enquadramentos distintos: ora é a condenação de Lula,

posteriormente anulada, e o conseqüente impedimento de concorrer às eleições de 2018; ora é o abuso de poder de Bolsonaro nas eleições de 2022, que teria tentado impedir eleitores nordestinos de votar, por meio de ações de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal, o que é vetado pela justiça eleitoral. Esses sentidos em disputa evidenciam o espaço da circulação, isto é, o processo de defasagem entre os polos discursivos da produção e do reconhecimento (Verón, 2005), ainda que, na midiatização em estágio avançado, haja um intercâmbio ininterrupto entre quem produz e quem recebe os enunciados. Nesse sentido, a fraude assume diversos contornos, a depender da forma como os atores em interação se apropriam da *ideia* de fraude para produzir seus discursos.

Enfim, não existe, a princípio, uma conexão direta entre midiatização e utilização de narrativas mitológicas para fins discursivos. Enquanto a primeira é um fenômeno atual, de bases sociotecnológicas, a segunda é uma prática que atravessa séculos, com raízes ancestrais. É certo que, conforme Baczkó (1985), um dos desdobramentos da evolução dos meios de comunicação social foi o aprimoramento das técnicas de propaganda. Com isso, ocorre a profissionalização do uso de elementos do imaginário (como mitos e símbolos) com o objetivo de convencimento do público. Por outro lado, ao avançar a midiatização, o público passa a apropriar-se das técnicas discursivas dos profissionais de comunicação. Com isso, o apelo ao imaginário (e ao emocional) como recurso discursivo torna-se prática muito presente nas conversações sobre política que tem lugar nas redes sociais digitais. O efeito disso, contudo, não é a banalização de mitos e símbolos, mas seu reforço e conseqüente cristalização no imaginário social, porque os mitos, em particular, são “a objetivação da experiência coletiva do ser humano” (Cassirer, p. 63, 1976), originando-se e sustentando-se em um fundo emocional comum (Cassirer, 1976).

Os efeitos de reforço e cristalização do mito do complô no imaginário coletivo ocorrem, também, através de uma cobertura jornalística baseada em postura adversária a governos eleitos. O clima constante de suspeita com relação a agentes públicos afeta a saúde da democracia, favorecendo a adesão de parte do povo a tentativas de golpe de Estado, como vimos em 8 de janeiro de 2023. Com isso, não estamos dizendo que o jornalismo não deveria fiscalizar o poder público, mas sugerindo que a imprensa deveria repensar o foco no escândalo político em suas coberturas. O escândalo tende a gerar mais receita às empresas de notícias, mas apresenta o efeito nefasto de desestabilizar as bases que sustentam a democracia,

por corroer a confiança do povo em seus representantes. Por outro lado, não nos deteremos na discussão que apregoa que são os agentes políticos que deveriam mudar de postura, porque isso nos soa óbvio e, ao mesmo tempo, utópico. Para nós, o ponto central é: mesmo que os atores políticos não mudem individualmente de comportamento, ao jornalismo ainda resta a opção de fiscalizar os detentores do poder por outros ângulos que não o do escândalo. De igual modo, cabe aos atores sociais autonomizados em espaços discursivos produzir com responsabilidade sentidos e tensionamentos, tanto ao que o campo político quanto ao que o jornalismo apresenta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando começamos esta jornada de pesquisa, tínhamos um problema em mente, mais ou menos formulado, mas que se transformou ao longo do percurso até sua forma atual. Tal problema, que não pretende ser exaustivo, buscava uma resposta para os modos como atores (sociais, políticos, institucionais, midiáticos) constroem e disputam sentidos sobre fraude eleitoral, considerando que as interações são estruturadas pela midiatização. Para isso, construímos o caso midiatizado, com o objetivo de investigar as dinâmicas de circulação, para entender como são construídas as disputas de sentido em torno da fraude eleitoral, identificando as táticas e estratégias empregadas no processo interacional e os imaginários que são utilizados para produzir sentidos e gerar circuitos, além de verificar se e como eles auxiliam na formação de comunidades baseadas em crenças compartilhadas. Chegamos ao final dessa jornada com algumas inferências, sendo a principal delas a que aponta para o potencial do mito do complô em agenciar circulação discursiva sobre a fraude. Além disso, concluímos que a fraude enquanto construção narrativa paira como uma sombra sobre o processo eleitoral brasileiro desde o lançamento das urnas eletrônicas, ganhando cada vez mais espaço a partir das eleições de 2014, tendo momentos de pico em 2018 e 2022 e extravasando dos circuitos interacionais para as ruas em 08 de janeiro de 2023, quando colocou a democracia em risco.

Para Cassirer (p. 296, 1976), o mito “atinge a plenitude de sua força quando um homem tem de enfrentar uma situação inusitada ou perigosa”. No momento em que “um desejo coletivo atingiu uma força avassaladora e quando, por outro lado, falharam todas as esperanças de satisfazer esses desejos pelos meios ordinários” surge entre o povo o apelo ao chefe salvador. A força do mito do complô, alimentado pelas suspeitas contra as urnas, eclodiu após a derrota de Bolsonaro e, ao mesmo tempo, fortaleceu o mito do herói, em uma relação de complementariedade. No contexto em que se encontra nosso objeto, situações desafiadoras são impostas às pessoas pelo capitalismo financeiro, que corrói a renda individual e piora as condições de vida da maioria, enquanto uma pequena minoria acumula riquezas. Considerando essa realidade, não surpreende que um tipo de mentalidade que vê conspiração em quase tudo esteja em expansão, a exemplo do movimento pelo voto impresso no Brasil (que alega haver uma conspiração do *sistema* para tirar Jair Bolsonaro do poder) e o movimento QAnon nos Estados Unidos (que defende a existência de um

plano secreto de esquerda denominado “Estado Profundo”, com o objetivo de abusar de crianças). Tampouco surpreende que haja políticos hábeis que enxergam nesse tipo de mentalidade um nicho eleitoral fácil de ser explorado. São exemplos a vitória de Donald Trump (2016), nos Estados Unidos, e de Bolsonaro, em 2022. Na Europa, a mesma mentalidade conspiratória tem levado países como Finlândia, Suécia e Itália a elegerem políticos de extrema-direita. Se no Brasil o fantasma que alimenta a mitologia do complô é o medo da corrupção, nos países europeus e nos Estados Unidos o bode expiatório é a imigração. Em todos eles, o pano de fundo para essa perturbação coletiva nos parece ser a perda do poder de compra individual e a deterioração da qualidade de vida.

Apesar da aparente fragilidade, que poderia resultar da falta de um método desenhado a priori para a coleta dos observáveis e para a análise do caso formatado, esta tese é resultado de uma extensa pesquisa empírica e da construção, ao longo do caminho, de um dispositivo analítico capaz de cercar um objeto que está em fluxo contínuo. A disputa em torno da confiabilidade das urnas eletrônicas começa antes de 2021 e não termina em 2023. Considerando que a circulação não se apreende por análises quantitativas, não seria útil importar um método das ciências duras. Olhar para processos fluidos e deles produzir inferências exige atenção para sutilezas que são da ordem do sensível, portanto, inquantificáveis. Além disso, a oportunidade de oferecer uma análise interpretativa sobre os sentidos de fraude eleitoral produzidos e compartilhados pelos sujeitos em interação, sem reduzi-los à categoria simplista de fake news, supera uma eventual fraqueza metodológica.

Assim, evitamos olhar para as mensagens que circulam e para os meios por onde circulam e focamos nas práticas dos sujeitos em interação, para tentar entender de que modo o tema da fraude eleitoral é valorado e disputado na circulação, quais elementos emergem desses movimentos e qual a relevância deles para o debate. O desdobramento mais imediato de se olhar para meios e enunciados sobre fraude eleitoral é classificá-los como desinformativos, tendo como consequências a tentativa de controle dos meios e de punição para os sujeitos. Em vez disso, propomos que os sentidos de fraude eleitoral são atravessados pela mitologia do complô, portanto, impossíveis de serem controlados, dada a força psíquica que tais elementos, que não são produto de deliberação racional, possuem. Nesse sentido, não adianta tentar controlá-los ou punir seus transmissores. O caminho, em nossa visão, perpassa pela desconstrução de mitologias políticas, o que demanda um salto de qualidade das

informações públicas, ou seja, aquelas produzidas pelas instâncias de deliberação e pelo jornalismo profissional, o que passa ao largo de uma cobertura focada na polêmica e no escândalo político.

Se os imaginários são incontroláveis, o próprio fluxo de sentidos também o é, visto que estamos na transição da terceira para a quarta onda de midiatização (Couldry e Hepp, 2020). Uma das contribuições deste trabalho está em justamente jogar luz nos processos comunicacionais atravessados pelo fenômeno da midiatização, nos quais a imprensa é apenas um dos atores negociando espaços e sentidos. Reconhecemos que o peso da imprensa e da mídia corporativa em geral é maior do que o de atores individuais, principalmente quando a disputa de sentidos é com um ator político forte, o presidente da República. Mas, no cenário atual, esse mesmo ator político tem a liberdade de inaugurar um dispositivo comunicacional para interagir diretamente com seus eleitores, sem a mediação da imprensa. Estamos falando das *lives* semanais de Bolsonaro e do papel que tiveram para criar e manter uma narrativa de descrença sobre as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral como um todo.

Nesse sentido, este trabalho nos permite pensar sobre a midiatização, sobre as táticas e operações midiáticas de cada um dos agentes – tanto sujeitos comuns, políticos, jornalismo – atraídos para os circuitos que se formam em torno de enunciados sobre fraude eleitoral. No cenário em que se localiza o objeto de estudo, não há um elemento mediador central, mas uma pluralidade de agentes que vão levando o fluxo adiante. Além disso, é a grande arena social que se tornou o espaço discursivo digital que propiciou a vitória eleitoral a um candidato rejeitado pela mídia corporativa. É na mesma arena que os extremos do espectro político se destacam, revelando que a ideologia é uma força mais presente em nossa sociedade do que se imaginava no início da terceira onda da midiatização. Em um espaço aparentemente desintermediado, os imaginários encontram eco e a fraude se materializa discursivamente, muito mais do que na vida prática e cotidiana.

O sucesso político de Bolsonaro se explica, em grande parte, porque ele soube explorar como ninguém o fluxo incontrolável dos imaginários pelas redes sociais digitais, fazendo-se crescer dentro uma comunidade de crença específica. A vitória de alguém que incentiva uma mentalidade conspiratória e, a partir dela, cria mitos políticos seria impensável no universo em que o político dependia do aparato profissional da mídia para que suas ideias chegassem aos eleitores. Isso porque,

embora já se falasse em política midiaticizada, o ambiente em que práticas políticas e práticas midiáticas se interpenetravam era altamente institucionalizado, seguindo regras rígidas impostas tanto pelas empresas de mídia quanto pelos poderes instituídos. O que vimos através deste trabalho é uma dificuldade de essas mesmas regras se imporem no espaço fluido das redes sociais digitais, em que os fluxos de ideias são *aparentemente* livres. Ao dizer *aparentemente* estamos destacando que, por trás desses espaços comunicativos e de trocas sociais há poderosas empresas de tecnologia da informação, impondo de forma velada suas próprias ideologias às sociedades que delas se utilizam. Esta é, aliás, uma grande lacuna desta tese, cuja exploração necessitaria de um outro trabalho, dada a magnitude do problema.

Diante de tudo isso, o que esperar das próximas eleições? As narrativas de fraude eleitoral continuarão fortes ou, por outro lado, as tentativas de controle desses fluxos, por parte do poder judiciário, surtirão efeito? É plantando esta semente que chegamos ao fim dessa jornada de pesquisa, com a certeza de que contribuímos para o entendimento de uma problemática que tende a se aprofundar com o alastramento das ferramentas de inteligência artificial e suas inúmeras possibilidades de adulteração da realidade, por meio da utilização de técnicas de *deep fake*, capazes de criar áudios e vídeos que nunca existiram através da captura e da manipulação da voz e da imagem estática de pessoas públicas. O que esperar de uma realidade em que a midiaticização potencializa a circulação de imaginários, modifica o próprio processo eleitoral e, a cada onda, torna a sociedade mais complexa? A resposta, embora incerta, sinaliza um cenário de acirradas disputas e a necessidade de a sociedade criar novas formas de deliberação política realmente democráticas, que incluam vozes comumente silenciadas por destoarem das polarizações ideológicas que geram polêmica e, ao mesmo tempo, receita para as empresas de mídia, por meio da constante captura da atenção. Enfim, encerramos com a defesa de que a preservação da democracia enquanto sistema político passa pela democratização dos espaços de fala.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. **Bolsonaro se reúne com embaixadores na segunda para mostrar “powerpoint sobre eleições passadas”**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2022/07/15/bolsonaro-se-reune-com-embaixadores-na-segunda-para-mostrar-powerpoint-sobre-eleicoes-passadas.ghml>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

AFP CHECAMOS. **O sistema eleitoral brasileiro possui, sim, mecanismos de auditoria para as urnas eletrônicas**. Disponível em: <<https://checamos.afp.com/doc.afp.com.32DX2JM>>. Acesso em: 29 abr. 2024.

AGÊNCIA ESTADO. **Redes sociais registram explosão de teoria infundada de fraude no 1º turno**. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5042794-redes-sociais-registram-explosao-de-teoria-infundada-de-fraude-no-1-turno.html>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ALBRECHT, F.; DALMOLIN, A.; BORELLI, V. Criminalização da homofobia e circulação discursiva: uma análise da coluna de Reinaldo Azevedo e dos comentários no blog. **Anais de Artigos do Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais**, [S.l.], v. 1, n. 1, jun. 2017. ISSN 2675-4290. Disponível em: <<https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiatizacao-artigos/article/view/53>>. Acesso em: 13 jan. 2024.

ALBUQUERQUE, M.; ARTUR, F. **“Falta de liberdade” e eleição: veja o que disse Bolsonaro em live de despedida**. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/12/5062507-covid-liberdade-e-armamento-veja-o-que-disse-bolsonaro-em-live-de-despedida.html>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ALENCAR, R. V. de. **A regulação das interações através da constituição de circuitos-ambientes: o caso das pesquisas de intenções de votos nas eleições presidenciais de 2014 : primeiro turno**. 2016. 194 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

AMADO, GUILHERME. **Pesquisa: um terço dos brasileiros crê em fraude na eleição de 2022 | Metrôpoles**. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/pesquisa-um-terco-dos-brasileiros-cre-em-fraude-na-eleicao-de-2022>>. Acesso em: 29 abr. 2024.

ANACLETO, H. **Luta em 140 caracteres: o twitter como arena de reconhecimento para os atletas paralímpicos**. 2018. 174 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

AOS FATOS. **Segundo turno foi movido por desinformação sobre fraude, censura e debate**. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/segundo-turno-foi-movido-por-desinformacao-sobre-fraude-censura-e>>

debate,9fa1a2504f18cb183b0a8cf09531de79gkdjpipt.html>. Acesso em: 30 abr. 2024.

_____. **Vídeos de Bolsonaro apagados pelo YouTube reuniam mais de 3,3 milhões de visualizações.** Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/videos-de-bolsonaro-apagados-pelo-youtube-reuniam-mais-de-33-milhoes-de-visualizacoes/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

AZEVEDO JUNIOR, A. de C.; BIANCO, E. C. V. O processo de mitificação de Bolsonaro: Messias, presidente do Brasil. Revista ECO-Pós, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 88–111, 2019. DOI: 10.29146/eco-pos.v22i2.26253. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/5. Acesso em: 12 ago. 2021.

BACZKO, B. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BAR, A. **Abducción**. La Inferencia del Descubrimiento. In: Cinta de Moebio. Nº12. Diciembre de 2001. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Chile.

BEHNKE, E. **“Fachin já se intitulou ditador do Brasil”, diz Bolsonaro.** Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/fachin-ja-se-intitulou-ditador-do-brasil-diz-bolsonaro/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BIANCO, E. C. V. **Mitos na política brasileira:** a construção da identidade de marca de candidatos à Presidência da República em 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. **MATRIZES**, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 2, p. 73–88, 2008.

_____, J. L. Lógicas da mídia, lógicas da mediatização. In: FAUSTO NETO, A. et al. (orgs.). **Relatos de Investigaciones sobre mediatizaciones**. Rosário: UNR Editora, Editorial de la Universidad de Rosário, 2015. p. 15-32.

_____, J. L. Dispositivos Interacionais. In: BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina; RABELO, Leon et al. **Matrizes Interacionais – A comunicação constrói a sociedade**. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

_____, J. L. Circuitos de Comunicação. In: BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina; RABELO, Leon et al. **Matrizes Interacionais – A comunicação constrói a sociedade**. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

CAMPO COMUNICACIONAL E SUAS INTERFACES (CCI). **Reunião CCI - 10/09/21 - conversa com José Luiz Braga** - paradigma indiciário e método comunicacional. 23 set. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ok0Ftgs9Xyg>>. Acesso em: 30 abr. 2024

CARLÓN, M. Tras los pasos de Verón... Un acercamiento a las nuevas condiciones de circulación del sentido en la era contemporánea. **Galáxia**, São Paulo, PUC-SP,

43:5-25, jan.-abr. 2020 (A). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25532020146718> (A)

_____. **Circulación del sentido y construcción de colectivos**: en una sociedad hipermediatizada. San Luis: Nueva Editorial Universitaria - UNSL, 2020 (B).

CASSIRER, Ernst. O Mito do Estado. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. **A Filosofia das formas simbólicas**. Vol. II – O Pensamento Mítico. Tradução: Flávia Cavalcanti, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2004.

CERVI, E. U.. O “tempo da política” e distribuição dos recursos partidários: uma análise do HGPE. **Em Debate**, v. 2, n. 8, p. 12-17, 2010.

COLOMBO, R. **Desinformação e mitologia política**: a presença de mitos em boatos desmentidos nas eleições presidenciais brasileiras de 2018. 2021. 220 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Ciências da Informação, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2021.

CONTRERA, M. S. **Mediosfera**: meios, imaginário e desencantamento do mundo. 2. ed. Porto Alegre: Imaginalis, 2017.

CORREIO BRAZILIENSE. **Bolsonaro convoca embaixadores para atacar as urnas eletrônicas**. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/07/5022679-bolsonaro-convoca-embaixadores-para-atacar-as-urnas-eletronicas.html>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

COSTA, M.; ALCÂNTARA, M. **Relatório das Forças Armadas não encontra fraude nas urnas eletrônicas | Metrôpoles**. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/relatorio-das-forcas-armadas-nao-encontra-fraude-nas-urnas-eletronicas>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

COULDRY, N; HEPP, A. **A construção mediada da realidade**. Tradução: Luzia Araújo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2020.

COUTO, M. **Desmonetização impede repasse de R\$ 1,2 milhão a perfis investigados por fake news sobre eleições**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/desmonetizacao-impede-repasse-de-12-milhao-perfis-investigados-por-fake-news-sobre-eleicoes-1-25314476>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

DEL PICCHIA, W. **Entre todos os países que adotaram o voto eletrônico, o Brasil é o único que ainda utiliza urnas que podem ser manipuladas | Augusto Nunes**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/augusto-nunes/entre-todos-os-paises-que-adotaram-o-voto-eletronico-o-brasil-e-o-unico-que-ainda-utiliza-urnas-que-podem-ser-manipuladas/>>. Acesso em: 29 abr. 2024.

ESTADÃO. **Live que distorce informações sobre urnas é disseminada em grupos bolsonaristas**. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/politica/live->

que-distorce-informacoes-sobre-urnas-e-assistida-por-300-mil-pessoas/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ESTADÃO VERIFICA. **Bolsonaro falseia informações sobre processo eleitoral em reunião com embaixadores estrangeiros**. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/bolsonaro-falseia-informacoes-sobre-processo-eleitoral-em-reuniao-com-embaixadores-estrangeiros/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

_____. **Denúncia de ex-delegado sobre fraude em urnas eletrônicas foi arquivada em 2015**. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/denuncia-de-ex-delegado-sobre-fraude-em-urnas-eletronicas-foi-arquivada-em-2015/>>. Acesso em: 29 abr. 2024.

EXAME. **Apoio à democracia cai na América Latina e respaldo ao autoritarismo cresce, aponta pesquisa**. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/apoio-a-democracia-cai-na-america-latina-e-respaldo-ao-autoritarismo-cresce-aponta-pesquisa/>>. Acesso em: 29 abr. 2024.

FACEBOOK - LIVE DA SEMANA - Presidente Jair Bolsonaro (17/06/2021). Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=881267432463555>. Acesso em: 30 abr. 2024.

_____. **Live diária / PR Jair Bolsonaro (01/10/2022)**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/1420134305138600/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FAGUNDES, M. **Defesa não vê fraude em eleição, mas sugere melhorias ao TSE**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/defesa-nao-ve-fraude-em-eleicao-mas-sugere-melhorias-ao-tse/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

_____, M.; BEHNKE, E. **Bolsonaro reúne embaixadores e critica STF, TSE e urnas**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-reune-embaixadores-e-critica-stf-tse-e-urnas/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FALA BRASIL. **Eleições 2014: professor afirma existir algumas falhas na urna eletrônica**. Disponível em: <<https://record.r7.com/fala-brasil/videos/eleicoes-2014-professor-afirma-existir-algumas-falhas-na-urna-eletronica-09112022/>>. Acesso em: 29 abr. 2024.

FAUSTO NETO, A. Circulação: trajetos conceituais. In: **Rizoma**. UNISC, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 2, p. 8-40, dez. 2018.

_____, A. COMO AS LINGUAGENS AFETAM E SÃO AFETADAS NA CIRCULAÇÃO? In: BRAGA, J. L. et al (org.). **Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2019. Cap. 3. p. 45-66.

FERREIRA, J.. **A construção de casos sobre a midiatização e a circulação como objetos de pesquisa**: das lógicas às analogias para investigar a explosão das defasagens. *Galáxia* (São Paulo), n. 33, p. 199–213, set. 2016.

_____, J. COMO A CIRCULAÇÃO DIRECIONA OS DISPOSITIVOS, INDIVÍDUOS E INSTITUIÇÕES? In: BRAGA, J. L. *et al* (org.). **Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2019. p. 145-160.

FOLHA DE S. PAULO. **Bolsonaro quebra silêncio, critica bloqueios e fala em indignação e injustiça com eleição**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/bolsonaro-quebra-silencio-condena-bloqueios-e-fala-em-indignacao-com-injusticas-na-eleicao.shtml>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

_____. **Bolsonaro repete mentiras sobre urnas e faz novas ameaças golpistas em fala a embaixadores**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/bolsonaro-repete-teorias-da-conspiracao-e-ataca-urnas-stf-e-tse-a-embaixadores.shtml>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

_____. **Em live, Bolsonaro comenta decisão do STF sobre Lula, fala de 2022 e faz alertas e comparações sobre petista**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/em-live-bolsonaro-comenta-decisao-do-stf-sobre-lula-fala-de-2022-e-faz-alertas-e-comparacoes-sobre-petista.shtml>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FONSECA, B., *et al*. **“Fiscais de Bolsonaro”: políticos mentem sobre fraude nas urnas para convocar voluntários**. *Agência Pública*, 1 out. 2022. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/10/fiscais-de-bolsonaro-politicos-mentem-sobre-fraude-nas-urnas-para-convocar-voluntarios/>>. Acesso em: 30 abr. 2024

FRANÇA, V. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, C. P. de; LOPES, M. I. V. **Pesquisa em comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2016.

FRIGO, D. **A construção do #elenão**: circulação, circuitos e estratégias discursivas. 2023. 174 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

G1. **Após três anos falando em “fraudes eleitorais”, Bolsonaro faz live com notícias falsas e admite não ter provas das acusações**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/29/apos-tres-anos-falando-em-fraudes-eleitorais-bolsonaro-faz-live-com-noticias-falsas-e-admite-nao-ter-provas-das-acusacoes.ghtml>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

G1, A. R. **Teste mostra que urna eletrônica da Índia poderia ser controlada via celular**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2010/04/teste-mostra-que-urna-eletronica-da-india-poderia-ser-controlada-celular.html>>. Acesso em: 29 abr. 2024.

GALZO, W. **Relatório de militares não aponta fraude em urnas e chega à mesma contagem de votos do TSE**. Disponível em:

<<https://www.estadao.com.br/politica/defesa-entrega-relatorio-ao-tse-e-pede-investigacao-de-suposto-risco-de-violacao-das-urnas/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GAZETA DO POVO. **Do que trata o vídeo contra urnas que mobiliza apoiadores de Bolsonaro**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/video-levanta-suspeitas-sobre-urnas-mobiliza-apoiadores-bolsonaro/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GUINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (p. 143-179)

GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: CIA das Letras, 1987.

GOMES, P. G. **Dos meios à midiatização**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2017.

_____. The Camel, the Lion and the Boy: The Path to Mediatization in Latin American Communication Research. **Communication Research Trends**, Santa Clara, v. 43, n. 1, p. 1-34, abr. 2024.

GZH. **Em live, Bolsonaro diz esperar “lisura e transparência” no pleito deste domingo**. Disponível em:

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2022/10/em-live-bolsonaro-diz-esperar-lisura-e-transparencia-no-pleito-deste-domingo-cl8qkj35c0092016rqrwfs0bx.html>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

HEPP, A. As configurações comunicativas de mundos midiatizados: pesquisa da midiatização na era da “mediação de tudo”. **MATRIZES**, v. 8, n. 1, p. 45–64, 24 jun. 2014.

HOFFMAN, F.; SANTOS, E. R. A CONFIANÇA DOS BRASILEIROS NAS ELEIÇÕES. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 8, n. 3, p. 106–130, 2022.

IERARDO, E. **La red de las redes: entre lo virtual y lo real**. Buenos Aires: Continente, 2022.

JORNALISMO TV CULTURA. **Possibilidade de fraude nas urnas eletrônicas é muito grande, afirma Ethevaldo Siqueira**. , 24 ago. 2015. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=5PVGQbijSck>>. Acesso em: 29 abr. 2024

K. (YOUTUBE). **Mariana Godoy entrevista Protógenes Queiroz - 07/04/2017**. , 8 abr. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x_cpjioJWIFk>. Acesso em: 29 abr. 2024

LEITE, F. **TSE desmente suspeita de fraude nas urnas citada por canal argentino | Metr6poles**. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/tse-desmente-suspeita-de-fraude-nas-urnas-citada-por-canal-argentino>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

LIMA, D. **PF faz operação contra militares e ex-ministros de Bolsonaro em investigação sobre tentativa de golpe**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/daniela-lima/post/2024/02/08/pf-faz-operacao-aliados-politico.ghtml>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MAFFESOLI, M. **A transfiguração do político: a tribalização do mundo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005. 230 p.

MAIA, L. R. H. **A política dos eleitores no Facebook dos candidatos: uma análise de dispositivos interacionais construídos nas eleições presidenciais de 2014**. 2019. 246 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

MARQUES, V. X. UM ESTUDO EM PRÁTICAS HIPERSTICIONAIS: ALÇAS ESTRANHAS, GUERRAS TEMPORAIS E TEORIA-FICÇÃO. **Linguagem em Pauta**, v. 3, n. 1, p. 82–113, 1 jul. 2023.

MATSUKI, E. **Fraude nas urnas 2022.pdf é um documento de 70 páginas da FFAA que comprova fraudes nas eleições do Brasil #boato**. **Boatos.org**, 5 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.boatos.org/politica/fraude-nas-urnas-2022-pdf-documento-70-paginas-ffaa-que-comprova-fraudes-nas-eleicoes-do-brasil.html>>. Acesso em: 30 abr. 2024

MATTOS, M. Â.; MENDES, C. M.; SALGADO, T. B. P. Interações midiáticas: aproximações entre mediação e regimes de interação e sentido. **GALÁXIA**. Revista Interdisciplinar de Comunicação e Cultura, n. 46, 19 abr. 2021.

MÕES, M. **Bolsonaro tem reunião com embaixadores sobre segurança das urnas**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-tem-reuniao-com-embaixadores-para-falar-sobre-urnas-nesta-segunda/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MUNDIM, P. S. Cobertura da imprensa e eleições presidenciais de 2006: efeitos realmente limitados? **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 29, n. 86, Oct. 2014, pp. 91-107.

NICOLAU, J. **Eleições no Brasil**. Do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NUMVIU (YOUTUBE). **2008 - URNAS ELETRÔNICAS - ELEIÇÕES EM CAXIAS NO MARANHÃO - FRAUDE - POLÍCIA FEDERAL**. , 1 out. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=48IPWIMUtQ>>. Acesso em: 29 abr. 2024

O GLOBO. **Bolsonaro usa reunião com embaixadores para fazer novos ataques sem provas às urnas eletrônicas e ao TSE**. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/07/bolsonaro-usa-reuniao-com-embaixadores-para-novos-ataques-sem-provas-as-urnas-eletronicas-e-ao-tse.ghml>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

PIAIA, V. R. **Comunicação política e construção da realidade**: o whatsapp nas eleições presidenciais de 2018. 2021. 181 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

PODER360. **Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro no ato de 7 de Setembro em São Paulo**. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

PORTO, R., *et al.* **Relatório de militares não aponta fraude nas eleições; TSE afirma que recebeu documento com “satisfação”**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relatorio-de-militares-nao-aponta-fraude-nas-eleicoes/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

REAÇONARIA (YOUTUBE). **Jornal da Band mostra fraude em urnas eletrônicas brasileiras**. 14 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BKIWPJgGCN4>>. Acesso em: 29 abr. 2024

REDE BRASIL ATUAL. **Fora Bolsonaro: pelo menos 160 cidades terão atos em 7 de setembro; confira lista**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/06/fora-bolsonaro-pelo-menos-160-cidades-terao-atos-em-7-de-setembro-confira-lista>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

REPÚBLICA. **Antes e durante a campanha, Bolsonaro deu sinais de que contestaria as urnas**. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/república/bolsonaro-sinais-de-que-contestaria-as-urnas/>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ROSA, A. P. Imagens em espiral: da circulação à aderência da sombra. **Revista Matrizes**; V.13 - Nº 2 mai./ago. p. 155-177; São Paulo – Brasil, 2019.

_____. A imagem em circulação: estilizando o olhar e a memória. In: FERREIRA, J. *et al.* **Mediatização, Polarização e Intolerância**: entre ambientes, meios e circulações. Santa Maria: Facos-Ufsm, 2020. p. 187-208.

_____.; BIANCO, E. C. V. Mito do complô: embates de sentido na circulação de boatos sobre fraude eleitoral. **Esferas**, [S.L.], v. 2, n. 24, p. 351-369, 16 ago. 2022. Universidade Católica de Brasília. <http://dx.doi.org/10.31501/esf.v1i24>.

RUBIM, A. A. C.; COLLING, L. Cobertura jornalística e eleições presidenciais de 2006 no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 6, n. 10, p. 173-193, abr. 2007.

RUEDIGER, M. A.; GRASSI, A. (Coord.). **Desinformação on-line e processos políticos**: a circulação de links sobre desconfiança no sistema eleitoral brasileiro no

Facebook e no YouTube (2014-2020). Policy paper. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020.

SANT'ANNA, A.; ROCHA JUNIOR, I.; GARCIA, L. F. D. Propaganda Política. In: SANT'ANNA, A.; ROCHA JUNIOR, I.; GARCIA, L. F. D.. **Propaganda: teoria, técnica, prática**. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009. Cap. 9. p. 333-364.

SHUEN, L.-C. Jornalismo adversário: a crise do segundo mandato de Dilma Rousseff na capa do jornal. **E-Compós**, v. 22, 21 dez. 2018.

SILVEIRA, F. Da escrita hipersticional. In: BEDIN, C.; RODRIGUES, E.; ALMEIDA, K. (orgs.). **Pensar, Montar: variações sobre leitura e escrita em educação**. Porto Alegre: PPGEduc /UFRGS, Editora Cirkula, 2024. No prelo.

SILVERSTONE, R.; PONS, H. **¿Por qué estudiar los medios?** Buenos Aires; Argentina: Amorrortu Editores, 2004.

SOPRANA, P.; GALF, R. **Descrença e acusação de fraude marcam grupos bolsonaristas no dia da eleição**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/descrancia-e-acusacao-de-fraude-marcam-grupos-bolsonaristas-no-dia-da-eleicao.shtml>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SOUZA, F. **7 de Setembro: policiais dizem que convocações para atos pró-Bolsonaro cresceram, mas adesão pode ser menor**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58337962>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

TEIXEIRA, M. **Bolsonaro faz live de despedida, critica ato terrorista e diz que nada está perdido com Lula 3**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/12/bolsonaro-faz-live-de-despedida-critica-ato-terrorista-e-se-diz-perseguido-no-governo.shtml>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

TESSAROLO, M. A instável dinâmica do Twitter e as tensões entre a plataforma e seus usuários comuns. In: **XXIV Congresso Comunicação da Região Sudeste** (Intercom Sudeste 2019), 2019, Vitória. Anais Intercom Sudeste 2019, 2019.

THE NOITE COM DANILO GENTILI. **The Noite (19/08/14) - Entrevista com Diego Aranha**. , 19 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xATaNCsre9Q>>. Acesso em: 29 abr. 2024

UOL. **Seis crises que Bolsonaro tenta estancar com ato de 7 de setembro [05/09/2021]**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2021/09/05/seis-crisis-que-bolsonaro-tenta-estancar-com-7-de-setembro.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

_____. **Leia a íntegra da sabatina do SBT com Jair Bolsonaro**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/21/integra-sabatina-jair-bolsonaro-sbt.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

_____. **“Só Deus me tira da cadeira presidencial”, diz Bolsonaro em live.** Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias/18865_so-deus-me-tira-da-cadeira-presidencial-diz-bolsonaro-em-live.html>. Acesso em: 30 abr. 2024.

UOL CONFERE. **Não há provas de fraudes alegadas por Bolsonaro nas eleições de 2014 e 2018.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/06/17/bolsonaro-alega-fraude-nas-eleicoes-de-2014-e-2018-mas-nao-ha-provas.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

_____. **Em live, Bolsonaro mente para defender ida de PMs a atos de 7 de setembro.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2021/09/02/live-bolsonaro-distorce-7-de-setembro-dados-insustentaveis-marco-temporal.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

VALADARES VASCONCELOS N., Diego; MOREIRA, M. S.; ZADRA VALADARES, A. C. Governos brasileiros de esquerda e direita e a participação em tratados de direitos humanos: análise do período entre 1946 e 1994. **Revista Estudos Políticos**, v. 6, p. 411, 2016.

VERÓN, E. La palabra adversativa. In: VERÓN, Eliseo et al (org.). **El discurso político: lenguajes y acontecimientos.** Buenos Aires: Hachette, 1987. p. 11-26.

_____, E.. **Fragmentos de um tecido.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005, 286 p.

WESCHENFELDER, A. **Manifestações da midiatização - Transformação dos atores sociais em produção e recepção: o caso Camila Coelho.** 2019. 244 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, São Leopoldo, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.